

**NO CAMINHO
DO 25 DE ABRIL DO POVO,
DA DEMOCRACIA POPULAR,
DO SOCIALISMO**

**PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA
DO COMITÉ CENTRAL
PARA O 2.º CONGRESSO DO PCP(R)**



PCP (R)

A queda do fascismo, resultante da vitória histórica dos povos coloniais e da aguda luta de classes interna, abriu uma profunda crise revolucionária em Portugal. A tentativa dos reacção-rios, dos imperialistas e revisionistas para fazer do 25 de Abril uma liberalização temporária do poder burguês, responde o povo com um movimento democrático revolucionário de grande envergadura. Pela brecha aberta nas instituições com a queda do fascismo irromperam as massas trabalhadoras num vigoroso movimento de milhões que derrotou os golpes reacção-rios, forçou a burguesia a sucessivos recuos e aplicou fortes machadadas no poder dos monopólios, dos latifundiários e de todos os exploradores.

De expoente do fascismo obscurantista, Portugal passou em 1974 a ser o país da liberdade, das conquistas populares, das assembleias e manifestações, das ocupações, da Reforma Agrária e das nacionalizações, dos saneamentos, do controle operário, das comissões de trabalhadores e de moradores, dos soldados ao lado do povo, exemplo revolucionário para os povos europeus e motivo de temor para as superpotências e para os reacção-rios de todo o mundo.

A este grande movimento, sem paralelo na história do nosso país, em que avulta a grande conquista da Reforma Agrária, faltava porém a direcção revolucionária de um autêntico Partido Comunista, do nosso PCP (R), cuja intervenção política só ao longo do último ano começou a fazer-se sentir.

Isso permitiu que a burguesia reformista mantivesse o controle do poder, atenuasse os golpes populares sobre o fascismo e praticasse uma política de conciliação e de cedência face à grande burguesia e aos reacção-rios, tornando possível o contra-ataque destes no 25 de Novembro. A burguesia reformista manifestou a sua tendência constante para se ajoelhar perante o imperialismo norte-americano, o maior inimigo externo do nosso povo e o organizador activo das ofensivas da direita.

A clique revisionista de Cunhal, que há 20 anos se apoderou da direcção do nosso antigo Partido

Comunista Português e o transformou num instrumento de colaboração de classes, confirmou-se como um destacamento burguês de sabotagem contra-revolucionária no seio do movimento operário e popular. Agitando a falsa bandeira da transição para o socialismo através da aliança Povo-MFA, a clique cunhalista usou todos os meios para desviar a classe operária e as massas da revolução e da luta pelo poder popular. Com as suas manobras ao serviço da política social-imperialista russa facilitou o desenvolvimento do golpe da direita pró-americana no 25 de Novembro. Contudo, a política de traição cunhalista não tem futuro num país agitado por uma crise tão profunda. Depara com o repúdio crescente das massas e encaminha-se para um grande fracasso.

O poderoso movimento desencadeado em torno das eleições presidenciais deu nascimento a uma frente popular de massas, destinada a um papel determinante na luta libertadora do povo português. Sob a direcção do PCP (R) progride seguramente a unidade da classe operária, a aliança operário-camponesa e a união combativa das massas populares em torno da grande bandeira do 25 de Abril do povo, no seio do MUP e de outras organizações populares.

Nas batalhas de classe, o nosso Partido forja-se como autêntica vanguarda marxista-leninista da classe operária, como partido proletário e revolucionário intimamente ligado às massas e à sua luta diária. A justeza da sua linha tem vindo a pôr em cheque a traição revisionista e permite-lhe avançar a passos seguros. Nesta luta será reconhecido por camadas cada vez mais largas das massas operárias como o seu próprio Partido.

Temperando-se na luta e na unidade, o povo, conduzido pela classe operária e pelo nosso Partido Comunista Reconstituído, reúne as suas forças para levar adiante aquilo que começou: derrubar o poder da grande burguesia e do imperialismo e implantar definitivamente em Portugal as bandeiras da liberdade, do pão, da terra e da independência nacional, instaurar a República Popular, assente no poder democrático revolucionário dos trabalhadores, em marcha para o socialismo.

I — Em Portugal foi aberta uma crise revolucionária que exige uma solução revolucionária

Ao dar o balanço à situação política nacional criada após o 25 de Abril, cinco interrogações principais se destacam:

- por que razão o derrubamento da ditadura fascista tomou a forma de um golpe militar?
- por que razão a burguesia monopolista, apesar do seu poderio e estreitas ligações com o imperialismo, capitulou quase sem resistência?
- por que razão desta «revolução dos cravos», sem qualquer afrontamento sério, saiu um movimento popular revolucionário de tanta

envergadura como o que vivemos há quase três anos?

- por que razão este movimento popular, amplo, inovador e audacioso, não conseguiu até agora uma vitória real sobre as forças reacção-rias?
- por que razão a grande burguesia e o imperialismo, apesar de terem passado ao contra-ataque desde há um ano, não conseguiram ainda estabilizar o seu poder?

É na resposta a este conjunto de questões que o PCP (R) baseia a sua análise das transformações que têm vindo a ocorrer no nosso país.

1. CONTRADIÇÕES INSOLÚVEIS

O regime fascista de Salazar, ditadura da grande burguesia monopolista e dos latifundiários, tinha tanto de servil perante o imperialismo como de chauvinista e opressor para com as colónias. Com o começo das insurreições nacionais das colónias em 1961, as contradições do regime, que já eram agudas, tornaram-se explosivas. O fascismo não podia encarar qualquer hipótese de recuo para um regime neocolonialista. Só a opressão colonial garantiria aos monopólios os superlucros de que se alimentavam, só ela permitiria ao fascismo português continuar a ser o agente intermediário da venda das colónias ao imperialismo. Por isso o regime salazarista se lançou na aventura desesperada das guerras coloniais, cavando a sua própria sepultura.

Os créditos, o apoio político e diplomático dos governos imperialistas foram comprados hipotecando por completo o país ao estrangeiro. Montaram-se fábricas com o único objectivo de proporcionar a exploração da mão-de-obra barata que o fascismo português oferecia aos trusts norte-americanos, alemães, ingleses, japoneses. Fizeram-se leis abrindo totalmente o país aos investimentos estrangeiros, leis elogiadas pelos próprios imperialistas como «as mais liberais do mundo». Na maioria dos casos, os monopólios estrangeiros nem sequer investiam, limitando-se a operar com capitais nacionais que levantavam livremente nos bancos, transferindo depois os lucros para o exterior, isentos de impostos.

Sob a intervenção do imperialismo, acelerou-se a concentração de capitais da grande burguesia portuguesa sua cúmplice. Centenas de pequenas e médias empresas foram compradas pelos monopólios ou forçadas à falência. Em 1971, apenas 2 % das sociedades, pertencentes aos sete grupos financeiros (CUF, Champalimaud, Espírito Santo, BNU, Português do Atlântico, Fonsecas & Burnay, Borges) e a multinacionais como a ITT, Unilever, Gulf Oil, General Motors, General Electric, Krupp, ICI, etc, dispunham de três quartos dos capitais de todas as sociedades e dos ramos fundamentais da economia de Portugal e das colónias.

Completo-se a fusão do aparelho de Estado fascista com os grupos financeiros, num regime de **capitalismo monopolista de Estado**. Detrás da cortina dos «planos de fomento» um punhado de multinacionais e de grupos financeiros portugueses compravam decretos e favores fiscais, pilhavam as verbas do orçamento, obtinham financiamentos, participações e encomendas estatais, partiam e repartiam o país e as colónias como uma quinta, impunham um desenvolvimento anárquico e ruinoso à economia nacional, espezinhavam a soberania e os interesses do povo português, ao mesmo tempo que submetiam os povos coloniais a ferozes guerras de rapina.

Contudo, o desenvolvimento monopolista assentava em alicerces podres e caminhava para uma grande crise.

Primeiro, porque esta máquina só podia rodar enquanto durasse a guerra, guerra criminosa que estava condenada à derrota. Quando chegasse o fim dos superlucros coloniais, o fim dos créditos e encomendas de guerra que alimentavam grande parte da economia, só ficariam as contas por pagar.

Segundo, porque os monopólios estavam de tal maneira amarrados à ditadura que corriam para o desastre com ela. Quando lhes faltasse a corrupta máquina fascista que lhes proporcionava não só os bons negócios como a garantia de baixos salários, de ritmos violentos de trabalho, dos roubos da previdência, da proibição da greve, do terror da Pide, os monopólios ficariam desarmados e entrariam em crise.

Terceiro, porque quanto mais cresciam os tentáculos do polvo monopolista, mais crescia a exploração e a luta do proletariado, maior era a ruína do campesinato, maior o descontentamento da pequena burguesia, mais agudas as contradições sociais. A classe operária cresceu até um milhão de trabalhadores e concentrou-se em grandes empresas e fortes zonas industriais, desencadeando forças revolucionárias novas. A agricultura passou da crise crónica ao descalabro. Enquanto nos latifúndios do Sul alastravam as coutadas para os ricos, no Norte e nas Beiras arruinava-se a pequena produção. Massas enormes de camponeses emigraram para a Europa em busca de trabalho e fugindo à guerra.

Em Portugal amadurecia uma crise revolucionária.

2. A CRISE FINAL DA DITADURA

Em fins de 1973, conjugaram-se quatro factores que conduziram directamente ao 25 de Abril.

Primeiro, o agravamento da situação militar. O regime fascista acumulava crimes sobre crimes para retardar o avanço irresistível dos movimentos de libertação das colónias e dar tempo a que as multinacionais saqueassem o máximo de matérias-primas. Lançou-se em atrocidades e massacres, fez a guerra química, atacou países vizinhos. Mas apesar do envio maciço de soldados, do apoio em armamento da NATO, da elevação das despesas militares a 40 % do orçamento do Estado, o exército foi sendo pouco a pouco repellido pela guerrilha vitoriosa. Os comandos fascistas temiam um desastre militar a todo o momento. As tentativas de lançar movimentos fantoches e de prometer uma «federação de Estados» fracassaram. A oposição à guerra crescia entre os soldados e entre círculos cada vez mais largos de oficiais. Treze anos de guerra desgastante tinham gerado uma casta militarista ultrafascista mas tinham também criado profunda aversão à guerra em sectores da oficialidade. Compreendiam que a luta libertadora dos povos coloniais era invencível e que o caetanismo estava condenado. Surgiu assim um movimento militar que, partindo de reivindicações económicas, rapidamente evoluiu para a conspiração contra a ditadura.

Segundo, o auge do movimento antifascista de massas. A luta operária e popular contra a exploração, contra a guerra, contra o governo fascista, amplificou-se durante o movimento contra as eleições-farsa de 1969. De Norte a Sul, os trabalhadores multiplicaram as greves e através de amplas assembleias lançaram-se à conquista das direcções dos chamados «sindicatos nacionais». A pequena burguesia citadina e rural protestava contra os roubos dos monopólios, das juntas e grémios e exigia liberdade de comércio, redução dos impostos,

preços compensadores para os produtos da lavoura. O movimento estudantil em luta contra a guerra e os decretos repressivos tornou-se um foco de ideias revolucionárias. O protesto contra os crimes da Pide tomou um carácter de massa. Surgiu uma oposição católica denunciando o colaboracionismo da hierarquia da Igreja. Em fins de 1973 desencadearam-se amplos movimentos de massas contra a nova farsa eleitoral. Perante a inflação que crescia, a classe operária não se mostrou disposta a aguentar mais sacrifícios e lançou-se numa grande onda grevista envolvendo mais de cem mil trabalhadores. O povo já não acreditava na invencibilidade do fascismo e não estava disposto a suportá-lo.

Terceiro, a grande crise dos negócios. Perante o descalabro da produção e a redução do poder de compra das massas provocados pela economia de guerra, os monopólios lançaram um plano de reconversão aventureiro, que consistia na importação maciça de alimentos e na montagem de indústrias de exportação, baseadas em matérias-primas baratas e financiadas por meio da especulação bolsista. Em fins de 1973, a alta dos preços do petróleo e dos cereais e o desencadear da crise imperialista fizeram esboroar todo este plano: a balança de pagamentos entrou em deficit, deu-se uma derrocada das operações especulativas, faltou o financiamento para os grandes projectos (Sines, adubos, auto-estradas, etc.), retraíram-se os mercados de exportação. No primeiro trimestre de 1974 começou uma fuga maciça de capitais para os bancos estrangeiros. Desenhava-se a ameaça de um colapso económico.

Quarto, a decomposição do regime. Sob a acção da crise militar, política e económica, isolado internacionalmente e expulso sucessivamente de todas as organizações da ONU, o regime caetanista perdia coesão e autoridade, começou a dividir-se em cliques rivais. Enquanto os ultras de Kaúlza queriam intensificar o terror, os «liberais» de Sá Carneiro começaram a abandonar o barco que se afundava. Estalavam contradições nos altos comandos, conflitos de autoridade entre a Pide e o Exército. Corriam notícias de boca em boca sobre as atrocidades e as derrotas em África, alastrava a propaganda clandestina, sucediam-se os atentados, somavam milhares os mortos e estropiados. Tornava-se geral a ideia de que era preciso e era possível derrubar a ditadura.

Aquilo que impedia a crise de chegar ao desenlace era a falta de um partido marxista-leninista, proletário revolucionário, que desse clareza de perspectivas à classe operária e que unisse todas as lutas numa ampla frente orientada para o derube da ditadura fascista. Em lugar do Partido Comunista que em tempos dirigira a luta operária e popular, havia agora um partido revisionista chefiado pela clique burguesa de Cunhal, às ordens do social-imperialismo russo, e cuja preocupação principal era encontrar uma saída que evitasse a revolução. O movimento marxista-leninista, surgido desde 1964 contra a traição revisionista, estava ainda fraco e dividido, dominado por tendências pequeno-burguesas, isolado da classe operária e das massas, incapaz de influir na marcha dos acontecimentos.

3. AS DUAS FACES DO 25 DE ABRIL

À falta de forças revolucionárias que a derrubassem e de forças que a sustentassem com firmeza, a ditadura apodrecia, numa lenta agonia. Nestas condições, coube ao movimento dos capitães o papel decisivo no derrubamento do regime.

Pela determinação com que varreu os tiranos e restabeleceu as liberdades democráticas, o MFA ganhou o reconhecimento de todo o povo português. Contudo, devido à sua própria origem e composição de classe, o MFA era um movimento sem um programa preciso, oscilando entre dois campos. Tinha no seu seio oficiais sinceramente antifascistas mas estava também infiltrado por ultradireitistas como Spínola. Em resultado disto, o **25 de Abril abriu passagem a uma luta entre duas vias, entre duas correntes opostas.**

O regime fascista, em descalabro, não estava em condições de empreender resistência. Para impedir confrontos violentos que pudessem atear entre as massas as faúlhas de uma verdadeira insurreição, os reaccionários submeteram-se aos revoltosos. Não houve luta. Dum dia para o outro, todos os portugueses vieram a encontrar-se reunidos no campo democrático, enquanto a odiada ditadura se sumia sem combate e os criminosos escapavam sem castigo.

Houve uma enorme explosão de entusiasmo popular, a confraternização entre o povo e os soldados, a gigantesca manifestação do 1.º de Maio. O povo, saindo para a rua, fez desde logo transbordar o movimento muito para além dos limites dum simples golpe de Estado.

Mas o poder ficou nas mãos da Junta de Salvação Nacional, chefiada por Spínola. O carácter de classe do I Governo Provisório tinha muitas afinidades com o anterior. A burguesia monopolista e latifundiária teve que partilhar o poder com sectores da média e pequena burguesia mas conservava o controlo da situação. Era um governo apoiado pelos imperialistas norte-americanos que tinha por objectivo salvar as estruturas podres, salvar Angola como neocolónia, salvar tudo o que pudesse da herança fascista.

A burguesia apressou-se a chamar Cunhal de Moscovo para o governo e a entregar-lhe o Ministério do Trabalho. As grandes massas, durante 48 anos privadas de todos os meios de expressão e de organização, e que por isso não tinham podido sistematizar a sua prática política, confiaram no MFA, em Cunhal e em Soares como seus representantes e defensores. A clique contra-revolucionária cunhalista pôde fazer-se passar por representante e continuadora dos heróis comunistas a quem tinha atraído, surgiu aos olhos de grandes massas como a força revolucionária de vanguarda e pôde abusar impunemente da confiança que os trabalhadores depositavam no antigo PCP.

A queda do fascismo parecia ficar-se nos limites do «levantamento nacional» que o revisionista Cunhal desde 1961 vinha aconselhando à burguesia como solução da crise da ditadura: um movimento militar de surpresa, conduzido pelos oficiais e ajudado pela pressão por baixo do movimento de massas, de modo a evitar convulsões revolucionárias que pusessem em causa as instituições.

4. O FRACASSO DA LIBERALIZAÇÃO BURGUESA

Os inimigos do povo não previam contudo a capacidade revolucionária das massas trabalhadoras. A força das aspirações populares reprimidas durante meio século começou a galgar todas as barreiras, diques e desvios sucessivamente tentados pela burguesia e pelos seus lacaios cunhalistas. Durante o Verão de 1974 conjugaram-se três poderosos movimentos populares que fizeram fracassar a política de liberalização burguesa:

1.º) O movimento grevista e reivindicativo não diminuiu mas aumentou após o 25 de Abril. A classe operária reclamava que a democracia se traduzisse em factos. Conquistou aumentos de salários e o salário mínimo nacional, férias e subsídios, a proibição de despedimentos sem justa causa, o congelamento das rendas de casa. Varreu os lacaios fascistas das direcções dos sindicatos, impôs a liberdade de greve;

2.º) O povo, os soldados e os oficiais antifascistas exigiam o fim imediato da guerra em África, o reconhecimento da independência das colónias sem quaisquer condições. Manifestações, deserções e motins puseram em xeque a política colonialista do I e II Governos Provisórios;

3.º) O povo exigia a democratização real das instituições, levantava-se contra as cumplicidades que pretendiam manter tudo na mesma, tomava a iniciativa de sanear fascistas notórios dos seus cargos, fez desmorronar o aparelho repressivo da Pide e impôs o exercício das liberdades contra as restrições tentadas pelo governo.

Os cunhalistas colaboraram sem reservas na política dos dois primeiros governos provisórios visando fazer do 25 de Abril uma farsa. Diziam que o problema colonial era «complexo», que não se podia resolver pela simples retirada das tropas e acusavam as manifestações anticoloniais de ser uma «provocação». Condenavam as greves como «manobras reaccionárias inspiradas pela CIA». Denunciavam todas as acções do movimento popular em ascenso como «aventureirismo». Convoaram uma manifestação de apoio a Spínola quando já se tornava evidente que ele recusava reconhecer a independência de Angola e preparava um golpe. Tentaram mesmo impedir uma manifestação antifascista contra a revolta dos pides na Penitenciária.

Apesar de desmascarados junto de um sector da vanguarda operária que a partir daí começou a seguir o seu caminho independente e que veio a dar origem ao renascimento do nosso Partido Comunista, os cunhalistas conservavam ainda grande crédito e autoridade perante as grandes massas menos informadas e experientes. Isso permitiu-lhes durante o Verão de 1974 ganhar fortes posições no movimento sindical e tirar proveito dos saneamentos de fascistas para ocupar grande número de câmaras, juntas de freguesia e outros organismos. Usando essa base, tornaram-se a principal força no movimento operário e popular.

5. A JORNADA DO 28 DE SETEMBRO

Perante a radicalização do movimento operário e popular, que fez morrer na casca o golpe Palma Carlos, reagrupou-se para o contra-ataque a escumalha reaccionária dos Spínola, Melos e Champallimaud, juntos com os chefes do PPD e CDS. Organizou uma confederação industrial e começou a preparar um golpe para estabelecer o estado de excepção e o prosseguimento da guerra em Angola.

A conspiração ultra-reaccionária ruiu como um castelo de cartas perante a força do movimento popular. A 12 de Setembro, a grandiosa manifestação antifascista dos operários da Lisnave galvanizou o povo, desencadeou um novo ímpeto combativo no seio das forças armadas e entre os oficiais progressistas e lançou o pânico entre os reaccionários. A excepcional importância desta manifestação resulta do facto de, pela primeira vez desde a queda do fascismo, a classe operária intervir de forma organizada e poderosa com reivindicações políticas próprias e pondo em causa a política de conciliação e cumplicidade do governo. Ao conquistar o apoio dos soldados enviados para a reprimir, a manifestação tornou patente a incapacidade de os reaccionários exercerem a violência sobre as massas.

A conspiração spinolista da «maioria silenciosa» no 28 de Setembro nasceu já derrotada. Os operários e o povo trabalhador saíram para a rua ao lado dos militares antifascistas, levantaram barragens e desarticularam a intentona.

O 28 de Setembro foi um marco importante no avanço do nosso processo revolucionário.

Primeiro, porque pôs fim às manobras neocolonialistas da grande burguesia, impôs a decisão de reconhecer sem mais subterfúgios a independência total dos povos coloniais, dando um rude golpe nas esperanças da burguesia monopolista.

Segundo, porque pôs fim à tentativa de enganar as massas com a «revolução dos cravos», de lhes fazer crer que o inimigo se evaporava. O povo defrontou cara a cara os conspiradores reaccionários, tomou consciência de que era preciso um longo combate para defender a democracia e ganhou novo impulso.

Terceiro, porque criou, muito mais do que no 25 de Abril, a fraternidade na luta comum entre os trabalhadores e os soldados e marinheiros atraiu à causa popular uma massa importante de elementos da pequena burguesia e oficiais antifascistas, deslocando a correlação de forças para a esquerda.

O 28 de Setembro abriu passagem a um movimento democrático revolucionário de grande envergadura, que se foi alargando em ondas sucessivas e foi colocando reivindicações sempre mais avançadas, revolvendo até às entranhas a sociedade portuguesa.

6. A PRIMEIRA TENTATIVA REFORMISTA

O fracasso do golpe reaccionário deslocou também a correlação de forças no poder. Deixou de haver base para governos autoritários do tipo spi-

nolista. Sectores reformistas da pequena e média burguesia, representados pela maioria progressista do MFA (o Conselho dos 20) e pelo novo governo gonalvista tomaram o controlo da situação. Vacilantes, procuraram navegar entre duas águas e evitar os «excessos» de parte a parte. Tentaram limitar o impulso popular por meio de promessas e de apelos à ordem e à produção. Abafaram o inquérito ao 28 de Setembro, esconderam a culpabilidade de Spínola, dos chefes do PPD e do CDS e dos grupos financeiros. Nenhuma repressão foi exercida sobre os reaccionários, que continuaram anichados no aparelho de Estado e nas Forças Armadas, conspirando à vontade. Como os monopolistas e imperialistas enveredassem por uma política de boicote económico, de fuga de capitais e de encerramento de empresas, o Governo, longe de encargar medidas contra o capital financeiro, propôs-lhes um plano de fusão de empresas e de intervenções estatais. Na raiz desta política conciliatória estava a vinculação férrea da economia nacional ao imperialismo, que o governo não se atrevia a atacar.

A clique cunhalista influía de forma crescente nesta política. Na ausência do verdadeiro Partido Comunista, não lhe fora difícil fazer esquecer a sua política spinolista do Verão e conservar a confiança de grandes massas trabalhadoras, a quem aparecia como a única força organizada de esquerda.

Na nova fase mais avançada do movimento popular, as ambições dos cunhalistas cresceram. Na mira de ganhar posições preponderantes no poder e de conter a radicalização do movimento de massas, passaram a basear a sua política numa campanha desenfreada a favor da «aliança povo-MFA». Para ganhar a confiança da burguesia, o congresso cunhalista de Outubro de 1974 não avançou quaisquer reivindicações antimonopolistas, antilatifundiárias ou anti-imperialistas e retirou a meta da ditadura do proletariado. Para namorar os americanos, Cunhal declarava que os investimentos estrangeiros «serão bem-vindos», ao mesmo tempo que intensificava o intercâmbio «cultural» com a URSS, como meio de pressão ideológica e de suborno e primeiro passo para a penetração económica e política do social-imperialismo.

O resultado objectivo de toda esta política era impedir o povo de colher os frutos da vitória do 28 de Setembro e dar tempo aos reaccionários e fascistas para se reagruparem sob a direcção dos grupos financeiros e da CIA.

7. A OFENSIVA POPULAR NO INVERNO DE 74/75

Nem a política reformista do MFA e do Governo nem as manobras cunhalistas puderam impedir a ofensiva das grandes massas trabalhadoras que, com a vitória do 28 de Setembro, tinham saído para o primeiro plano da cena política com a sua iniciativa própria. Esta ofensiva concretizou-se em três aspectos: as ocupações, as conquistas do movimento sindical e as novas formas de organização popular.

1.º) **As ocupações** — A cólera popular contra os ricos e fascistas transbordava. Perante a sabotagem económica da burguesia reaccionária, que ati-

rava dezenas de milhares de trabalhadores para o desemprego, a classe operária lançou-se decididamente à ocupação das empresas declaradas em falência e ao saneamento em plenários dos fascistas e sabotadores. No Alentejo, onde os latifundiários organizados na ALA (Associação Livre de Agricultores), recusaram negociar os novos contratos colectivos e provocaram o desemprego em massa, os assalariados rurais lançaram-se nas primeiras ocupações de terras incultas, apontando o caminho para o grande movimento dos meses seguintes. Nas grandes cidades, moradores dos bairros de lata começaram a ocupar as casas desabitadas. Deste modo, para se defenderem da miséria e do desemprego, **os trabalhadores começaram a atacar o direito burguês de propriedade privada**, o que representou um enorme passo em frente do movimento revolucionário.

2.º) **As conquistas do movimento sindical** — A tentativa do PPD e CDS, com o apoio dos americanos para instituir a divisão organizada no movimento sindical foi varrida por um poderoso movimento de assembleias sindicais que levantou a classe operária e impôs a central única. Uma lei anti-greve decretada pelo III Governo Provisório e subscrita pelos cunhalistas foi pura e simplesmente ignorada pelos trabalhadores e passou directamente ao caixote do lixo. **A imposição da unicidade sindical e do pleno direito à greve** foram grandes vitórias do movimento operário que impulsionaram novas lutas.

3.º) **As novas formas de organização popular** — À medida que se espraiava este grande movimento operário e popular, formas de organização novas, que haviam começado a surgir logo após o 25 de Abril, propagaram-se rapidamente; as comissões de trabalhadores, comissões de moradores, de aldeia, etc. Eleitos em amplos plenários, estes **órgãos da vontade popular** ganharam grande autoridade política e deram um forte impulso à democracia de massas, lançando-se à resolução directa dos problemas prementes do povo, sem esperar por leis ou autorizações governamentais.

Na ausência de uma direcção revolucionária, todo este movimento se desenrolava sob a égide da autoridade do MFA e do Governo e era em grande parte manobrado e travado pela clique cunhalista. Mas, tanto pelos seus objectivos como pelas suas formas, começava já a ultrapassar nitidamente os limites da democracia burguesa. O processo revolucionário abordava uma nova etapa.

8. O GOLPE DE 11 DE MARÇO

A direita spinolista, reorganizada, pôs em marcha uma nova investida, com o apoio financeiro dos Melos, Champallimaud, etc., e o apoio político activo dos chefes do PPD e CDS e dos imperialistas americanos, que conspiravam e tomavam atitudes ameaçadoras. Era seu objectivo principal anular as conquistas democráticas dos trabalhadores.

A política seguida pelo grupo Soares favoreceu o avanço da direita. O PS surgira como máquina partidária organizada apenas em fins de 1974, graças ao apoio político e financeiro da social-democracia europeia e dos norte-americanos, que jogavam na criação de uma força capaz de

disputar as grandes massas aos cunhalistas. O grupo burguês dirigente do PS reuniu rapidamente uma base social de apoio pequeno-burguesa ou de mentalidade pequeno-burguesa e começou a jogá-la contra o avanço operário e popular e a aliar-se ao PPD para bater os cunhalistas. O resultado foi ajudar o desenvolvimento da conspiração golpista.

Foi de novo a decisão revolucionária da classe operária que derrotou a direita. A grande manifestação operária de 7 de Fevereiro em Lisboa, contra o desemprego e a NATO, marcou um novo passo em frente do processo revolucionário. Convocada pelas comissões de trabalhadores, apoiada pelos marxistas-leninistas, atacada pelos cunhalistas como «uma provocação da CIA, igual à da maioria silenciosa», a manifestação galvanizou o povo, tal como a da Lisnave em Setembro, para enfrentar as ameaças que se adensavam. O facto de os soldados do RALIS, enviados para conter os manifestantes, se terem manifestado de punho cerrado, lado a lado com os operários, veio a ter uma influência decisiva na marcha dos acontecimentos.

Sentindo que os soldados lhes escapavam mais e mais ao controlo e se passavam abertamente para o lado dos trabalhadores, os reacçãoários viram-se obrigados a precipitar a intentona. Contudo, a maioria das forças implicadas recuou no último momento. Os paraquedistas mandados contra o RALIS viram que tinham sido enganados e, envolvidos pelo povo, abandonaram a luta. Spínola teve que se pôr em fuga com meia dúzia de cúmplices. O 11 de Março, tal como o 28 de Setembro, foi um completo fiasco para os reacçãoários e imperialistas. Pela segunda vez, no espaço de poucos meses, o povo constatou que era capaz de derrotar a direita. Embora continuasse a atribuir o principal mérito da vitória aos militares progressistas, lançou-se com confiança redobrada para novas conquistas.

9. NOVAS CONQUISTAS

Sob a pressão da vitória popular, o núcleo das forças de direita desarticulou-se por algum tempo. No MFA, com a criação do Conselho da Revolução, o papel preponderante do COPCON e o sistema de amplas assembleias de oficiais para a eleição para os postos dirigentes, reforçou-se a influência da ala progressista. Fascistas e milionários, como os Melos e Espírito Santo, chegaram a passar pela cadeia, embora por pouco tempo devido à intervenção dos imperialistas. O movimento popular fez novos avanços, que se traduziram na conquista histórica da Reforma Agrária, nas nacionalizações, no controlo operário e na democratização das Forças Armadas.

O controlo operário foi um desenvolvimento superior das ocupações, greves e saneamentos conduzidos pelas comissões de trabalhadores. No seguimento destas acções radicais, os trabalhadores de muitas empresas compreenderam que, para fazer frente à sabotagem do patronato e ao desemprego, era imprescindível intervir directamente na administração, fiscalizar os levantamentos de fundos e os fornecimentos, fixar o leque de salários, restringir as regalias dos chefes, etc. O controlo operário representou, como Lénine demonstrou em

1917, um elemento importante na preparação política da classe operária para tarefas mais elevadas.

A democratização das Forças Armadas afirmou-se impetuosamente pela generalização das assembleias de delegados de unidade (ADU), vencendo a resistência dos oficiais de direita. Mantendo ainda a subordinação dos soldados à hierarquia, as ADU tiveram contudo um papel muito importante no avanço da consciência e organização dos soldados para uma fase superior. A aplicação do regulamento de disciplina militar herdado do fascismo ficou temporariamente paralisada. As Forças Armadas deixaram de funcionar como força de repressão. O mesmo aconteceu com a GNR e a PSP, privadas de autoridade.

O 11 de Março foi uma vitória de grande alcance do povo português. Aprofundou enormemente a crise revolucionária, criou as premissas de uma crise de poder da burguesia e do imperialismo. A burguesia já não podia governar como antes e não sabia como governar. O IV Governo Provisório, procurando recuar em boa ordem perante o avanço popular impetuoso, foi forçado a sancionar as conquistas do movimento revolucionário de massas através de uma série de decretos mais avançados do que os anteriores, como as leis das nacionalizações, da Reforma Agrária, da unicidade sindical, do arrendamento rural, etc.

10. A REFORMA AGRÁRIA

A ocupação pelos assalariados rurais dos latifúndios do Alentejo e Ribatejo foi a principal transformação revolucionária resultante do 11 de Março. Foi uma histórica iniciativa do proletariado rural do Sul, que atestou a sua capacidade revolucionária e fez dar um salto em frente ao processo revolucionário.

Contradições sociais explosivas tinham-se acumulado na região, com mais de 80 % das terras apropriadas pelos latifundiários e mais de 80 % da população agrícola reduzida à proletarianização, à miséria e ao desemprego cíclico. Sob a direcção do nosso antigo PCP e até à traição revisionista de 1956, o Alentejo tornara-se um dos principais focos revolucionários do país, um dos elos mais fracos da cadeia capitalista em Portugal. Desde o 25 de Abril, a revolta dos assalariados contra a exploração dos latifundiários crescia incessantemente. Nem a GNR, nem os partidos burgueses, nem mesmo os caciques cunhalistas a conseguiam conter.

Uma vez iniciadas, vencendo a resistência dos caciques cunhalistas que clamavam contra as «provocações», as ocupações alastraram como vaga incontível ao longo dos meses seguintes. Os proletários rurais realizaram o seu sonho de muitos anos, expulsando os ricos e tomando posse da terra, do gado e das máquinas. Visavam não só liquidar os latifundiários como classe mas também instituir relações de produção colectivas, avançadas, que banissem a exploração capitalista do Sul. Cerca de 450 cooperativas e UCP (unidades colectivas de produção) foram instituídas pelos assalariados sobre mais de um milhão de hectares, ou seja, sobre um quinto da área agrícola do país, promovendo o crescimento da produção agrícola e pondo fim ao desemprego tradicional nos campos do Sul.

As potencialidades revolucionárias deste grande movimento eram imensas no sentido de modificar a correlação das forças sociais e políticas, acabar com o jogo reformista da burguesia e pôr em marcha uma autêntica revolução popular. Mas isso só seria possível com a direcção de um autêntico Partido Comunista que, a partir das ocupações no Sul, conduzisse o levantamento geral do campesinato, da classe operária e das massas populares e desmantelasse a ordem burguesa. A clique contra-revolucionária de Cunhal lançou-se, sob o IV e o V Governos Provisórios, a canalizar a torrente das ocupações através das direcções sindicais da sua confiança, para as usar como arma de pressão política junto dos outros partidos burgueses e conquistar mais lugares nos ministérios e nas Forças Armadas. Em resultado desta política traidora, o movimento das ocupações veio perdendo o dinamismo revolucionário com que se iniciara. Mais de meio milhão de hectares ficaram nas mãos dos latifundiários. A condução burocrática de muitas ocupações, distorcendo a iniciativa dos trabalhadores, sufocando a democracia das massas, abriu campo para a formação de novas camadas de capatazes e chefes privilegiados e para choques evitáveis entre os trabalhadores e pequenos e médios rendeiros, choques que foram imediatamente explorados pelos partidos de direita.

Com a concessão de créditos e a rede de comercialização nas mãos dos capitalistas e do Estado burguês, a vida económica das cooperativas e UCP ficou sob ameaça permanente de estrangulamento. Foi-se tornando cada vez mais claro que as conquistas revolucionárias da Reforma Agrária, sem o apoio de outras transformações revolucionárias da estrutura económica e do aparelho de Estado não se podiam consolidar e estavam sujeitas ao contra-ataque reaccionário. A clique burguesa cunhalista, assinando as leis expoliadoras sobre o direito de reserva e de indemnizações, desarmando a vigilância política dos trabalhadores com a «batalha da produção», agiu como cúmplice da direita na campanha que visa liquidar a Reforma Agrária.

*porque não é
o rev. mas lase
nos nacional.*

11. AS NACIONALIZAÇÕES

As medidas de nacionalização que o IV e V Governos Provisórios foram levados a decretar atingiram os grupos financeiros em que estava organizada a burguesia monopolista e envolveram a banca e os seguros, os sectores dominantes da indústria, os transportes e a energia. O sector público passou a representar cerca de 45 % dos capitais, 20 % do pessoal empregado e 15 % do produto nacional.

As nacionalizações foram impostas pelo auge da luta da classe operária e das massas populares das cidades contra a sabotagem económica, o desemprego e a ameaça de colapso económico. Vinham no desenvolvimento necessário dos saneamentos, das ocupações e do controle operário. Correspondiam a um dos mais profundos anseios populares: livrar Portugal dos tubarões que haviam sido o principal esteio do fascismo, os incitadores às guerras coloniais, os causadores da miséria do povo. Foram antes de mais nada uma vitória da classe operária, que golpeou profundamente a burguesia.

Contudo, os objectivos revolucionários que os trabalhadores tinham em vista ao arrancar as nacionalizações foram falseados, uma vez que lhes escapava o controle do Estado. Os políticos reformistas e os traidores revisionistas que puseram em prática as nacionalizações fingindo obedecer à vontade popular, tinham em mira objectivos bem diferentes. O nosso Partido assinala a este respeito os seguintes aspectos:

1.º) **A burguesia monopolista desde antes do 25 de Abril procurava apoio do Estado e dos dinheiros públicos para sair da crise.** Verificando que o movimento popular revolucionário arrancava nas suas conquistas e que não havia nenhum governo capaz de o conter nesse momento, a burguesia monopolista estava disposta a encarar uma intervenção estatal que garantisse os seus interesses. A ofensiva dos trabalhadores obrigou essa intervenção a ir mais longe do que a burguesia desejava e a tomar a forma das nacionalizações. Mas, ao proceder às nacionalizações, o IV e V Governos tomaram compromissos ruinosos em nome do Estado, para calar o descontentamento do capital financeiro:

- a) pagar indemnizações aos capitalistas expropriados, permitindo-lhes assim jogar na especulação bolsista e voltar a investir pela mão dos monopolistas internacionais de que são associados;
- b) responsabilizar-se pelo pagamento das dívidas até aí contraídas pelos grupos monopolistas;
- c) levar por diante os investimentos antes projectados, desistindo de um programa ao serviço da economia nacional.

2.º) **As nacionalizações não tocaram no capital estrangeiro** que detém, hoje como há três anos, sectores-chave da produção industrial portuguesa, além do controlo sobre os preços e mercados, assim como sobre inúmeras matérias-primas, licenças e patentes. Nestas condições, ficou fora de questão qualquer hipótese de um programa independente para o sector público. Pelo contrário, **apertaram-se os laços de sujeição da economia nacional ao imperialismo, devido à forma como foram praticadas as nacionalizações:** o capital estrangeiro, que estava interpenetrado com os monopólios privados passou a estar directamente interpenetrado com o Estado, dentro do sector nacionalizado. É o caso da construção naval, da celulose, do cimento, etc. Passaram a ser os monopólios dos Estados Unidos e do Mercado Comum a ditar ao Estado que projectos deve adoptar e em que sentido deve orientar os investimentos. Agravou-se o controle e o saque imperialista sobre a economia nacional.

3.º) **As nacionalizações não acabaram com a grande burguesia, que continua a ter posições dominantes em diversos sectores.** Cerca de 90 % dos trabalhadores da indústria empregam-se em empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, muitas delas de grande dimensão. Nas cem maiores empresas industriais em 1971, 26 % das receitas ficou cabendo ao sector nacionalizado, 27 % ao sector controlado directamente pelo imperialismo e 47 % ao sector apropriado pelos capitalistas nacionais privados. A grande burguesia conservou sob a sua exploração ramos essenciais da economia: produtos alimentares e bebidas, metalomecânicas e material eléctrico, têxteis, materiais de construção, minas, comércio grossista, especialmente o comércio externo, imobiliários e turismo.

Isto mostra com clareza a falsidade da propaganda revisionista acerca das nacionalizações como

tendo liquidado o grande capital e tendo criado um sector «não-capitalista», determinante na economia nacional, capaz de impedir a recuperação capitalista, capaz de conduzir Portugal para o socialismo, etc. As nacionalizações (assim como as intervenções estatais) foram negociadas pelo IV e V Governos com os monopólios e o imperialismo de modo a salvaguardar o essencial dos seus interesses. Criaram um sector de **capitalismo de Estado**, em que as relações de produção se mantêm as mesmas e em que o Estado burguês cumpre o papel de capitalista colectivo, assegurando ele mesmo a apropriação e redistribuição da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Deixaram abertas as condições para uma recuperação do grande capital.

12. AS ELEIÇÕES PARA A CONSTITUINTE

O nosso Partido destaca três conclusões essenciais das eleições para a Constituinte que tiveram lugar em 25 de Abril de 1975.

Em primeiro lugar, as eleições alertaram para o fosso profundo que se abria entre o Norte e o Sul, entre as cidades e os campos. Os sectores avançados da classe operária, dos assalariados rurais, dos soldados, etc., reclamavam medidas que concretizassem a derrota da direita no 11 de Março: a expropriação dos grandes capitalistas, latifundiários e especuladores, a prisão dos conspiradores fascistas, medidas radicais de saneamento, o alargamento da democracia para o povo, uma atitude firme perante o imperialismo. Mas as grandes massas camponesas, assim como largos sectores da burguesia e mesmo de trabalhadores menos conscientes não viam ainda a origem da crise e os meios de a resolver, mostravam-se indecisos e assustados com o impeto do movimento popular. Isto permitiu aos partidos da direita, PPD e CDS, apoiados nos caciques das regiões rurais obter em conjunto os votos de mais de um terço do eleitorado. A partir daí, as forças reaccionárias e pró-imperialistas passaram a jogar em larga escala na divisão do povo e a invocar o resultado das eleições como argumento para a sua ofensiva de direita.

Em segundo lugar, as eleições mostraram que o grosso do movimento sindical e os sectores populares mais activos e organizados continuavam enganados pela clique cunhalista e que aqueles que já se apercebiavam do seu carácter contra-revolucionário estavam sob a influência da pequena burguesia radical. A votação obtida pelo partido revisionista foi um desaire para os chefes cunhalistas, que até aí se apregoavam como «o grande partido da esquerda». Mas deixou-lhes uma importante massa de operários e trabalhadores urbanos da região de Lisboa-Setúbal e de assalariados rurais do Sul como base de manobra para a sua política contra-revolucionária. Por outro lado, os 100 mil votos recolhidos pelas forças marxistas-leninistas e o deputado eleito pela UDP representaram uma vitória sobre o revisionismo, cujo alcance foi contudo muito limitado pelo «esquerdismo» pequeno-burguês inconsequente que afogava os grupos. A inexistência de uma verdadeira vanguarda proletária revolucionária continuou a ser o principal elemento impeditivo do avanço consequente do movimento popular.

Em terceiro lugar, as eleições mostraram que prevalecia em vastos sectores populares uma tendência de expectativa e de conciliação, que se traduziu na forte votação obtida pelo PS. A demagogia soarista do «socialismo em liberdade», possibilidade de evitar o fascismo sem avançar com o processo revolucionário, atingiu amplas camadas trabalhadoras e pequeno-burguesas e deu nova autoridade aos chefes social-democratas do PS para o seu jogo de fiel da balança entre fascistas e cunhalistas e de travagem gradual do movimento popular.

Na situação confusa saída das eleições, agravou-se a divisão no seio do povo, o isolamento dos sectores de vanguarda, e agudizou-se ao extremo a luta entre as diversas correntes burguesas para tomar a direcção dos acontecimentos e ganhar a hegemonia.

13. A OFENSIVA DA DIREITA E O AFUNDAMENTO DO MFA

As forças reformistas que dominavam o MFA e o Conselho da Revolução, tentando alcançar o regime democrático a que se tinham comprometido, eram obrigadas a manobrar no meio da disputa entre os social-democratas, os partidos de direita e os cunhalistas. Perante a inutilidade do pacto de Abril a que o Conselho da Revolução procurava vincular os partidos, uma nova tentativa de equilíbrio surgiu com o «Programa de Acção Política» do MFA, que não teve melhor sorte.

O PPD e o CDS, explorando os resultados das eleições, exigiam mudanças no governo. Puseram em marcha uma campanha reaccionária, aproveitando o descontentamento dos camponeses do Norte e das Beiras. Isso não foi difícil, porque os sucessivos governos não tinham resolvido nenhum dos seus problemas e pelo contrário os tinham agravado. As campanhas de «dinamização» do MFA que nada resolviam e a corrupção dos caciques cunhalistas nas câmaras e grêmios espalharam a indignação nas aldeias. Muitos camponeses acorreram enganados às manifestações e plenários promovidos pelos partidos de direita, onde estes agitavam o papão da «comuna de Lisboa» e espalhavam o boato de que todas as terras iriam ser expropriadas.

Em breve o PPD e o CDS passavam da histeria anticomunista e do ataque aberto contra o MFA aos atentados bombistas do ELP e a seguir aos assaltos e incêndios contra as sedes dos cunhalistas e dos partidos de esquerda. Nos Açores e Madeira, em estreita colaboração com os agentes americanos, puseram em acção bandos terroristas e separatistas. Geraram assim um clima de ameaça de guerra civil com que passaram a pressionar o Conselho da Revolução e os chefes do PS para forçar uma inflexão do governo à direita.

Num primeiro momento, prevaleceu no MFA e no Conselho da Revolução a tendência para reagir à pressão da direita por uma intervenção política mais activa e radical. O «Documento-guia Povo-MFA» condenava expressamente não só o fascismo como a social-democracia, decretava a linha «terceirromundista», punha os partidos para segundo plano

e apontava para uma nova estruturação do poder, assente nas assembleias populares, tendo por missão unir as comissões de trabalhadores, comissões de moradores e outros órgãos de vontade popular em torno do MFA. Era o projecto de um utópico «socialismo militar» mas que pretendia encontrar uma saída para a guerra entre os partidos burgueses, na qual se agravava a divisão do povo e ganhava terreno a direita.

Os chefes do PS e do PPD responderam de imediato a esta nova orientação abandonando o governo e desencadeando uma grave crise política. Sob a pressão da luta partidária e do ascenso popular de massas, a unidade insegura do MFA acabou por se cindir em correntes opostas. Surgiu à luz do dia a luta entre as várias correntes políticas pelo controle das Forças Armadas.

Quatro correntes saíram do MFA desintegrado: em primeiro lugar, a direita militar, abertamente fomentada pelos americanos, que veio juntar aos assaltos e incêndios do PPD e CDS a ameaça de golpe; em segundo lugar, o grupo dos Nove, apoiado pelos chefes do PS, lançou o «documento Melo Antunes» exigindo uma viragem para a social-democracia; em terceiro lugar, os oficiais progressistas do COPCON com o seu documento-programa tentaram dar continuidade à linha do «socialismo militar»; por último, a ala gonzalvista, sector reformista e vacilante, que a clique cunhalista tentou utilizar para ganhar a hegemonia no poder.

14. O GONÇALVISMO — FALSA POLÍTICA DE ESQUERDA

A política de Vasco Gonçalves que dominou a última fase do IV Governo e o V Governo desmentiu a face popular e radical com que pretendia apresentar-se e traiu a confiança que largos sectores trabalhadores nele depositavam.

O Governo gonzalvista afirmava que se estava em transição para o socialismo, que vigorava o poder popular e que o capitalismo estava em liquidação; deu grandes esperanças à classe operária e aos assalariados rurais com os decretos reconhecendo a Reforma Agrária, nacionalizando a CUF, etc. Mas a pretexto do socialismo, reclamava que os trabalhadores pusessem de parte as suas legítimas reivindicações e se lançassem na «batalha da produção» e adoptou leis antipopulares, como as dos despedimentos, contra as ocupações de casas, contra a gestão democrática do ensino, etc. Fazia resistência passiva aos saneamentos exigidos pelas massas, ao controle operário e a outras iniciativas revolucionárias. No plano económico, defendeu as indemnizações aos monopolistas, o código de investimentos estrangeiros, a tolerância para com os especuladores e sabotadores da economia. No plano político, absteve-se de reprimir os fascistas, abafou as cumplicidades nos golpes de 28 de Setembro e de 11 de Março e nada fez para julgar os pides, como era exigência do povo.

Esta política vacilante fez-lhe perder pouco a pouco o apoio da vanguarda popular e permitiu que redobrassem os ataques da direita. Na raiz da impotência do gonzalvismo estava a sua incapacidade em atacar as posições do grande capital e dos fascistas dentro do aparelho de Estado, a sua timi-

dez perante o imperialismo. Apesar de os norte-americanos terem aparecido descaradamente envolvidos na sabotagem económica, nos golpes reacçãoários, e em sucessivas exhibições de intimidação da NATO, nenhuma medida foi tomada contra eles. Pelo contrário, foram renovadas as garantias e convites ao investimento. Os círculos imperialistas internacionais comentavam favoravelmente o facto de Portugal «ser o primeiro país a entrar numa via socialista sem tocar nos interesses do capital estrangeiro».

Os cunhalistas foram os principais inspiradores e executores da política gonzalvista, acentuando mais ainda as contradições em que se debatiam. O que lhes interessava era manter de pé o governo de Vasco Gonçalves para reforçar a toda a pressão as suas posições no aparelho de Estado e negociar em melhores condições o recuo perante a ofensiva da direita.

Desde o 11 de Março, e a partir das posições que já tinham no MFA, no Conselho da Revolução e no Governo, infiltraram-se em larga escala na 5.ª Divisão e na Extinção da Pide, que tornaram feudos seus e embriões de uma nova polícia política, na administração das empresas nacionalizadas e intervencionadas, no Instituto da Reforma Agrária e nas comissões de reforma agrária, nos grémios da lavoura, no ensino, na imprensa, na rádio e TV. Puderam assim alargar a sua base social a novos sectores da burocracia sindical, da aristocracia operária da burguesia burocrática, dos intelectuais e quadros. Servindo-se destes sectores, a clique cunhalista procurava enquadrar e manobrar maiores massas da classe operária, dos assalariados rurais e dos empregados. Reforçaram o controle ao movimento sindical, onde promoveram autênticos assaltos às direcções. Os seus caciques sindicais espezinhavam descaradamente a vontade dos plenários, criando um clima de intolerância fanática. Também os órgãos de vontade popular passavam em grande parte para o controle cunhalista.

O seu plano contra-revolucionário era dominar os sectores-chave das Forças Armadas, da política, da economia e da informação para tomar a gerência do sector capitalista de Estado e servir a estratégia social-imperialista soviética. Mas o que conseguiram foi caminhar para um grande fracasso. Os seus agentes infiltrados nos órgãos de poder em breve se encontraram suspensos no ar, atacados pelo PS, PPD e CDS e sem apoio popular. O V Governo tinha os dias contados. Numa última jogada, os cunhalistas constituíram em fins de Agosto uma pretensa «Frente de Unidade Revolucionária» (FUR), com a qual promoveram uma manifestação para pressionar o Presidente da República e dar continuidade ao V Governo. Contudo, passados três dias apenas, abandonavam os grupos radicais e trotskistas de que se tinham servido para montar a encenação da FUR e entraram em negociações com os social-democratas. A assembleia de Tancos do MFA, em começos de Setembro, impôs o ultimato conjunto da ala direita e do «grupo dos Nove», apoiados pelos social-democratas do PS, para o fim do gonzalvismo.

As traições da camarilha burguesa de Cunhal durante este período tornaram-nos cúmplices na divisão do povo, no recuo dos sectores intermédios e na criação de condições propícias para o contra-ataque da direita.

15. A CRISE DO OUTONO DE 1975

O VI Governo concretizou a partilha de poder entre os vencedores de Tancos, os social-democratas e os direitistas, com a colaboração subalterna dos cunhalistas, amarrados como reféns ao compromisso da «estabilização» exigido pela burguesia reacçãoária. Desde os primeiros dias, o VI Governo lançou-se a atacar as conquistas políticas, sociais e económicas da classe operária e das restantes massas trabalhadoras e a tentar pôr fim à democracia nos quartéis, que era o principal pesadelo da burguesia. Medidas de força começaram a ser usadas pelos comandos reacçãoários das Forças Armadas no saneamento de militares progressistas. Contudo, a resposta popular a estas medidas ultrapassou as previsões da direita: grandes manifestações de milhares de trabalhadores e soldados estreitaram a sua unidade, puseram em xeque as ordens governamentais e semearam a desagregação no Exército (lutas do CICAP/RASP, de Beja e do Montijo, multiplicação dos plenários e comissões de soldados, aparecimento dos SUV).

Simultaneamente, amplas massas operárias e populares levantaram-se numa grande vaga de reivindicações, manifestações e protestos em que se distinguiram as lutas dos metalúrgicos e da construção civil, que reduziram a autoridade do governo a zero.

Surgiram condições favoráveis para abrir uma saída popular, democrático-revolucionária, à crise que se abria com o 25 de Abril e que se transformara na incapacidade de governo por parte da burguesia, cada vez mais dividida face ao movimento popular em ascenso. Mas a camarilha de Cunhal teve ainda desta vez a oportunidade de jogar com os interesses das massas. Os chefes cunhalistas trocaram instantaneamente os apelos à ordem e à «batalha da produção» pela exploração das lutas de massas que antes atacavam como «manobras da reacção». Usaram as greves e lutas como instrumento de pressão sobre o Governo no qual participavam, esperando melhorar de novo as suas posições nos órgãos de poder político e militar. Roubaram assim mais uma vez às massas o fruto político da sua luta.

Em começos de Novembro, a situação era caótica e a acção do Governo estava paralizada. Os órgãos do poder militar, minados por rivalidades, também tinham deixado de funcionar. Os chefes dos partidos burgueses e das facções militares trocavam ameaças de confronto, aticavam a psicose do golpe e entraram numa escalada de manifestações e contra-manifestações. A saída do impasse político transferiu-se definitivamente para o terreno das conspirações militares.

16. A FALÊNCIA POLÍTICA DOS GRUPOS

A tendência que prevaleceu nos grupos ditos marxistas-leninistas durante a crise do Verão e Outono foi para se limitarem a flutuar sobre o ascenso popular julgando conduzi-lo. Alguns grupos tiveram uma intervenção positiva no desencadeamento de grandes acções de massas, sobretudo a potente manifestação de 20 de Agosto em Lisboa. Todavia, o que de positivo havia nestas manifestações não se

traduzia em frutos políticos nem abria uma saída popular para a crise, por não se enquadrar numa alternativa consequentemente revolucionária.

Os principais erros que ressaltam da actividade dos grupos neste período foram:

— Avançar na maré vanguardista operária e pequeno-burguesa da região de Lisboa-Setúbal, sobrestimar desmedidamente as próprias forças, esquecer o trabalho entre os camponeses, fechar os olhos à ameaça crescente duma confrontação Norte-Sul e cidades-campos e não perceber que o essencial era ganhar tempo para acumular forças e desagregar a influência reacçãoária sobre os camponeses e as massas atrasadas e a influência cunhalista sobre a classe operária.

— Voltar-se quase exclusivamente para as grandes manifestações e jornadas de luta, desinteressar-se do trabalho diário de educação política das massas através da luta pelas suas reivindicações e interesses imediatos, desinteressar-se do trabalho de organização no seio da classe operária e do povo, entregando de facto o grosso do movimento popular à direcção dos cunhalistas. Isto conduziu na prática ao afrouxamento da luta política e ideológica contra os cunhalistas e contra o social-imperialismo russo.

— Transferir para o plano da táctica a alternativa «fascismo ou revolução», concentrar-se nas proclamações sobre a revolução armada e a tomada do poder e desprezar a propaganda em profundidade em torno da luta e da unidade popular contra a ameaça fascista, que sensibilizaria largas massas e permitiria aglutiná-las numa corrente única. Os apelos exaltados do Verão, os desafios do «ousaremos vencer» assentavam num único facto: a esperança num golpe militar radical apoiado pelas massas; esta foi, nas novas condições políticas, mais uma manifestação da clássica tendência putchista da pequena burguesia radical nos momentos de crise.

— Atribuir ao documento dos oficiais progressistas do COPCON um papel que ele não podia ter de programa político para o movimento popular, contribuindo assim para alimentar ilusões espalhadas em largos sectores populares sobre a possibilidade de avançar sob a protecção dos caudilhos militares. Isto acentuou a tendência para as comissões de trabalhadores e de moradores mais avançadas se subordinarem aos quartéis nas chamadas «Assembleias Populares» e contribuiu para a desorientação e impotência popular no 25 de Novembro.

— Identificar erradamente as correntes social-democratas e reformistas com o fascismo e atacar ambas por igual, em vez de procurar uma alternativa de luta popular que neutralizasse as vacilações dos reformistas e os afastasse dos fascistas.

Em Outubro-Novembro, quando se tornou claro que se caminhava para um confronto desastroso, esses mesmos grupos passaram a centrar a sua agitação sobre a palavra de ordem «não à guerra civil». Embora esta correspondesse a uma ideia justa, tomou um carácter defensivo e impotente por não ser integrada numa alternativa política real. Isso impediu-a de ganhar raízes entre as massas e de desempenhar um papel positivo na marcha dos acontecimentos.

A única alternativa que alguns outros grupos encontraram foi a linha ainda mais errada e desastrosa do «anti-social-fascismo». Partindo da constatação correcta do acirrar da disputa entre as duas superpotências em torno do nosso país e

da acção quinta-colunista dos cunhalistas, passaram a negar o carácter determinante da luta de classes interna e caíram em posições do mais completo direitismo e capitulacionismo:

— Encaravam todas as acções avançadas das massas como obra da conspiração cunhalista, não sabiam distinguir entre a radicalização operária e popular e os traidores cunhalistas infiltrados, renunciavam a disputar as massas à direcção revisionista e punham-se à margem e mesmo contra o movimento popular. Foram assim conduzidos ao isolamento, ao sectarismo feroz e à morte política.

— Consideravam a ameaça de uma ditadura cunhalista como mais iminente do que a ameaça fascista, o social-imperialismo russo como mais poderoso em Portugal do que o imperialismo americano, o que os levava a servir objectivamente de apoio à conspiração fascista-imperialista em desenvolvimento.

— Não viam a viragem à direita dos reformistas e do grupo dos Nove e atribuíam-lhe uma capacidade de intervenção política independente que eles não podiam ter. Viam como alternativa para a disputa entre americanos e russos em torno do nosso país a integração no bloco imperialista do Mercado Comum. Alinhavam-se atrás dos reformistas e do grupo dos Nove, que estavam a fazer o jogo da reacção e do imperialismo, vendo neles o único opositor firme à ameaça de um golpe revisionista.

Os diversos grupos mostraram-se incapazes de superar tanto o oportunismo de «esquerda» como o oportunismo de direita e de formular uma linha táctica ajustada à situação e que pudesse dar corpo a uma grande frente de massas em luta pela liberdade, por novas conquistas populares e pela independência nacional. Essa incapacidade política resultava da sua incapacidade mais geral de caminharem para o Partido, que era a verdadeira chave de tudo. A direcção pequeno-burguesa dos grupos, exercida através dos seus caciques lutando entre si e atrasando a reconstrução do Partido, era a origem da sua impotência política.

17. O 25 DE NOVEMBRO, GOLPE MONTADO PELA CIA E PELO SERVIÇO SECRETO ALEMÃO

Os acontecimentos do 25 de Novembro foram o culminar da conspiração das forças da grande burguesia, do PPD e CDS, conduzidas directamente pela direita militar sob a direcção da CIA, do Pentágono e dos serviços secretos alemães. O êxito da conspiração foi facilitado pelo apoio que lhe deram os chefes do PS, o VI Governo e o grupo dos Nove, convencidos de que poderiam tirar vantagem do ataque da direita. Hoje ainda, tanto as forças de direita como os reformistas procuram ocultar do povo o papel que tiveram no golpe reaccionário e pró-imperialista de 25 de Novembro. Têm mesmo o descaramento de o apresentar como «a defesa da legalidade contra a perversão totalitária».

Desde que se tornara patente a incapacidade do VI Governo para fazer cumprir as suas leis antipopulares e antidemocráticas, a direita militar tomou a direcção dos acontecimentos e pôs em prática o

plano que há muito vinha sendo concebido para expulsar todos os oficiais que mereciam a confiança dos soldados e do povo. Esta era a condição essencial para tentar impor marcha atrás ao processo revolucionário. Trabalharam activamente na provocação os agentes americanos Morais da Silva, Pires Veloso, Jaime Neves, Sá Carneiro, Freitas do Amaral, etc., em aliança com Ramalho Eanes, Mário Soares, Pinheiro de Azevedo e outros. Também os grupelhos de Vilar e do MRPP, em plena degenerescência contra-revolucionária, colaboraram directamente com os oficiais do MDLP e com agentes secretos americanos e alemães no desenrolar do golpe, actuando como seitas especializadas na provocação política e na denúncia policial.

A Rádio Renascença foi destruída à bomba, num brutal desafio ao povo. Aproveitando o descontentamento dos paraquedistas contra esta acção, Morais da Silva induziu os oficiais a abandonar a base de Tancos, para criar uma situação de caos, propícia ao golpe. Enquanto o PPD tentava provocar confrontos sangrentos no Porto e organizava o assalto à sede da UDP, o VI Governo suspendeu a actividade, num claro convite à intervenção militar. A 20 de Novembro, num golpe de força, o Conselho da Revolução substituiu Otelo no comando da Região Militar de Lisboa. Morais da Silva faz transferir os aviões de combate para a base de Cortegaça. A 22, Mário Soares convoca por todo o país manifestações para darem a base política ao golpe. A 24, os fascistas lançam provocações armadas contra cooperativas alentejanas e fomentam um pretenso levantamento camponês, com barricadas em Rio Maior e ameaças de cortar a energia e os abastecimentos à capital.

O desenrolar das acções da direita mostra a aplicação de um plano com a marca da CIA. Na situação confusa que se vivia, devido à ausência de uma direcção revolucionária da classe operária, todas as condições eram favoráveis ao êxito da conspiração. Faltava-lhe só um pretexto para conseguir que as massas ficassem confundidas e paralisadas perante o golpe. Esse pretexto foi-lhe fornecido pelos cunhalistas.

18. A PROVOCAÇÃO CUNHALISTA SERVE DE DETONADOR AO GOLPE DE DIREITA

A medida que se aproximava a data da independência de Angola, mais directa e descarada se tinha tornado a intervenção dos agentes russos em Portugal. A situação instável que se vivia no país parecia-lhes favorável para um golpe que lhes facilitasse uma entrada em força no novo governo de Angola. Travavam-se aí combates e os russos sabiam que a posição do Governo português e das tropas portuguesas podia influir na direcção que iam tomar os acontecimentos angolanos. Na correlação de forças existente com os Estados Unidos, os social-imperialistas não consideravam viável arrancar Portugal à esfera de influência americana. Viam a hipótese de um golpe em Portugal apenas como uma manobra de diversão e um trampolim para entrar em Angola. Que o nosso povo pudesse ser mergulhado num banho de sangue por causa

dos seus interesses imperialistas, era questão que não os preocupava.

A camarilha contra-revolucionária cunhalista desde Agosto vinha jogando todos os seus trunfos para servir os interesses expansionistas dos russos. Tentavam impor mudanças radicais no Conselho da Revolução e no Governo para forçar o Presidente da República a entregar o poder em Angola a um governo pró-russo, com o controlo do território. Tentaram obter o embarque de tropas para Angola e expediram para aí grande número de elementos da sua confiança.

Em princípios de Novembro, a clique de Cunhal montou uma vasta encenação em todas as frentes, como forma de «bluff» e chantagem para conseguir mudanças no Governo a seu favor. O «Avante» rodeava as lutas de massas de uma aparência pré-insurreccional e proclamava: «Desta vez o confronto tem que ser decisivo». Os dirigentes vendidos da Intersindical colaboraram na manobra alertando os trabalhadores para acontecimentos extraordinários que estariam em preparação. Por meio do seu domínio sobre a grande imprensa, os cunhalistas fomentavam diariamente a histeria, o boato e a intriga. O seu objectivo não era evidentemente qualquer insurreição popular, que temiam tanto como a direita, mas criar um ambiente favorável às suas exigências de recomposição do Governo.

Entretanto, a secção militar cunhalista lançou-se a tramcar um golpe para se adiantar ao golpe da direita em marcha. A pretexto da «defesa da revolução», começou a fomentar um ambiente de «putch» em várias unidades. Infiltrando-se nos SUV tentou manipular a justa luta dos soldados contra a substituição dos seus comandos antifascistas num sentido golpista. Passou a namorar os oficiais progressistas do COPCON que até aí havia atacado e caluniado. Otelo foi apresentado em grandes manifestações para convencer as massas de que o golpe tinha a vitória garantida. Esperava-se assim colocar os oficiais progressistas perante o facto consumado e arrastá-los para uma aventura.

No dia 25 de Novembro, a ocupação das bases pelos paraquedistas amotinados, lançada para deslocar a correlação de forças militares para o lado dos cunhalistas, foi o rastilho que serviu de pretexto ao golpe da direita. A luta dos paraquedistas contra a hierarquia reaccionária que dominava a Força Aérea era justa. Mas a sua acção, sem quaisquer condições de êxito, actuou para todos os efeitos como uma provocação ao serviço dos reaccionários. Assim os oficiais cunhalistas agiram como detonador do golpe de direita.

Também os grupos radicais pseudo-revolucionários e trotskizantes actuaram como colaboradores na manobra cunhalista. As suas proclamações para a insurreição armada e a tomada do poder na véspera do 25 de Novembro foram mais uma provocação útil à direita.

Desencadeadas as operações, o grupo de Cunhal recuou precipitadamente. Da chantagem arrogante passou ao capitulacionismo. Paralizou as forças da Marinha, isolou e abandonou os paraquedistas e o RALIS. Por intermédio de Melo Antunes, fez um acordo com a direita, comprometendo-se a reconhecer o novo poder e conservando o seu lugar no Governo. A partir daí, os comandos do fascista Jaime Neves avançaram sem obstáculo.

As chantagens e as provocações dos cunhalistas, ao serviço do social-imperialismo russo, custaram

um pesado preço aos trabalhadores, aos antifascistas e a todo o povo, provocando um refluxo do processo revolucionário por algum tempo. Este foi um dos maiores crimes do grupo contra-revolucionário de Cunhal contra o povo.

19. FRENTE AO 25 DE NOVEMBRO EXIGIA-SE A RESPOSTA POPULAR DE MASSAS

Nos grupos ditos marxistas-leninistas manifestaram-se perante o 25 de Novembro tendências contraditórias e conflitos agudos que apressaram a sua desagregação final. O Congresso de Reconstituição do nosso Partido, aberto poucas semanas depois, não dispunha ainda duma perspectiva clara dos acontecimentos e não conseguiu dar uma resposta ao debate em torno da questão.

Um grupo de elementos defendeu na altura que a resposta obrigatória dos revolucionários ao golpe da direita deveria consistir na resistência armada dos militares antifascistas, por pequenas que fossem as probabilidades de êxito, e mesmo na formação de brigadas de choque e no lançamento de acções guerrilheiristas. Os defensores destas concepções viam os acontecimentos sob a óptica do golpe e do contra-golpe militar e não das acções político-revolucionárias de massas. As suas posições estavam na continuidade das tendências aventureiristas fapistas que já em 1964-66 tinham destruído as forças marxistas-leninistas e atrasado por muitos anos a reconstrução do Partido e a luta revolucionária antifascista.

Não menos erradas e prejudiciais foram as tendências de outros sectores para assistir de braços cruzados aos acontecimentos, quer invocando a pequenez das forças revolucionárias para se oporem ao golpe da direita, quer apresentando o 25 de Novembro como uma disputa entre fascistas e social-fascistas, de que os trabalhadores e forças progressistas se deveriam alhear. Esses elementos não tiveram em conta que a posição dos revolucionários nunca poderia ser de inércia numa situação em que se jogavam as liberdades populares. Em vez do caminho duro e difícil da luta de massas, preferiram demitir-se das suas responsabilidades perante os trabalhadores.

O nosso Partido, apetrechado por uma experiência política que, embora curta, é já rica e variada, condena ambas as posições como reflexo da ideologia pequeno-burguesa que dominava os grupos ditos marxistas-leninistas. O nosso Partido defende que a posição de forças autenticamente revolucionárias perante o 25 de Novembro não poderia ser de aventureirismo nem de abstenção, mas de intervenção activa, organizada e responsável. Exigia-se nesse momento estar com as massas hora a hora, explicar-lhes a situação, mobilizá-las para a acção e defender da repressão as forças organizadas. Foi esse caminho marxista-leninista que apontaram as forças proletárias sãs existentes nos vários grupos, com o seu trabalho abnegado de esclarecimento das massas durante o estado de sítio e com a realização da assembleia de comissões de trabalhadores e moradores que levantou a sua voz corajosa para a resistência e a luta.

O 25 de Novembro foi uma derrota séria na marcha do nosso processo revolucionário. O nosso Partido deve tirar desta derrota todas as lições para enriquecer a sua linha política e educar os seus militantes.

20. A OFENSIVA REACCIONÁRIA BLOQUEADA PELA RESPOSTA POPULAR

O golpe reaccionário e pró-imperialista de 25 de Novembro, apresentado como «a reposição do verdadeiro espírito do 25 de Abril», foi a negação deste, a tentativa de o destruir. Os políticos reformistas que tinham pensado poder servir-se dos generais de direita como um instrumento, viram-se em risco de ser submergidos e tiveram que lhes fazer sucessivas concessões.

Para satisfazer as exigências do grande capital e dos imperialistas, o VI Governo deu campo livre à especulação e à carestia, congelou os salários e contratos colectivos e agravou o desemprego. A inflação e a crise baixaram bruscamente o nível de vida da classe operária e das massas trabalhadoras. O Governo reconheceu aos latifundiários o direito de reserva e de indemnizações. Este decreto, que os cunhalistas assinaram para não perder os seus postos no Governo, foi um ataque frontal à Reforma Agrária.

O VI Governo lançou-se a liquidar as liberdades: a PSP e a GNR voltaram a surgir nas ruas, investindo a tiro contra greves e manifestações, desocupando casas, fazendo rusgas; os fascistas começaram a ser reintegrados nos seus lugares; a situação difícil de meio milhão de retornados de África foi aproveitada para tentar transformá-los numa força de choque fascista; os torturadores da Pide soltos e os bombistas do ELP puderam actuar à vontade.

Estas eram as garantias de «normalização» que os ministros do VI Governo apresentavam ao começar a percorrer os países imperialistas, mendigando créditos e empréstimos.

Em algumas semanas, as conquistas do povo revolucionário foram brutalmente golpeadas. Mas as massas populares, encabeçadas pela classe operária, deram pronta resposta aos generais reaccionários, ao VI Governo e aos seus patrões americanos e alemães. Quinze dias após o golpe, os operários da construção civil de Braga ocuparam a delegação do Ministério do Trabalho na luta pelas suas reivindicações. Realizaram-se importantes manifestações populares em Lisboa, Beja e Braga. Foi o sinal de partida para um novo e grande movimento grevista, que alastrou a todo o país em Fevereiro-Março, enfrentando com decisão o patronato reaccionário e o VI Governo.

As massas não se atemorizaram com a repressão e manifestaram-se diante dos tanques pela libertação dos militares progressistas, contra os partidos de direita. O assassinato de manifestantes frente à prisão de Custóias despertou uma onda de indignação nacional. A força do protesto popular arrancou da cadeia os militares presos. Os moradores unidos impediram os despejos. Reacendeu-se o espírito democrático revolucionário do 25 de

Abril. A avançada da direita foi travada e a divisão voltou a cavar-se entre os partidos da burguesia, incapazes de colher os frutos que esperavam do 25 de Novembro.

21. FACTORES DE AMADURECIMENTO DO MOVIMENTO POPULAR

Quatro factores importantes contribuíram para que o movimento operário e popular após o 25 de Novembro ganhasse maior maturidade política.

Primeiro: a morte do mito da aliança Povo-MFA. As massas viram sair do MFA desintegrado oficiais spinolistas com aspirações a Pinochet, oficiais fiéis à causa popular e oficiais vacilantes e conciliadores perante o inimigo. E viram ainda que a corrente de direita exercia forte influência nas Forças Armadas e tinha poder para perseguir os oficiais progressistas. Deixaram de acreditar na vocação revolucionária do MFA, encontraram-se sem o guarda-chuva protector do COPCON e viram a cena política clarificar-se. Pela primeira vez depois do 25 de Abril lançaram-se na luta contra o Governo reaccionário e contra a ameaça fascista contando apenas com as suas próprias forças.

Segundo: a descoberta que novos sectores populares fizeram do carácter contra-revolucionário do cunhalismo. Em seis meses, os cunhalistas mostram aspectos novos da sua natureza: provocadores, demagogos e golpistas em Outubro-Novembro; capitulacionistas no 25 de Novembro e nas semanas imediatas, em que desapareceram da circulação; sabujos do Governo e do Exército nos meses seguintes, para se reabilitarem aos olhos da burguesia e merecerem o seu lugar no Governo, não hesitando em caluniar as greves e manifestações, insultar os oficiais antifascistas presos e fazer palestras para os oficiais de direita. O declínio da confiança de largos sectores operários nos cunhalistas começou aí, quando se aperceberam do sentido da actuação burguesa de Cunhal & C.º em diversos momentos do processo revolucionário.

Terceiro: a revelação da inconsistência política do radicalismo pequeno-burguês. Os grupos radicais pequeno-burgueses manifestaram completa incapacidade para compreender e enfrentar o avanço da direita e as manobras cunhalistas. Do triunfalismo e dos apelos incoerentes para o assalto do poder em Outubro-Novembro, passaram ao pessimismo diante do Governo reaccionário e ao desinteresse pela sorte do movimento popular. O prestígio do radicalismo pequeno-burguês perante muitos trabalhadores saiu gravemente abalado desta prova.

Finalmente, a reconstituição do Partido Comunista, do PCP (R), vanguarda revolucionária marxista-leninista da classe operária, durante vinte anos inexistente no nosso país. O I Congresso do nosso Partido, aberto em 26 de Dezembro de 1975, pôs fim aos grupos que até aí tinham impedido a aglutinação de uma autêntica vanguarda proletária e deixado campo livre à traição cunhalista. O Partido ressurgiu em guerra aberta contra o revisionismo burguês-cunhalista, com as suas bandeiras revolucionárias de luta e a sua alternativa política própria. Embora o campo de intervenção

política do nosso Partido fosse ainda restrito nos primeiros meses, até começar a dar frutos o processo de revolucionarização, o seu aparecimento contribuiu para uma mudança qualitativa na cena política e constituiu o principal factor novo na correlação de forças. A intervenção política do PCP (R) obrigou os cunhalistas a descobrirem mais a sua fisionomia burguesa contra-revolucionária e levou os grupos radicais pequeno-burgueses a revelarem a sua impotência.

Estes quatro factores, actuando conjuntamente, imprimiram um carácter novo ao processo revolucionário.

22. A DERROTA DA DIREITA NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

As eleições para a Assembleia da República surgiram num período de ascenso do movimento de massas, de divergências crescentes entre os sectores da burguesia e de aumento da resistência dos reformistas à viragem para a direita, provocando o afundamento da autoridade do VI Governo. A Constituição da República, promulgada em plena campanha eleitoral, consagrou as liberdades e conquistas populares que os reaccionários vinham tentando destruir. Os partidos burgueses foram aí obrigados a subscrever a decisão popular de banir do nosso país o fascismo, os monopólios e latifundiários e de avançar para uma sociedade democrática.

As conclusões principais que o nosso Partido recolheu destas eleições foram:

Primeira — Fracassou o plano do PPD e CDS para completar o 25 de Novembro com uma grande vitória eleitoral que lhes permitisse assenhorear-se por completo do poder pela via legal. O CDS e o PPD activaram o bombismo, reclamaram a suspensão da lei da Reforma Agrária, atacaram a Constituição, a descolonização e as liberdades, ameaçaram com o golpe de Estado caso as eleições não os favorecessem. Mas viu-se que erraram os cálculos. A campanha eleitoral foi percorrida por movimentos reivindicativos da classe operária. Greves, manifestações e outras lutas mantiveram em tensão as forças populares, contra o patronato, contra o Governo, contra os partidos da direita. O assassinato do padre Max da UDP fez despertar forças novas para a luta antifascista. Manifestou-se a aversão popular contra os comícios do CDS e PPD e Sá Carneiro teve que fugir do povo no Algarve, no Alentejo, em Setúbal, em Lisboa. A votação na direita pouco progrediu em relação ao ano anterior.

Segunda — As camarilhas traidoras de Cunhal e Soares impediram que as eleições se tornassem a vitória popular que era possível. Tinham-se criado condições excelentes para ampliar e radicalizar a luta do povo contra a direita e impor uma viragem política. Contudo, os partidos que passavam por representantes da democracia, o PS e o partido revisionista de Cunhal, fizeram tudo o que puderam para abafar o ímpeto combativo das massas e apelaram a tréguas na agitação social. Queriam apresentar à burguesia a «paz social» como testemunho da sua boa vontade e assim negociar uma recomposição no Governo. A isto se resumia a «alternativa de esquerda» com que os burgueses cunhalis-

tas tentaram enganar as massas durante toda a campanha eleitoral. Com a votação obtida, Soares e Cunhal puderam prosseguir a política de conciliação com a direita e de tentativa para conter as lutas populares.

Terceira — O PCP (R) e a UDP apresentaram ao povo uma alternativa revolucionária capaz de vencer a crise e a ameaça fascista mas não souberam ser inteiramente consequentes na sua defesa. A linha de luta e de unidade popular apontada para a formação de um governo antifascista e patriótico fez surgir o nosso Partido e a UDP aos olhos de largas massas como forças combativas e consequentes de esquerda. A UDP assegurou a sua presença na Assembleia da República e na Assembleia Regional da Madeira. Contudo, a simpatia popular não se traduziu em fortes resultados eleitorais por duas razões. **Em primeiro lugar**, prevaleceu ainda na campanha da UDP o velho sectarismo de vistas estreitas: não se fizeram acordos eleitorais que eram possíveis com outras forças antifascistas, nem se fez surgir uma plataforma eleitoral que incutisse confiança às grandes massas e desse corpo organizado à corrente de luta que existia. Centenas de milhares de eleitores que concordavam com o programa da UDP, vendo poucas possibilidades desta vir a pesar politicamente na Assembleia da República, acabaram por se deixar iludir com a patranha do «voto útil». **Em segundo lugar**, o nosso Partido e o Comité Central, ainda não atingidos pelo processo de revolucionarização e proletarianização, deixaram-se entrar pelos restos do grupismo, o que impediu uma total mobilização das suas forças em torno das listas da UDP.

As eleições não abriram a viragem à esquerda que era necessária e era possível. Mas, nas novas condições criadas depois do golpe de 25 de Novembro, quando estava em curso uma ofensiva da direita, os resultados eleitorais foram um pesado fracasso para as forças reaccionárias.

23. LIÇÕES DA VITÓRIA POPULAR NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Da grande campanha política que foram as eleições presidenciais, destaca o nosso Partido algumas lições da maior importância.

1.º) **A tendência para a clarificação e a radicalização da luta de classes manifestou-se no enfrentamento de dois candidatos principais, o candidato do capital, dos reaccionários e do imperialismo e o candidato do povo.**

As mesmas forças que haviam posto de pé a política antipopular do VI Governo, os social-democratas, reaccionários e fascistas, chegaram a um acordo para se unir em torno do general Eanes, chefe militar do 25 de Novembro. Contra esta candidatura, levantou-se a candidatura de Otelo, que despertou de imediato uma enorme vaga de apoio popular. Grandes multidões, de Norte a Sul, acorreram a aclamar Otelo, vendo nele, não apenas o obreiro do derrube do fascismo, mas também o símbolo do 25 de Abril a que aspiram, o 25 de Abril para o povo e não para os exploradores. Por isso, em torno desta candidatura se constituiu um grande movimento popular, orientado por um programa de democracia revolucionária.

2.º) Como resultado deste enfrentamento entre o campo popular e o campo da reacção a camarilha de Cunhal não pôde recorrer às suas habituais manobras demagógicas e foi obrigada a apresentar-se perante milhões com a sua verdadeira face contra-revolucionária.

Os chefes militares, depois de terem tentado por todos os meios uma candidatura comum com o PS que lhes permitisse concretizar a sua «maioria de esquerda», ao verem-se acossados pela candidatura do 25 de Abril do povo, foram forçados à candidatura do desacreditado e ultra-revisionista Pato. Com ela, passaram a adular Eanes e a prometer-lhe apoio no caso de ser eleito, ao mesmo tempo que concentraram todo o seu fogo contra-revolucionário sobre o candidato popular. Muitos milhares de trabalhadores sob a influência do partido revisionista entraram em revolta contra esta traição.

3.º) Os resultados eleitorais constituíram uma derrota política para a candidatura Eanes. Os chefes social-democratas do PS sofreram um sério revés devido à sua plataforma comum com a direita.

A grande manobra reacçãoária, orquestrada pelos imperialistas americanos e alemães, para impor Eanes como o «candidato nacional» falhou. 40 % do eleitorado opôs-se-lhe. Os chefes do PPD e CDS voltaram a demonstrar que não conseguiam atrair novos sectores do eleitorado. Cerca de 800 mil votos deslocaram-se do PS não apenas para o candidato popular mas também para Pinheiro de Azevedo, numa manifestação clara de repúdio pela política de alianças à direita praticada pela camarilha Soares.

4.º) O principal resultado das eleições foi a criação em torno da candidatura de Otelo de uma vasta corrente popular revolucionária, nitidamente dominada pela classe operária.

Dos 800 mil votos obtidos, cerca de 400 mil vieram de trabalhadores que dois meses antes tinham votado na clique de Cunhal e 200 mil do PS. À escala nacional, pode calcular-se que 40 % do proletariado se pronunciou pelo programa de luta e de unidade popular. Na região industrial de Lisboa-Setúbal, Otelo obteve a votação de cerca de dois terços da classe operária. No Alentejo, apesar do férreo controlo dos cunhalistas sobre as UCP e cooperativas, a unidade popular ganhou 30 a 40 % dos votos proletários. Este acontecimento inteiramente novo anunciou que estavam maduras as condições para a conquista da unidade da classe operária em bases revolucionárias e para a formação da frente popular de massas.

5.º) As eleições demonstraram na prática e de modo flagrante que a táctica revolucionária do nosso Partido tem aberto à sua frente o caminho da vitória, que é também o caminho da liquidação da camarilha revisionista de Cunhal.

A redução para 7 % do eleitorado que votou no partido revisionista demonstrou na prática que, para isolar e derrotar o cunhalismo, basta que surja uma alternativa popular e revolucionária e uma força política com a determinação de o enfrentar e de o bater em toda a linha. Como então indicou o Comité Central do nosso Partido, a derrota dos cunhalistas nestas eleições marca o início do processo da sua desagregação final, processo que não é automático nem instantâneo mas que é irre-

versível. Com a vitória nas eleições presidenciais, o nosso Partido adquiriu grandes responsabilidades na edificação da frente popular.

24. O MUP, PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DA FRENTE POPULAR DE MASSAS

Após as eleições presidenciais, o nosso Partido encontrou-se perante perspectivas de acção política radicalmente novas, devido ao aparecimento dos GDUP's.

Em primeiro lugar, o grande movimento de massas gerado em torno da candidatura de Otelo demonstrou desde os primeiros dias que ultrapassava em muito o simples apoio eleitoral. Afirmou-se como um movimento de luta de massas e nesse sentido orientou-se de imediato para a criação de uma estrutura organizativa. Os GDUP's (Grupos Dinamizadores de Unidade Popular), forma original de organização que deu dimensão nacional ao movimento, foram um grande salto para a materialização da frente antifascista, patriótica e revolucionária cuja necessidade fora apontada pelo nosso Partido.

Em segundo lugar, a profunda corrente unitária existente nas massas fez convergir aos GDUP's em poucas semanas muitos milhares de trabalhadores e antifascistas vindos de diversos partidos ou até aí sem partido. Os GDUP's conseguiram reatar a unidade entre trabalhadores que a política burguesa das camarilhas de Cunhal e Soares tinha dividido como inimigos. Essa foi a sua contribuição nova, a demonstrar que existe uma saída para a crise aparentemente insolúvel criada pelas rivalidades entre os partidos burgueses: a unidade das amplas massas populares com base na identidade fundamental dos seus interesses e na luta pela realização das suas aspirações comuns.

Em terceiro lugar, o movimento dos GDUP's, ao afirmar-se como uma frente de massas, ultrapassou largamente o âmbito do acordo entre os partidos avoiantes da candidatura de Otelo. O nosso Partido pronunciou-se justamente contra todas as tendências para subordinar o MUP às negociações entre partidos, o que só faria estiolar as suas potencialidades. O Congresso de Novembro que dotou o Movimento de Unidade Popular de estruturas eleitas e de um programa de luta de massas representou uma importante vitória no caminho da sua consolidação.

Em quarto lugar, a edificação desta ampla frente de massas colocou ao nosso Partido tarefas novas de uma grande envergadura e responsabilidade política. As dificuldades e hesitações até agora verificadas nas fileiras do nosso Partido acerca do campo de actividade política dos GDUP's, das relações no seio da Frente, etc., são vencidas na medida em que todo o Partido assimila a grande conquista que representa a edificação da frente de massas. A experiência demonstra que as exigências do trabalho de frente vitalizam politicamente as células do Partido, levando-as a debruçar-se sobre a política de massas e a varrer os restos da mentalidade grupista, sectária e de inércia política herdada dos grupos.

25. A POLÍTICA SOCIAL-DEMOCRATA ABRE AS PORTAS À DIREITA

O Governo do PS foi organizado com o objectivo de fazer aquilo que o VI Governo não conseguiu: restaurar a economia capitalista, restabelecer o poder abalado da grande burguesia e do imperialismo, liquidar uma a uma as conquistas da classe operária e do povo trabalhador arrancadas entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro. A camarilha Soares procura demonstrar que pode ser o melhor gerente dos interesses imperialistas na situação actual portuguesa, que é capaz de desempenhar entre nós o mesmo papel dos chefes social-democratas europeus. Para isso, vem defendendo um plano de «estabilização» económica e financeira que visa quatro objectivos combinados:

1.º) A sombra da política de austeridade, dar campo livre à inflação para forçar as massas trabalhadoras a uma redução brutal do consumo, para lhes arrancar as suas conquistas económicas;

2.º) Anular as conquistas da Reforma Agrária devolvendo terras aos latifundiários, parcelando as UCP, transformando as cooperativas em reservas de mão-de-obra para as explorações capitalistas; agravar os sacrifícios dos pequenos camponeses e prosseguir a liquidação das suas explorações familiares;

3.º) Fazer com que o sector público, sustentado pela bolsa dos contribuintes, ajude a elevar a taxa de lucro das empresas privadas do grande capital e do imperialismo;

4.º) Oferecer aos trusts imperialistas e aos grandes capitalistas portugueses seus agentes condições vantajosas de investimento em prejuízo da economia nacional, transformando-a por completo num anexo do Mercado Comum.

No plano político, o programa do governo Soares para o «socialismo em liberdade» aparece como a liquidação das conquistas populares, o estrangulamento da imprensa livre, do direito à greve, de manifestação e de associação, instituindo no nosso país o mesmo tipo de regime reaccionário que vigora noutros países da Europa Ocidental.

A concretização da política do Governo regista já uma enorme série de medidas e atitudes reacçãoárias, desde o aumento constante dos preços à lei dos despedimentos, desde a criação da brigada NATO ao endividamento maciço aos imperialistas, desde a regulamentação contra as comissões de trabalhadores e o controlo operário aos ataques e provocações contra a Reforma Agrária, desde a aproximação com os regimes fascistas de Espanha e do Brasil à tentativa de liquidar a gestão democrática do ensino.

O governo Soares entrou num plano inclinado de recuos e concessões à direita, que abre as portas a um regime abertamente reaccionário. Admite sem protesto todos os atropelos dos generais direitistas. A social-democracia soarista está fazendo a prova, não apenas da sua incapacidade para defender as conquistas do povo, mas da sua traição aberta aos interesses populares. Conscientes disto, massas trabalhadoras cada vez mais vastas vêm-se lançando em greves, lutas e manifestações em defesa dos seus direitos e das liberdades. O nosso Partido apoia e impulsiona o movimento

popular de massas de oposição ao governo Soares como a força capaz de impedir a viragem à direita fomentada pelo grande capital e o imperialismo.

26. AS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

As eleições para as autarquias puseram à prova a capacidade do nosso Partido para avançar no caminho da unidade popular iniciado com as eleições presidenciais. Contudo, em vez do progresso que era possível, registou-se um recuo, que não resultou de qualquer mudança na disposição de luta das massas e nas condições para a sua unificação. Pelo contrário, o desenrolar das eleições confirmou que eram justas as resoluções da 6.ª e 7.ª reuniões plenárias do Comité Central do nosso Partido: levantar a bandeira da nossa alternativa revolucionária e levá-la às grandes massas, erguer uma ampla frente popular de massas na qual o nosso Partido mantenha a sua iniciativa e independência, ir permanentemente ao combate contra a política contra-revolucionária cunhalista não lhe dando tréguas. Foi por estas resoluções não terem sido levadas à prática de modo firme e consequente e por a direcção do Partido ter subestimado a necessidade de traçar um plano para intervenção de toda a organização na batalha eleitoral que grandes massas, que já tinham apoiado a alternativa da unidade popular, acabaram por vacilar e votar no PS e na FEPU cunhalista, como «o mal menor» perante a ameaça da direita.

As deficiências na actuação do nosso Partido e do MUP foram essencialmente as seguintes:

1.ª) O MUP, devido ao atraso na sua formação e consolidação, não conseguiu aparecer às massas como uma força política estruturada, centralizada e responsável, mas como um agregado de núcleos partidários de base, o que lhe roubou a confiança política de importantes massas de trabalhadores.

2.ª) O nosso Partido e o MUP subestimaram a importância de apresentar às massas nestas eleições uma alternativa política global. Deixaram-se arrastar para uma multidão de pequenos programas de melhoramentos locais, encarados muitas vezes numa perspectiva reformista, esquecendo que o nosso país está mergulhado numa crise profunda e que as massas procuram antes de mais nada uma via de saída dessa crise.

3.ª) O nosso Partido nem sempre agiu com a necessária independência e iniciativa no seio do MUP. A falta de dinamismo na acção unida pela base agravou as dificuldades na construção das estruturas superiores do movimento. Dificuldades naturais surgidas entre os partidos e forças colaborando no MUP tomaram um relevo desnecessário, que lançou a dúvida nas massas acerca da viabilidade da frente popular.

4.ª) As organizações regionais do nosso Partido tiveram dificuldades na maioria dos casos em concretizar e aplicar as palavras de ordem tácticas enunciadas pelo Comité Central, condição indispensável para as transformar em acção política de massas. Persistiram no estilo já condenado de repetir as palavras de ordem gerais como meros slogans agitativos, incapazes de mobilizar as massas.

5.^a) Diversas organizações regionais e locais do nosso Partido recaíram na velha tendência herdada dos grupos de falta de persistência, determinação e audácia no combate à clique de Cunhal. Em vez de consolidar a grande vitória das eleições presidenciais a partir dos pontos fortes adquiridos, permitiram que os cunhalistas conservassem as suas bases em grandes fábricas, sindicatos e herdades e, a partir delas, chamassem de novo para a zona de influência da FEPU largas massas anti-cunhalistas.

6.^a) O nosso Partido lançou-se nesta importante

batalha política num momento em que houve uma diminuição no ritmo do processo de revolucionarização, o que deu lugar a um afrouxamento na mobilização das energias do Partido. Em várias regiões, empresas e localidades, as organizações partidárias não conseguiram pôr em acção a máxima tensão de esforços dos dirigentes e militantes do Partido e não conseguiram assim realizar plenamente as suas tarefas. É na rápida correcção destas deficiências que o nosso Partido ganhará forças para conduzir as lutas de massas a um nível mais elevado.

II — Lições do processo revolucionário

Dos acontecimentos revolucionários ocorridos desde o 25 de Abril, o nosso Partido retira um conjunto de importantes lições que norteiam toda a sua actividade.

1.ª) A CRISE REVOLUCIONÁRIA — O 25 de Abril não foi só o fim de uma ditadura mas o fim de toda uma época histórica e o sinal de partida de uma grande crise revolucionária de estruturas que abala toda a sociedade portuguesa. Ao nosso Partido coloca-se a missão de encabeçar audaciosamente a luta das massas para aprofundar essa crise, impedir a estabilização que procuram a grande burguesia, o imperialismo e o revisionismo e caminhar para a única verdadeira solução da crise, a solução popular revolucionária.

A derrota do colonialismo roubou ao capitalismo português um dos seus pilares fundamentais e abalou toda a estrutura capitalista existente. É por isso que o poderio da grande burguesia monopolista e latifundiária foi golpeada tão profundamente e que ela tem tanta dificuldade em sair da crise. Os acontecimentos em Portugal são um episódio da crise geral do mundo capitalista e imperialista sob os golpes da luta libertadora dos povos oprimidos.

Ao assalto vitorioso dos povos coloniais respondeu um grande movimento democrático revolucionário do povo português. Movimentos de massas de uma amplitude e radicalização até então desconhecidos em Portugal desenvolveram-se em cadeia, abalando até aos alicerces as estruturas e a superestrutura da sociedade. Cercado entre dois fogos, o regime começou a esboroar-se. A crise tornou-se simultaneamente económica, política, social e militar. Face aos avanços e conquistas do movimento popular, a ordem burguesa perdeu a autoridade e a burguesia dividiu-se em campos rivais, sem saber o caminho a seguir. Portugal está mergulhado numa crise de estruturas muito profunda e prolongada, duma natureza diferente da crise que abala os restantes países capitalistas da Europa.

A única solução que a burguesia encontra é entregar o país ao imperialismo, descarregar sobre as massas trabalhadoras o fardo da crise económica e preparar-se para instaurar um governo abertamente reacçãoário capaz de levar a cabo essa política. Mas esse projecto defronta sérios obstáculos. Está criada uma situação em que as forças de direita não reúnem ainda condições suficientes para instaurar uma ditadura reacçãoária fascista e em que as forças reformistas também não conseguem estabilizar o seu domínio num regime de democracia burguesa. Ao mesmo tempo, o proletariado e o povo não reuniram ainda forças suficientes para dar à crise a solução revolucionária que ela exige.

O nosso Partido age na perspectiva desta grande crise revolucionária que está longe de estar encerrada e das convulsões sociais que ela continuará a desencadear. Rejeita todos os pontos de vista acanhados, rotineiros e reformistas sobre as tarefas do proletariado. O alvo da política actual do PCP (R) é conduzir audaciosamente a luta do proletariado e do povo para um novo ascenso, de modo

a permitir-lhes dar à crise revolucionária actual a solução revolucionária que ela exige.

2.ª) O MOVIMENTO DE MASSAS — O que há de novo em Portugal é a irrupção na cena política das grandes massas populares, impondo a sua vontade na rua através de grandes movimentações, impedindo a burguesia de superar a crise política e chegando mesmo a provocar uma crise de poder. Ficou demonstrada a fraqueza da ditadura de classe da burguesia face ao movimento popular.

Através da brecha aberta pela queda do fascismo irrompeu um movimento de massas inédito na nossa história, envolvendo milhões de trabalhadores, que tem varrido o país em ondas sucessivas, desmantelando a ordem fascista, arrancando importantes conquistas sociais e políticas e pondo em movimento grandes energias revolucionárias latentes na classe operária e no povo.

O projecto inicial da burguesia de manter o 25 de Abril nos limites de uma liberalização controlada fracassou. A força do movimento de massas impediu a burguesia de estabilizar a sua dominação política. É esta a origem dos seis governos provisórios no primeiro ano e meio do processo revolucionário. O MFA, os partidos burgueses, os traidores revisionistas e os governos reformistas por eles constituídos tiveram que ir recuando em desordem, muito para além do que previam, abandonando sucessivas posições ao movimento popular. As transformações democráticas não foram concedidas pela burguesia reformista de acordo com qualquer plano mas arrancadas pelas massas através da sua iniciativa. A melhor prova de que a burguesia reformista só deu aquilo a que foi obrigada está na ausência de transformações nos campos do Norte, Centro e Ilhas, justamente onde as massas não conseguiram impor a sua vontade.

Neste impetuoso movimento, as massas em luta desrespeitaram totalmente as leis burguesas, não esperaram que as transformações fossem concedidas a partir de cima, dos órgãos do poder, mas puseram-nas directamente em prática a partir de baixo, de maneira revolucionária. O ímpeto do movimento de massas chegou mesmo a provocar durante o Verão e Outono de 1975 uma crise de poder. A burguesia não conseguia governar e explorar como antes, não sabia como governar e estava incapacitada para reprimir. Embora depois do 25 de Novembro a burguesia tenha conseguido repor o funcionamento dos órgãos de poder e passado ao contra-ataque, retomando diversas conquistas aos trabalhadores, ela continua a manifestar a sua incapacidade para dominar o amplo movimento de massas e encontra grandes obstáculos para se lançar na repressão aberta que lhe é necessária. É esta a principal origem da sua dificuldade em superar a crise política em que se debate.

A potência do movimento popular de massas foi ainda mais realçada pelas condições subjectivas desfavoráveis em que se desenvolveu: a inexistência do nosso Partido Comunista até há cerca de um ano, a influência dominante dos renegados cunhalistas sobre o movimento operário e popular e as ilusões democráticas e pacifistas pequeno-burguesas

espalhadas em grandes sectores do povo pelo reformismo demagógico do MFA e dos governos provisórios.

Daqui o nosso Partido conclui que ficou demonstrada a capacidade da classe operária e das grandes massas populares para levarem a cabo a revolução de que o nosso país necessita, assim como ficou demonstrada a fraqueza da burguesia. Agora as massas sabem que podem impor a sua vontade àqueles que tradicionalmente sempre as exploraram e oprimiram.

A actividade política do nosso Partido deve centrar-se na mobilização e organização das massas trabalhadoras que são o motor das transformações em curso. Só o desenvolvimento constante das movimentações de massas pode impedir os inimigos de se recompor dos golpes sofridos, reagruparem forças e unirem-se entre si. Só esta movimentação pode proporcionar uma acumulação de forças revolucionárias, alterar a correlação de forças e criar as condições para um novo avanço revolucionário.

3.º) AS OCUPAÇÕES — O movimento revolucionário entrelaçou o ataque ao fascismo com o ataque aos principais pilares do capitalismo, indicou a aproximação entre as tarefas democráticas e as tarefas socialistas da revolução. A prática demonstrou que em Portugal a luta pela liberdade, pelo pão, pela terra e pela independência têm um conteúdo democrático-revolucionário orientado para o socialismo.

A tentativa da grande burguesia e dos imperialistas para estrangular o novo regime democrático e restaurar o fascismo derrubado levou os trabalhadores a percorrer de um salto um longo caminho. Para fazer face à sabotagem da burguesia, que ameaçava lançá-los no desemprego e na miséria para lutar contra os conspiradores fascistas, os trabalhadores foram conduzidos à necessidade de intervir no campo que até aí estivera reservado aos patrões, na administração das empresas, atingiram o patronato reaccionário e os seus cães de fila, puseram em causa toda a hierarquia nas empresas. Criou-se assim uma situação em que os operários, assalariados rurais e outros trabalhadores procederam a centenas de ocupações, de herdades e empresas, dispuseram em plenários dos bens da burguesia, sanearam administradores e gerentes, controlaram os levantamentos de fundos, as questões de pessoal e de salários, desvendaram os segredos administrativos, instituíram cooperativas de produção, etc. Este original processo revolucionário atingiu a sua forma mais elevada e massiva com as ocupações de terras no Sul, que puseram em fuga centenas de latifundiários e passaram os seus bens para a posse dos colectivos de assalariados.

Entre o 28 de Setembro e o 25 de Novembro, a luta económica e a luta política, estreitamente unidas, assumiram um cunho abertamente revolucionário, de ataque ao direito burguês. O movimento popular em ascenso rejeitou a distinção que os políticos burgueses pretendiam estabelecer entre o capitalismo e o regime derrubado. Após meio século de ditadura, capitalismo e fascismo tinham-se tornado sinónimos para as grandes massas trabalhadoras. Os acontecimentos demonstraram que as massas viam justo e que a liquidação do fascismo passava pela expropriação dos grandes capitalistas e latifundiários e dos imperialistas.

O Conselho da Revolução, os políticos reformistas e o agrupamento contra-revolucionário cunha-

lista, instalados no aparelho de Estado, não tiveram outra alternativa senão reconhecer na lei os actos revolucionários consumados pelos trabalhadores. Mas, ao fazê-lo, cuidaram em limitar o mais possível o seu âmbito, ressaltar o direito de indemnização aos capitalistas, manter intocáveis os bens dos imperialistas e preparar as condições para a destruição ou degeneração posterior das conquistas populares. À sombra da lei e da luta contra o que chamam acções «selvagens» procedem actualmente a uma grande campanha de recuperação capitalista. As últimas invenções revisionistas de Cunhal acerca duma pretensa «economia de transição para o socialismo» e do «papel determinante do sector não-capitalista» têm como objectivo mascarar esta realidade e tentar convencer os trabalhadores a colaborar na liquidação das suas conquistas.

Desta experiência, o nosso Partido tira como conclusão a necessidade de manter viva essa criação revolucionária da classe operária e das massas populares que é o ataque à propriedade privada capitalista, como único meio de satisfazer as reivindicações mais prementes do povo contra a miséria, o fascismo e o imperialismo. A luta em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controle operário, das ocupações, é uma frente vital da luta de classes no nosso país.

Devemos combater todas as tendências oportunistas, de direita ou de «esquerda», que fazem uma oposição mecânica entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo. É pelo contrário a sua articulação num todo único que abre o caminho à vitória popular.

4.º) O MFA E O PODER — A tutela política do MFA foi um dos principais factores que restringiu a envergadura revolucionária do movimento popular. Como não entraram em choque insurreccional contra o fascismo, as massas não puderam ajustar contas com ele de forma completa e radical, nem puderam preparar-se para levar a luta até às suas últimas consequências.

As condições em que a ditadura foi derrubada deram aso a que as massas trabalhadoras, politicamente inexperientes após meio século de fascismo, aceitassem a ideia de que o MFA libertador podia mudar o carácter de classe burguês do Estado e até conduzir o país para o socialismo. Essa ilusão enraizou-se mais porque, no seguimento de cada crise, foi-se destacando sempre dentro do movimento dos oficiais uma ala mais radical que parecia garantir o avanço indefinido do processo revolucionário. O Conselho dos 20, o Conselho da Revolução, o COPCON, representaram aos olhos das massas sucessivos guarda-chuvas protectores que abriam sempre uma saída para a frente.

O MFA apoiava a generalidade das acções contra o fascismo, o grande capital e a exploração. Mas, com o seu apoio, evitava que se travassem confrontos revolucionários decisivos, que as massas se radicalizassem na luta e chegassem à consciência da necessidade da conquista revolucionária do poder.

Os políticos da burguesia, vendo que a autoridade do Estado se afundava sob os golpes do movimento popular e que estava em jogo todo o sistema, trataram de elevar a autoridade do MFA perante o povo, ao mesmo tempo que tudo faziam para o dominar. A clique cunhalista foi o melhor colaborador desta táctica burguesa para impedir a radicalização do movimento popular revolucionário.

rio. Fez tudo o que pôde para incutir nas massas a crença cega na «aliança povo-MFA» como «motor da revolução». Esta foi uma base essencial da sua política contra-revolucionária.

O golpe de 25 de Novembro veio ensinar a grandes sectores das massas que o exército burguês não se pode auto-transformar em exército popular e que as tendências reacçãoárias são dominantes na oficialidade. Mostrou que todas as conquistas populares, não assentes no seu próprio poder mas entregues à guarda do MFA, são extremamente frágeis e podem ser contestadas em qualquer momento.

O nosso Partido deve transmitir às grandes massas as lições que se retiram desta importante experiência, mostrar-lhes o carácter de classe das Forças Armadas como sustentáculo do Estado burguês e combater as ilusões ainda existentes no povo acerca da protecção paternalista de caudilhos militares como solução do problema do poder. A prática mostrou que o sector dos oficiais progressistas tem um grande valor mas só na condição de ser conduzido pelo movimento revolucionário popular tendo à sua frente a classe operária e o nosso Partido. A rica experiência atravessada desde o 25 de Abril permite demonstrar às grandes massas que a passagem a uma real via socialista tem que se apoiar na destruição do actual aparelho de Estado burguês e na criação de um novo Estado dominado pela classe operária e demais trabalhadores.

5.º) OS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR —

As acções superiores das massas criaram formas organizativas de novo tipo, fora do quadro das instituições burguesas e da legalidade burguesa. Os órgãos de vontade popular são uma criação original das massas trabalhadoras, de grande valor revolucionário, porque indicam a busca de órgãos próprios de poder popular.

As comissões de trabalhadores, de soldados, de moradores, de aldeia, etc., eleitas em grandes assembleias, organizaram os activistas das greves, ocupações, saneamentos e outras lutas que tomaram um carácter político radical. Foram a forma encontrada pelas massas de corresponder às novas tarefas e de vencer a travagem que os caciques cunhalistas pretendiam impor ao movimento revolucionário. Não surgiram para substituir os sindicatos, cuja importância permanece decisiva para a unidade do movimento operário, mas como órgãos políticos indispensáveis nas novas condições de ascenso popular. Os órgãos de vontade popular duplicaram a força das massas e permitiram-lhes antever a força inabalável do regime de democracia popular, enraizaram nos trabalhadores a aspiração à República Popular. Em certos momentos e em certos locais mais avançados, os órgãos de vontade popular, interligando-se, chegaram a adquirir as características embrionárias de um poder paralelo, reconhecido como seu pelas massas.

O carácter revolucionário dos órgãos de vontade popular foi bem compreendido pelos vários sectores da burguesia, que se lançaram a disputar a sua direcção política e a impedir a sua acção independente. Foi em primeiro lugar o MFA, procurando enquadrá-los sob o controle dos quartéis através das «assembleias populares». Foram em segundo lugar o patronato e os partidos de direita, adiantando-se a criar, especialmente no Norte, falsas comissões de trabalhadores e de moradores com

lacaio seus. Foram em terceiro lugar os sectores radicais pequeno-burgueses, que procuraram pô-los ao serviço do seu projecto anarquizante dum chamado «poder popular de base» dentro da estrutura da ordem burguesa. Foi por último a clique cunhalista que, depois de tentar aniquilar as comissões onde via uma ameaça ao seu controle das massas por meio do aparelho sindical, mudou de tática e se lançou a ganhar a direcção da maioria das comissões, tentando canalizá-las num sentido reformista e economicista.

Este assalto das forças burguesas e sobretudo dos revisionistas cunhalistas impediu os órgãos de vontade popular de desenvolverem plenamente as suas potencialidades revolucionárias. Só a direcção política do proletariado revolucionário, organizado no seu Partido, o nosso PCP (R), teria permitido a esses órgãos tornar-se apoios de uma ofensiva popular encaminhada para a conquista do poder político e vir assim a ser autênticos órgãos do poder popular.

Sob o contra-ataque da burguesia reacçãoária após o 25 de Novembro, o campo de acção dos órgãos de vontade popular foi consideravelmente restringido. Mas eles permanecem como uma forma de organização essencial das massas para a defesa das suas conquistas contra o avanço da direita e por um novo auge do movimento popular.

O nosso Partido combate todas as posições que negam ou subestimam o papel político e revolucionário dos órgãos de vontade popular, que os encaram como simples comissões reivindicativas ou que os atacam como uma duplicação dos sindicatos. São posições que não compreendem e se opõem a uma criação superior dos trabalhadores, que passou a fazer parte do seu património de luta. Num novo ascenso revolucionário das massas, seguramente os órgãos de vontade popular renascerão por toda a parte. Será dever do nosso Partido apoiá-los com uma orientação revolucionária consequente e radicalizar as suas acções.

6.º) A DESAGREGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS — Ao conquistar os soldados e marinheiros para o campo popular, o movimento revolucionário de massas paralisou temporariamente a capacidade repressiva da burguesia e iniciou a desagregação das Forças Armadas burguesas, uma das condições essenciais para o triunfo da revolução. «Os soldados sempre ao lado do povo» foi a resposta revolucionária popular à fórmula burguesa e cunhalista da «aliança povo-MFA».

A explosão de reconhecimento popular que envolveu os soldados na Jornada de 25 de Abril, depois das humilhações do regime fascista e dos horrores das guerras coloniais, despertou estes para uma consciência democrática avançada. Por seu lado, os sectores operários de vanguarda, no desenrolar da luta pelo aprofundamento da democracia, compreenderam a importância decisiva de conquistar os soldados para o campo popular. As jornadas de 12 de Setembro (manifestação da Lisnave) e do 28 de Setembro, do 7 de Fevereiro, do 11 de Março, do 20 de Agosto, forjaram e selaram a unidade entre trabalhadores e soldados. O apoio dos soldados às ocupações e lutas populares, o apoio dos trabalhadores às lutas dos soldados, o juramento do RALIS, consolidaram esta unidade. A massa dos soldados despertou para uma nova condição de braço armado do povo. A partir daí a autoridade

dos oficiais reaccionários e a hierarquia militarista ficaram profundamente abaladas.

Estimulados pelas conquistas dos trabalhadores, educados pelos exemplos de luta e organização da classe operária, os soldados começaram a levantar as suas próprias reivindicações políticas dentro das Forças Armadas. Os oficiais, que a princípio tinham decretado que a política não entraria dentro dos quartéis, tiveram que ir cedendo à pressão dos soldados. Estes obrigaram a afrouxar o regime de disciplina, entraram nas ADU e por último conquistaram o direito aos seus próprios plenários e às suas comissões, completamente independentes da interferência dos oficiais.

Os plenários e comissões de soldados, embora tendo existido só durante um curto período, revestem um enorme significado político e revolucionário. Deram corpo a posições políticas independentes dos soldados (recusa a reprimir o povo, recusa a embarcar para Angola) e iniciaram a desagregação das Forças Armadas burguesas.

A falta de direcção proletária revolucionária, comunista, sobre o movimento dos soldados, a sabotagem contra-revolucionária da clique cunhalista, permitiram que a burguesia reaccionária e o imperialismo liquidassem temporariamente as conquistas dos soldados e travassem a desagregação das Forças Armadas.

O nosso Partido luta para que se mantenham vivas as lições das grandes jornadas de unidade trabalhadores-soldados, que são uma inovação revolucionária na luta de classes em Portugal. A prática demonstrou que o caminho da revolução no nosso país passa pela ligação estreita entre o movimento revolucionário popular e os soldados e marinheiros, pelo apoio mútuo nas suas lutas, sob a direcção política do proletariado e do seu partido de classe. As Forças Armadas burguesas podem ser desagregadas sob os golpes dum forte movimento revolucionário popular.

7.º) A CLASSE OPERÁRIA — De todas as classes nacionais, a classe operária é a única que tem revelado de forma constante capacidade para lutar, não apenas pela melhoria da sua situação, mas por uma solução política global da crise revolucionária que satisfaça os interesses vitais de todo o povo. Só a classe operária mostra clareza, decisão e espírito organizador para chefiar todo o povo e conduzi-lo à vitória sobre a grande burguesia e o imperialismo. Para que a classe operária possa desempenhar esse papel político dirigente, é preciso que esteja unida sob a direcção do nosso Partido Comunista e que liquide a infiltração contra-revolucionária cunhalista. É esta a condição essencial para a vitória da revolução em Portugal.

A acção de vanguarda da classe operária, que já se afirmara durante a longa luta antifascista de meio século, ressaltou com mais clareza nos últimos dois anos e meio. Todos os saltos para diante do nosso processo revolucionário foram fruto da iniciativa operária, desde a liquidação da santa aliança Spínola-Soares-Carneiro-Cunhal no Verão de 74 até ao triunfo político da Unidade Popular nas últimas eleições presidenciais. Foi a vigilância e combatividade operária que liquidou as conspirações de 28 de Setembro e de 11 de Março, foi ela que travou o avanço da direita após o 25 de Novembro. Foi ainda a energia revolucionária da classe operária que desencadeou a ofensiva das

ocupações de terras e empresas, do controlo operário e dos saneamentos que levaram o poder burguês à beira do descalabro.

Nos momentos de viragem, quando os sectores pequeno-burgueses se atemorizaram ou se deixaram arrastar pelo aventureirismo, a classe operária não cometeu nem um nem outro erro, deu exemplos de audácia revolucionária junta com discernimento e sensibilidade política. Afirmou-se definitivamente como a classe a quem cabe dirigir todo o povo para autênticas conquistas revolucionárias irreversíveis.

Todas estas provas foram dadas pela classe operária apesar de ter infiltrado no seu seio um corpo inimigo, o destacamento contra-revolucionário cunhalista, ao serviço do social-imperialismo russo e da burguesia portuguesa. A classe operária tem sido forçada a bater-se permanentemente em duas frentes, contra a burguesia reaccionária e o imperialismo e contra a acção sabotadora, divisionista e desmobilizadora dos traidores cunhalistas, que tentam em todas as circunstâncias desviar o proletariado da via da revolução e da conquista do poder. Se não fosse este trabalho de sapa da clique de Cunhal, vitórias históricas teriam sido certamente alcançadas pela classe operária nos últimos dois anos e meio, tirando vantagem da crise revolucionária que abala o nosso país.

Ao nosso Partido Comunista Reconstruído coloca-se a tarefa primordial de ganhar a direcção política da classe operária, fazer-se reconhecer como sua autêntica vanguarda revolucionária, construir a sua unidade política e sindical num bloco único, libertá-la das manobras e disputas em que procuram envolvê-la e dividi-la as camarilhas burguesas de Cunhal e Soares. O nosso Partido combate todas as tendências erradas que surgem nas suas fileiras no sentido de fugir a esta tarefa-chave: a falta de firmeza no combate diário aos sabotadores cunhalistas, o isolamento da vanguarda proletária em relação às grandes massas operárias, a crença de que a unidade político-revolucionária da classe operária pode ser substituída pela simples unidade sindical ou reivindicativa. O nosso PCP(R) mantém clara a perspectiva de que, fora da direcção política da classe operária, unida em torno do Partido, não há qualquer possibilidade de luta revolucionária consequente e vitoriosa no nosso país.

8.º) OS CAMPONESES — Um dos principais factores que entravou o desenvolvimento consequente do movimento popular revolucionário foi a ausência de uma explosão de revolta do camponato trabalhador. Como a burguesia reaccionária pôde dispor dos campos como reserva e base para a sua contra-ofensiva, o movimento revolucionário nas cidades manteve-se sempre vulnerável aos seus ataques. A concretização da aliança operário-camponesa é uma das tarefas vitais que se apresentam ao nosso Partido, para dar força invencível ao processo revolucionário.

A queda da ditadura fascista foi saudada com alegria nos campos. Mas não se verificou um despertar revolucionário a acompanhar o das cidades. As massas camponesas, mergulhadas numa situação secular de subjugação e obscurantismo e controladas politicamente por uma estrutura caciquista herdada das relações feudais, tenderam a

esperar que as mudanças a que aspiravam lhes fossem concedidas a partir de cima, dos novos governantes.

No entanto, a imensa maioria dos camponeses pobres e médios do Norte e Centro, do Algarve e Ilhas, não viu a sua situação melhorar. Ao contrário, aumentaram os preços dos produtos essenciais à lavoura, nada foi feito contra os intermediários e o governo deixou a lei do arrendamento rural no papel devido à oposição dos senhorios.

A esperança que as massas camponesas depositaram no 25 de Abril esboroou-se pouco a pouco. O descontentamento alastrou e os governos provisórios passaram a ser encarados com desconfiança e mesmo hostilidade. Rebentaram localmente lutas de certa importância. Não existindo entre as massas camponesas um autêntico Partido Comunista que organizasse a sua luta e combatesse a influência dos caciques reaccionários não foi possível no entanto levantar um movimento camponês independente e orientado para a unidade com os trabalhadores das cidades. As lutas mantiveram-se dispersas e isoladas, e a maioria não atingiu grande amplitude. As grandes zonas rurais do Norte e Centro, pelo seu adormecimento político e pela ausência de forças consequentemente revolucionárias, permaneceram uma reserva da burguesia reaccionária.

Os partidos da direita, aproveitaram a situação para tentar levar as massas camponesas a aceitar a onda de atentados e assaltos praticados por bandos fascistas. Ao mesmo tempo, arvoraram-se e continuam a arvorar-se perante os governos burgueses em representantes políticos do descontentamento camponês, ameaçando com a guerra civil e forçando-os a concessões.

Limitado às cidades, o movimento popular revolucionário não teve condições para um ataque decisivo à grande burguesia reaccionária e deu-lhe tempo para se ir recompondo dos golpes que a haviam abalado. O movimento operário e popular tornou-se extremamente vulnerável a um ataque concentrado dos seus inimigos.

A vida mostrou que se o descontentamento dos campos rebentar numa onda de revolta camponesa com direcção revolucionária, ruirá uma das principais bases de apoio da política da grande burguesia reaccionária e o movimento popular poderá avançar com segurança e alcançar sucessivas vitórias.

Daqui o nosso Partido concluir a extraordinária importância que deve ser atribuída ao desenvolvimento do movimento camponês e à criação e fortalecimento das organizações democráticas dos camponeses.

Compete à classe operária levantar a bandeira das reivindicações das massas camponesas e afirmar-se na prática aos seus olhos como o mais fiel aliado e guia, chamando-as ao campo popular revolucionário.

Compete ao nosso Partido levar aos campos a organização e a orientação para a luta, o combate cerrado ao domínio caciquista reaccionário e a bandeira da aliança operário-camponesa.

9.º) A PEQUENA BURGUESIA — A pequena burguesia tem revelado ao longo do processo revolucionário a sua oposição ao fascismo, ao grande capital e ao imperialismo, mas também a sua incapacidade para agir firmemente de acordo com interesses próprios. As vacilações políticas que fizeram

oscilar as massas pequeno-burguesas nas várias fases do processo demonstram que, para alinhar com o campo popular revolucionário, a pequena burguesia precisa da direcção política da classe operária e do impulso da aliança operário-camponesa.

Após o 25 de Abril, largos sectores da pequena burguesia intervieram com dinamismo na luta para consolidar as liberdades e bater o fascismo, ao qual se vinham opondo há longos anos. Contudo, à medida que o processo revolucionário se foi aprofundando após o 28 de Setembro e que as massas trabalhadoras radicalizaram as suas reivindicações e formas de luta, foi-se amortecendo o ímpeto antifascista da pequena burguesia. A massa pequeno-burguesa ou de mentalidade pequeno-burguesa começou a atemorizar-se com as ocupações e saqueamentos, com a força das massas trabalhadoras na rua, deu ouvidos à propaganda reaccionária que culpava os operários pela crise económica e deixou-se dominar pelo pânico perante a chantagem da guerra civil agitada pela direita.

A ânsia pequeno-burguesa por um governo de ordem e estabilidade fez a força política do PS e permitiu ao PPD e CDS captar massas importantes da população no Norte e Centro do país. O peso desta massa intermédia, vacilante e em recuo, deu base à negociação da plataforma do VI Governo entre as forças social-democratas e as de direita e posteriormente permitiu-lhes avançar para o golpe de 25 de Novembro.

Desta experiência não se pode concluir que a pequena burguesia tivesse esgotado a sua capacidade de participar no processo revolucionário. O seu recuo deveu-se fundamentalmente à falta do sólido ponto de apoio de um movimento popular forte e consequentemente revolucionário, que não pôde surgir devido à inexistência da direcção política da classe operária conduzida pelo seu verdadeiro Partido Comunista. Nestas circunstâncias, largos sectores da pequena burguesia confundiram-se e tenderam a deslizar para o campo que lhes surgia como mais seguro. Para este recuo contribuíram também em larga medida as posições aventureiristas de reduzidos grupos pequeno-burgueses ultra-radicais, com as suas declarações insurreccionistas irresponsáveis.

A situação teria sido totalmente diversa se à pequena burguesia tivesse surgido como alternativa uma forte frente popular de massas dotada da direcção proletária e assente na aliança operário-camponesa. Ela teria permitido incorporar no movimento popular revolucionário a capacidade de luta antifascista e anti-imperialista das camadas pequeno-burguesas e neutralizar as suas vacilações.

É o que tem demonstrado o alinhamento de sectores pequeno-burgueses cada vez mais numerosos ao lado do campo popular e democrático no decurso do último ano, à medida que tem vindo a progredir a construção da frente popular, antifascista e patriótica. Esse alinhamento exprime-se no apoio de largos sectores pequeno-burgueses à candidatura de unidade popular nas eleições presidenciais, na criação do MUP, na influência da UDP e no aparecimento de uma ala esquerda dentro do PC.

Enriquecido com esta experiência, o nosso Partido adopta em relação à pequena burguesia uma política de unidade e luta, visando integrá-la na frente popular de massas, no lugar que corresponde aos seus interesses. O Partido combate as tendências sectárias que subestimam a real impor-

tância política da pequena burguesia, que recusam uma política de alianças com ela e a classificam como camada reaccionária. Ao mesmo tempo, o Partido combate a falta de vigilância perante as vacilações da pequena burguesia, o descaramento da independência política e ideológica da classe operária e as tendências oportunistas de direita que julgam possível erguer a frente popular sobre uma aliança operário-pequeno-burguesa em lugar do seu único alicerce sólido, a aliança operário-camponesa.

10.º) O REFORMISMO BURGUEZ — A política seguida pelos sucessivos governos através das várias fases do processo revolucionário pôs de manifesto a natureza vacilante dos sectores reformistas burgueses que ascenderam ao poder com o 25 de Abril, as suas contradições internas, a sua tendência permanente para a conciliação com a grande burguesia e o imperialismo, a sua incapacidade para realizar autênticas transformações de estrutura no país.

Os sectores reformistas da média burguesia que após a queda do fascismo foram surgindo no primeiro plano da cena política, organizados principalmente na ala progressista do MFA e no PS, tentaram pôr em prática as suas medidas reformistas como alternativa à política fracassada dos monopólios e como solução para assegurar a transição para um regime capitalista de fachada liberal.

Até ao 11 de Março, os reformistas burgueses tentaram uma política de conciliação entre o movimento popular em ascenso e as exigências dos monopólios e do imperialismo. Com o 11 de Março, julgaram chegada a oportunidade de passar a aplicar uma política independente. Pretendiam apoiar-se no sector nacionalizado para seguir uma política dita «terceiromundista», de intermediários entre os países imperialistas e os novos países africanos. Contudo, o seu programa não tinha consistência real, principalmente porque se revelaram incapazes de tomar quaisquer medidas para emancipar o nosso país do controlo imperialista.

Esta política fracassou no Verão de 1975 perante o ascenso do movimento popular revolucionário, a ofensiva da direita fascista e as manobras golpistas da camarilha cunhalista. Ficou provado que perante a agudização da luta de classes os políticos reformistas são incapazes de manter uma posição independente.

Os compromissos com a direita do grupo dos Nove e dos dirigentes do PS criaram condições para o golpe do 25 de Novembro e quase levaram ao seu próprio afastamento pelas forças reaccionárias. Foi a reacção do movimento popular, ao revelar a fraqueza política da direita, que fez vir novamente ao de cima a política reformista.

A acção actual da corrente reformista perdeu já as cores falsamente independentes da Primavera de 1975. O seu único objectivo é tentar pôr de pé a economia capitalista no quadro de um regime idêntico aos da Europa ocidental. Mas para o conseguir tem vindo a fazer sucessivas concessões à direita, que colocam numa situação instável o seu projecto reformista burguez e fazem surgir a ameaça de um regime fascizante.

Esta situação provoca divergências e divisões na corrente reformista. Cresce no seu interior uma ala direita chefiada por Soares, cada vez mais abertamente ao serviço do grande capital e dos imperialistas norte-americanos e europeus.

Daqui o nosso Partido conclui a necessidade de não se alimentar qualquer ilusão na estabilização durável de um regime sob a dominação política de sectores da média burguesia reformista que mantenha simultaneamente as grandes conquistas populares. As alternativas reformistas não constituem um tampão à política abertamente reaccionária do grande capital e do imperialismo. O movimento operário e popular só pode contar com as suas próprias forças para assegurar as suas conquistas e para garantir a liberdade e a independência nacional.

11.º) O REVISIONISMO CUNHALISTA — A riqueza da luta de classes no nosso país obrigou o revisionismo cunhalista a manifestar abertamente a sua dupla natureza contra-revolucionária de servidor da burguesia portuguesa e agente activo do social-imperialismo russo. Só uma luta consequente para destruir uma a uma as posições que os traidores cunhalistas detêm no seio do movimento operário e popular permitirá avanços firmes na luta revolucionária.

A política dos renegados cunhalistas desde o 25 de Abril tem visado dois objectivos conjugados: manter a influência no seio do movimento operário e popular para travar o seu impulso revolucionário e impedir uma verdadeira revolução; e usar essa influência para subir ao governo burguez, infiltrar o aparelho de Estado e ganhar posições ao serviço do social-imperialismo russo.

Para levar à prática esta política e tentar superar as contradições em que se debate num período de radicalização da luta de classes, a camarilha cunhalista aplica uma tática de duas caras. Finge apoio ao avanço do movimento operário e popular mas tudo faz para o sabotar e conter. Procura apresentar uma face revolucionária mas não consegue esconder as suas manobras contra-revolucionárias ao atacar o nosso Partido, a UDP e outras forças de esquerda. Aparenta dirigir a luta de massas contra o governo mas cede continuamente às exigências dos outros partidos burgueses para ter direito a lugares no governo. Ao mesmo tempo que serve a política do social-imperialismo russo não hostiliza a NATO e o imperialismo norte-americano, dominantes em Portugal.

É esta tática dupla que tem confundido largos sectores trabalhadores e possibilitado aos renegados cunhalistas continuarem a ocupar importantes posições no seio do movimento operário e popular. Mas a experiência demonstrou que a política revisionista é vulnerável a um consequente combate político e ideológico conduzido pelo nosso Partido, desde que apoiado no movimento operário e popular e orientado por uma alternativa política que corresponda aos sentimentos de unidade e de luta dos trabalhadores e à necessidade de radicalização do processo revolucionário.

Só a demora na reconstrução do nosso Partido e a sua implantação ainda limitada na classe operária impediram até agora o desmoronamento completo dos cunhalistas perante as grandes massas. Ao longo de 1975 abriu-se a fase de decomposição e desagregação do grupo burguez revisionista de Cunhal sob os golpes do nosso Partido marxista-leninista. Esse processo terá avanços e recuos, mas é irreversível, está aberto e progredirá desde que o nosso Partido não dê tréguas aos traidores revisionistas.

Da sua experiência, o nosso Partido conclui que a luta para destruir a influência da camarilha revisionista cunhalista na classe operária e nas massas populares é uma tarefa vital e uma das grandes questões de princípio dos nossos dias. Não pode haver vacilação em dar luta frontal ao grupo traidor cunhalista, porque isso lhe prolongaria um pouco mais a vida e lhe permitiria comprometer com as suas traições o avanço da revolução. É preciso dar-lhe combate sem quartel em todos os planos: como traidor ao marxismo-leninismo e à revolução; como traidor aos interesses revolucionários da classe operária e das grandes massas; como traidor à independência nacional e servidor da política social-imperialista dos revisionistas soviéticos; como cúmplice da burguesia e de todos os reacconários.

12.º) O IMPERIALISMO — Se a burguesia reacconária pôde resistir aos golpes do movimento popular revolucionário e recompor-se parcialmente da sua grande crise foi porque teve a apoiá-la as forças dos imperialistas norte-americanos e alemães. O imperialismo norte-americano confirmou-se como o principal inimigo externo da nossa revolução. A sua intervenção, junta com a infiltração do social-imperialismo russo, as alternativas de disputa e conluio entre as duas superpotências em torno de Portugal, travaram o avanço revolucionário do nosso povo. As transformações democráticas revolucionárias que o nosso país exige têm que ser ganhas em luta frontal contra o imperialismo e o social-imperialismo.

O imperialismo norte-americano tem agido como o inimigo mais implacável da liberdade e da independência de Portugal. Para tentar estrangular as conquistas populares, fomentou o boicote económico, reagrupou e lançou ao contra-ataque a burguesia reacconária em descalabro. A CIA e o Pentágono têm agido como central contra-revolucionária, coordenando a acção dos imperialistas alemães e outros, e montaram todos os golpes reacconários desde o 25 de Abril. Os governantes norte-americanos ameaçam com a anexação dos Açores e Madeira e com a intervenção da NATO em Portugal se a evolução da política nacional não lhes agradar.

A base interna para esta brutal intervenção imperialista está na grande burguesia e nos seus representantes políticos, os chefes do PPD e do CDS e a ala direita social democrata que controla o PS. Como forças completamente antinacionais, agentes do imperialismo, consideram que a única política possível em Portugal é a que convém aos monopólios dos Estados Unidos e do Mercado Comum e aos seus governantes.

Ao mesmo tempo, em Portugal, como em todos os países que atravessam crises sociais profundas, o social-imperialismo russo tem procurado criar pontos de apoio para a sua política de hegemonia mundial. Apesar de não ter posições económicas no nosso país, o social-imperialismo serviu-se dos seus agentes cunhalistas para toda a espécie de pressões e manobras sobre a política nacional, visando criar dificuldades aos seus rivais americanos e sobretudo ganhar a hegemonia sobre Angola e os outros países que se libertaram do colonialismo português.

A concorrência entre as duas superpotências para dominarem em seu proveito a crise revolucionária no nosso país, influuiu profundamente na marcha dos acontecimentos. Em Portugal tivemos

exemplos tanto da disputa como do conluio entre as duas superpotências. Mas a experiência mostrou que quer quando entraram em disputa, quer quando se combinaram, quem pagou foi sempre o nosso povo e a sua luta revolucionária.

Com base na dura experiência dos últimos anos, o nosso Partido defende a necessidade de se ligar estreitamente a luta revolucionária do nosso povo à luta pela conquista da completa independência e soberania nacional. Devemos combater todo o sentimento de impotência e fatalismo perante o poderio das superpotências, levar até ao fim a expulsão de Portugal dos imperialistas norte-americanos e dos outros imperialistas ocidentais e ao mesmo tempo fechar decididamente as portas à penetração do social-imperialismo russo.

A vida mostrou que é preciso traçar uma linha de demarcação clara entre as forças que lutam pela completa independência nacional e aquelas que praticam a submissão a uma ou outra das potências imperialistas. Só as primeiras são consequentemente revolucionárias e defendem os interesses populares. Cabe ao nosso Partido unir sempre a luta popular contra a grande burguesia reacconária à luta anti-imperialista, parte integrante da luta dos povos do mundo contra as superpotências.

13.º) COMPLEXIDADE DA NOSSA REVOLUÇÃO — Provou-se que a nossa revolução é prolongada, complexa, zigzagueante e que só pode triunfar pela violência revolucionária das massas. Foram desmentidas todas as ideias sobre uma revolução rápida, fácil, em linha recta, ou prescindindo da união combativa das massas de milhões de explorados.

Os avanços e recuos, os saltos e viragens imprevisíveis do nosso processo revolucionário resultam duma correlação instável de forças provocada por um conjunto de factores específicos da luta de classes actual: a divisão da classe operária, a divisão entre o Norte e o Sul e entre as cidades e os campos, a divisão no seio da burguesia, o peso da intervenção imperialista sobre a nossa revolução e da disputa entre as duas superpotências.

Tudo isto determina a complexidade do processo revolucionário que vivemos. Na análise deste processo não há lugar para esquemas «puros». Só tentando aplicar criadoramente o marxismo-leninismo à nossa realidade poderemos descobrir o rumo certo a seguir.

A alternativa «fascismo ou revolução» é correcta do ponto de vista estratégico. Indica os dois pólos entre os quais se desenvolve a luta de classes, a ausência de estabilidade, a acumulação paralela de forças revolucionárias e contra-revolucionárias que se está processando. Mas torna-se incorrecta se for transposta para o plano da táctica como tem sido feito frequentemente, deixando de ter em conta as fases intermédias, os avanços, recuos e zigzagues do processo, a mutação das forças que se entrecrocaram.

Seria um erro não ver as fraquezas e contradições internas agudas no campo da burguesia e subestimar os golpes profundos que já lhe foram aplicados pelo movimento popular revolucionário. Mas seria outro erro subestimar a sua decisão desesperada de resistir, o apoio que lhe dá o imperialismo, assim como as insuficiências do campo popular. A revolução será dura e terá de passar pelos choques violentos, e é nessa perspectiva que o Partido tem de educar a classe operária e as massas.

Os esquemas simplistas, esquerdizantes e doutrinários do tempo dos antigos grupos não morreram com eles. Não acompanhando o enorme salto qualitativo que foi a reconstrução do nosso Partido e a elaboração de uma tática revolucionária coerente, existe ainda a tendência para ver em todos os episódios da luta política «confrontos decisivos», para adoptar a lógica simplista do «ou tudo ou nada», para encarar de forma esquemática a realidade como se já se encontrassem alinhados frente a frente, perfeitamente definidos, os exércitos da revolução e da contra-revolução, para ignorar as fases que atravessa o processo e a deslocação das forças intermédias. Numa palavra, essas tendências desprezam o trabalho minucioso de acumulação revolucionária de forças, que não é um processo curto nem instantâneo, para se poder colocar a conquista do poder político como um objectivo real e ao nosso alcance.

O processo que atravessámos mostrou que a vitória da revolução em Portugal será resultado de prolongadas acções revolucionárias de massas, e não de uma explosão rápida. A questão da acumulação massiva de forças revolucionárias é uma questão-chave da nossa revolução. Devemos combater duas tendências erradas que traduzem o ponto de vista pequeno-burguês nesta questão:

1.º) A tendência para as chamadas «cartadas audaciosas», para o desgaste aventureiro de forças, que é a reacção desesperada dos sectores radicais;

2.º) A tendência para a acumulação reformista de forças, para a atenuação dos conflitos e a quebra da combatividade, para o menosprezo pela radicalização revolucionária, que é a atitude típica dos sectores conciliadores e que conduz igualmente ao desgaste das forças revolucionárias.

14.º) OS GRUPOS — Os grupos ditos marxistas-leninistas tiveram graves responsabilidades no facto de o movimento popular não se ter conseguido libertar da traição cunhalista e não ter dado uma solução revolucionária à crise política nacional. Têm a sua parte de responsabilidade no recuo das massas populares e no reagrupamento da direita pró-imperialista. O corte radical com toda a herança grupista pequeno-burguesa é uma condição indispensável para o Partido se forjar como autêntico partido marxista-leninista da classe operária.

Os grupos cometeram todos eles erros políticos muito graves e sobretudo revelaram a mais completa incapacidade para elaborar uma tática e ligar-se às grandes massas trabalhadoras. Dedicavam-se a divagações pseudo-ideológicas, ou ao agitativismo esquerdizante em torno de princípios estratégicos. Não aceitavam o trabalho diário de educação política das massas e da sua conquista para as posições revolucionárias dos marxistas-leninistas através da sua própria prática. Esta incompreensão tornava os grupos politicamente impotentes.

Os grupos não tinham tática porque não tinham qualquer base efectiva no seio da classe operária, nem no campesinato, nem nas restantes massas trabalhadoras. Eram dominados por elementos de ideologia pequeno-burguesa radical, sem um projecto revolucionário próprio, irresponsáveis perante a classe operária, embora pretendendo falar em seu nome. A actuação política de cada grupo era em última análise governada por um único objectivo: tentar proporcionar a vitória dos seus caciques sobre os caciques dos grupos rivais.

O grupismo caciquista pequeno-burguês apodrecia a acção política dos grupos, afogava os aspectos vivos, revolucionários, que aqui ou ali a luta de classes fazia aflorar nas suas fileiras.

É da responsabilidade dos grupos e dos seus caciques a incapacidade demonstrada por todos eles para dar qualquer contribuição significativa ao derrubamento da ditadura fascista. Isto permitiu à burguesia e aos cunhalistas evitar uma insurreição popular que levasse o fascismo à derrocada total.

Após o 25 de Abril, os grupos, dominados pelas posições esquerdistas, permaneceram absurdamente à margem da esmagadora maioria das lutas de massas, à margem dos sindicatos, longe dos campos, fora do movimento político real. Cegos para o impetuoso ascenso popular, viam os acontecimentos só sob a óptica da política e das manobras das forças burguesas. Minimizavam todas as conquistas populares e sobrevalorizavam a acção da burguesia e dos traidores cunhalistas. Assim deixaram perder para a revolução dois anos de profunda crise revolucionária e os mais ricos de luta classes que Portugal até hoje viveu.

Os conflitos políticos do Verão e Outono de 1975, que culminaram com o golpe reaccionário de 25 de Novembro, desencadearam uma crise profunda nos grupos e ditaram a sua morte política. O facto de, à medida que se aprofundava a radicalização revolucionária dos sectores avançados da classe operária, se ter aprofundado simultaneamente a crise interna nos grupos é a melhor prova de que a ideologia que os dominava era totalmente oposta aos interesses do proletariado e da revolução.

Incompreensão da crise revolucionária que revolia a sociedade portuguesa, falta de confiança na classe operária e nas massas, incapacidade para pôr de pé a sua vanguarda organizada, incapacidade para bater o revisionismo, tendência para servir a política da pequena burguesia radical ou da burguesia reformista — estes foram os traços comuns que revelaram todos os grupos desde o 25 de Abril ao 25 de Novembro.

Desta dura experiência, o nosso Partido conclui que é preciso liquidar em todos os terrenos a herança do grupismo caciquista pequeno-burguês, que durante 12 anos tentou introduzir no movimento operário e popular o aventureirismo, o reformismo e o fraccionismo da pequena burguesia e atrasou a reconstrução do Partido Comunista.

15.º) A TÁTICA DO PARTIDO — A experiência que recolhemos permitiu comprovar que só uma linha tática e alternativas táticas permitem ao Partido participar como força actuante no processo político. A apresentação de alternativas táticas que não deixem em nenhum momento campo livre ao inimigo é indispensável para permitir às massas percorrerem a sua própria experiência, possibilitando a radicalização revolucionária do movimento de massas e preparando sempre novas batalhas em melhores condições.

O nosso I Congresso, que teve o mérito histórico de reconstruir o Partido marxista-leninista do proletariado, não o armou no entanto com uma linha tática para a acção revolucionária de massas. O Partido continuou a actuar com uma posição rígida, limitando-se a apresentar as suas metas estratégicas. Intervindo nas lutas operárias e populares sem uma alternativa política adequada à situação, perdia-se em pequenas questões imediatas.

Sem linha táctica, o Partido não podia ter um papel de vanguarda, quer na luta política revolucionária, quer na luta reivindicativa de massas.

O movimento de revolucionarização e proletarização do Partido chamou ao primeiro plano os aspectos tácticos da sua actuação e iniciou a sua transformação num partido proletário de acção política e revolucionária de massas. A prática da direcção colectiva, a proletarização dos órgãos dirigentes e a sua maior ligação às bases permitiu-lhes começar a recolher e sintetizar toda a rica experiência do colectivo partidário e do movimento de massas. A acção política do Partido começou a basear-se não só na sua linha geral mas também no nível de consciência das massas, nas suas aspirações e na sua disposição para a luta. Foi possível avançar na elaboração da linha táctica do Partido, baseando-a no movimento real e pondo-a à prova nesse movimento.

A nossa experiência comprovou que a linha táctica do Partido é uma arma indispensável para alcançar a unificação política das massas, para chegar às grandes acções revolucionárias e para garantir a sua direcção proletária comunista. Percorrendo a sua própria experiência, as massas radicalizam as suas posições, são ganhas para as posições revolucionárias do Partido e preparam-se como exército político da revolução.

A experiência indicou-nos que a linha táctica do Partido deve ter quatro características fundamentais:

— Deve ser **combativa e não reformista**, a fim de servir para temperar e educar revolucionariamente as massas, favorecer a radicalização revolucionária e aproximar a conquista dos objectivos estratégicos do Partido.

— Deve ser **ampla e não estreita**, para poder abarcar os mais variados sectores, unir todos os que podem ser unidos, conquistar aliados e dividir inimigos.

— Deve ser **flexível e não rígida**, para se poder moldar às variações políticas dentro do mesmo quadro geral, a condições concretas diversas, a diferentes graus de consciência das massas.

— Deve ser **coerente e continuada**, baseada em princípios e fundamentos sólidos, e nada tem a ver com «malabarismos tácticos», com a adaptação passiva e oportunista a cada acidente da vida política, a cada manobra demagógica dos inimigos, a cada flutuação de aliados instáveis.

Quatro importantes princípios devem orientar-nos no aprofundamento e aplicação da táctica política do Partido.

Primeiro: é necessário completar a linha táctica geral com a apresentação em todas as circunstâncias de alternativas tácticas concretas e específicas, não deixando em nenhum momento campo livre ao inimigo e aos seus agentes e ocupando sempre melhores posições para novas batalhas em melhores condições.

Segundo: é necessário levar sempre às mais amplas massas a alternativa traçada e comprovar a sua justeza na acção de massas. A alternativa táctica deve ser concretizada em tarefas e directivas adequadas a cada situação e momento, compreensíveis por sectores cada vez maiores de trabalhadores, e o Partido deve utilizar todas as formas de unidade e luta que possibilitem o reforço da corrente revolucionária de massas.

Terceiro: é necessário revolucionarizar de forma ininterrupta e consequente toda a actividade partidária, a fim de vitalizar todos os organismos, conseguir o aperfeiçoamento constante do trabalho de organização e garantir combatividade e consequência no levar às massas a alternativa táctica traçada.

Quarto: é necessário controlar sistematicamente a aplicação das nossas resoluções, a fim de garantir que a alternativa táctica não se transforme em proclamações vazias. O controle de execução sistemático e organizado permite detectar sempre os aspectos positivos e negativos da actividade partidária, estimulando o que nos permite avançar e eliminando o que entrava a nossa marcha.

O Partido deve manter sempre uma justa relação entre a estratégia e a táctica. Se se limitasse à perspectiva táctica imediata e perdesse a perspectiva dos objectivos finais, cairia nas ilusões reformistas, pondo-se a reboque da luta de classes em vez de a conduzir. Se, pelo contrário, fugisse de novo para a agitação dos objectivos estratégicos, cairia no aventureirismo ou no doutrinário, e isolar-se-ia rapidamente das massas.

*
* *
*

É dever de todo o Partido assimilar completamente estas quinze lições do nosso processo revolucionário. À luz dos seus ensinamentos, elevaremos continuamente o nível do trabalho político, para o colocar à altura das nossas tarefas revolucionárias, e estaremos melhor armados para enriquecer e aprofundar a linha estratégia da nossa revolução e os fundamentos da linha táctica do Partido.

III — A Revolução Democrático-Popular em marcha para o socialismo estrela polar da nossa luta

O alvo da luta revolucionária da classe operária à cabeça das massas trabalhadoras é acabar com o capitalismo, a reacção e o imperialismo e construir o socialismo. A classe operária e o povo já viram o capitalismo dar todos os seus frutos podres: privilégios para os ricos à custa da miséria dos trabalhadores, terror fascista, guerras coloniais, governos corruptos, ruína nos campos, entrega do país ao estrangeiro. A classe operária aspira a uma sociedade organizada pelos trabalhadores e para os trabalhadores, uma sociedade socialista.

Mas para conduzir a revolução até essa meta é preciso conhecer o conjunto das contradições que se debatem na nossa sociedade, os factores internos e externos, objectivos e subjectivos, que influenciam a luta de classes. É a partir daqui que o nosso Partido pode chegar ao conhecimento das etapas em que se desdobra a nossa revolução e das particularidades de cada etapa.

1. ASPECTOS TÍPICOS DO CAPITALISMO EM PORTUGAL

Portugal marcha muito atrás dos países capitalistas desenvolvidos da Europa mas difere também radicalmente dos países semi-feudais e semi-coloniais da Ásia, África e América Latina. O capitalismo em Portugal tem traços originais que resultam das condições históricas em que se formou. São esses traços que devemos conhecer em primeiro lugar.

Portugal entrou na etapa capitalista da sua história sendo um país dominado pelo imperialismo estrangeiro mas ao mesmo tempo colonialista, simultaneamente explorador e explorado, opressor e oprimido. Em resultado disto, nunca se realizou no nosso país uma revolução democrático-burguesa radical como noutros países europeus.

Em vez de haver a substituição violenta, por via revolucionária, da velha sociedade feudal por uma nova sociedade burguesa, houve a fusão entre as duas. Os movimentos revolucionários de 1820, 1836, 1846 e 1910 não revolveram a estrutura social como era necessário e terminaram em compromissos. O capitalismo foi alastrando a todas as esferas da economia, inclusivamente na agricultura, e tornou-se dominante, mas em combinação com os restos do feudalismo decadente, o que travou o crescimento das forças produtivas e as deformou.

Buscando apoio do imperialismo para conseguir dominar o povo português e os povos das colónias, a burguesia entregou-se-lhe cada vez mais e renunciou às suas tarefas nacionais-democráticas. Restos podres das velhas relações sociais, das velhas insti-

tuções e da velha mentalidade que deviam ter sido sepultados passaram para o século actual.

É esta origem que determina os **quatro aspectos típicos do capitalismo em Portugal**.

Primeiro. Portugal é um país inteiramente dependente dos imperialistas norte-americanos e europeus. A grande burguesia é uma classe lacaia do imperialismo, traidora à independência da pátria.

Desde que foi instalada no poder pela intervenção dos exércitos estrangeiros em 1847, esmagando o movimento popular, a burguesia não mais cessou de seguir uma política de abjecta submissão ao imperialismo. Para poder continuar a explorar as colónias, passou a agir aí como polícia e intermediário dos imperialistas e lançou criminosamente o povo português na carnificina da I Guerra Mundial. Durante um século inteiro Portugal foi vassalo da Inglaterra.

Depois da II Guerra Mundial, a burguesia salazarista voltou-se para a subordinação ao imperialismo, deixou instalar bases militares estrangeiras em território nacional, fez do exército português um destacamento às ordens dos generais da NATO.

Desde 1961, para tentar fazer frente à luta de libertação dos povos coloniais, a burguesia dominante acabou por se entregar inteiramente ao imperialismo e ceder-lhe o que restava da soberania nacional, tornou-se associada e agente dos trusts de todo o mundo.

Esta situação não se modificou com a queda do fascismo. A burguesia dominante, mergulhada na crise pela perda das colónias, pelas conquistas populares e pela crise do mundo capitalista, entregase incondicionalmente aos imperialistas norte-americanos e alemães. A economia nacional é livremente devastada pelos trusts. A grande burguesia perdeu todo o carácter nacional.

Resulta daqui uma aguda contradição entre a grande burguesia, lacaia do imperialismo, e a esmagadora massa da população. A luta para alcançar a independência e soberania de Portugal é um traço que marca profundamente a nossa revolução.

Segundo. A burguesia portuguesa, atrasada e dependente, criou um sistema parasitário, assente sobre injustiças e desigualdades mais explosivas do que em qualquer outro país europeu, o que torna o seu poder mais vulnerável.

Sob o salazarismo, a burguesia procedeu a uma monstruosa concentração de capitais num punhado de grupos financeiros, apesar do enorme atraso do país. Prosperou à custa do trabalho escravo nas colónias, da sobre-exploração terrorista dos operários e camponeses, do comércio intermediário parasita, da especulação financeira, apoiada no protecçãoismo do Estado e da organização corporativa. Os monopolistas e comerciantes, de sociedade com os latifundiários e grandes agrários, mergulharam a agricultura na ruína, liquidaram centenas de mi-

lhares de explorações familiares forçaram à emigração um quinto da população válida e fizeram do interior de Portugal a zona mais abandonada e miserável da Europa. Um punhado de milionários reinando sobre um povo extremamente pobre — tal era a face do nosso país.

As conquistas populares após o 25 de Abril abalaram profundamente os privilégios da grande burguesia. Mas como os governos reformistas seguiram uma política de conciliação com o capital financeiro e de submissão ao imperialismo, a grande burguesia não foi destruída e volta ao contra-ataque. Cava de novo mais fundas as desigualdades sociais e impõe o desemprego em massa e novas privações às massas populares.

Por isso, permanece vivo o antagonismo entre as grandes massas dos pobres das cidades e dos campos e a opulência dos ricos. Resulta daqui a importância que tem na nossa revolução a luta por transformações radicais que liquidem de facto o sistema económico desequilibrado construído pelo grande capital financeiro e liquidem as brutais desigualdades sociais.

Terceiro. Incapaz de governar por meio da sua própria legalidade constitucional, a burguesia portuguesa tende a entrincheirar-se em regimes militares e fascistas, a sufocar pela violência as reivindicações das massas trabalhadoras e da pequena-burguesia.

Desde que, nos começos deste século, a classe operária começou a intervir na cena política com as suas reivindicações próprias, a grande burguesia acentuou o seu carácter reaccionário. Os 16 anos da I República foram cortados por sucessivos golpes militares de direita.

Por fim, incapaz de sustentar por mais tempo a máscara da democracia burguesa, a grande burguesia implantou em Portugal a mais longa tirania fascista conhecida na história mundial. Durante meio século de opressão salazarista, a grande burguesia produziu um regime à sua medida: uma tenebrosa máquina policial, uma casta militar ultra-reaccionária, um aparelho de Estado corrupto e afogado na burocracia, um alto clero obscurantista e cúmplice dos maiores crimes. O bandido Salazar foi um concentrado de todos estes traços reaccionários da grande burguesia.

Durante os últimos 13 anos do reinado fascista, a grande burguesia tornou-se responsável pelas guerras coloniais, praticando odiosos crimes contra a humanidade para tentar salvar os seus privilégios.

Actualmente, a grande burguesia mostra que nada perdeu do seu reaccionarismo e que pelo contrário o acentuou, para tentar tirar desforra dos golpes que lhe aplicou o movimento revolucionário popular. Impelida pelo imperialismo norte-americano, esforça-se por instaurar um novo regime fascista, mais terrorista ainda do que o anterior, servindo-se da máquina militar e estatal que o 25 de Abril não destruiu.

A importância das reivindicações democráticas anti-fascistas na nossa revolução e a aspiração das grandes massas da população a uma República democrática que praticamente nunca conheceram é o terceiro aspecto que resulta das tradições opressoras do capitalismo em Portugal.

Quarto. O lento crescimento das forças produtivas, a estagnação da vida nacional, deram origem a que Portugal não conhecesse durante mais de um século grandes movimentos revolucionários de mas-

sas e não tenham explodido as profundas contradições acumuladas na nossa sociedade.

A ausência de grandes confrontos de classe permitiu que a pequena burguesia se tornasse o condutor político de grandes massas populares, imprimindo ao movimento democrático, anti-monopolista e anti-imperialista a marca das suas vacilações e limitações. Meio século de fascismo, impedindo as classes de se revelarem abertamente na cena política com as suas posições próprias, prolongou até hoje esta tutela política e ideológica da pequena burguesia sobre largas massas trabalhadoras, espalhou a ideologia reformista e pacifista pequeno-burguesa.

O proletariado, embora surgindo sempre na vanguarda da luta popular como a força mais aguerrida e a única consequente, não se pôde temperar e educar nos grandes choques revolucionários. Isto atrasou a conquista da sua independência ideológica e política e deu um largo campo de acção ao revisionismo durante vários anos.

O campesinato trabalhador, oprimido e humilhado como nenhuma outra classe, passou gradualmente da exploração feudal para a exploração capitalista sem conhecer a experiência de uma grande revolução nos campos que varresse o poder dos senhores, sem atravessar a escola de uma aliança de luta com o proletariado contra os inimigos comuns. Isto tem permitido à grande burguesia utilizá-lo frequentemente como uma reserva sua, através do caciquismo dos agrários.

Resulta daqui a necessidade de no nosso país a luta de classes se desenvolver a um nível superior para que se opere uma completa diferenciação das classes, para que todas as classes surjam na cena política com a sua fisionomia própria e os seus interesses próprios bem demarcados, e para que assim a revolução possa passar a um estágio superior de desenvolvimento.

Estes são os traços que marcam o capitalismo em Portugal: está dependente e acorrentando ao imperialismo, assenta em desigualdades explosivas, só sabe governar por meio da reacção e do fascismo, mas tem conseguido evitar a explosão das contradições que se vão acumulando. Objectivamente, podemos dizer que o capitalismo em Portugal é um dos elos mais fracos da cadeia imperialista da Europa. Mas as forças subjectivas da revolução têm marchado em atraso sobre as condições objectivas.

2. TAREFAS DA REVOLUÇÃO

Três contradições fundamentais se debatem e entrelaçam hoje na nossa sociedade.

1.º) **A contradição entre o proletariado e a burguesia.** Portugal é um país capitalista. Três quartos da população vivem do trabalho assalariado por conta dos patrões, do Estado ou das multinacionais. O que domina em Portugal de forma absoluta é a economia do lucro, a produção para o mercado. A pequena produção agrícola familiar abrange hoje apenas 1/5 da população, em parte obrigada a trabalhar também para patrões. A produção artesanal na indústria tornou-se insignifi-

cante. A classe operária, com mais de um milhão de trabalhadores, tornou-se a maior classe nacional. A sua luta contra a classe capitalista está no centro da vida política portuguesa. Nos campos do Sul, embora se apresente com uma forma diferente, domina também a luta do proletariado rural contra os latifundiários e empresários capitalistas. A contradição entre o proletariado e a burguesia exige para ser resolvida a realização da revolução socialista, a instauração da ditadura do proletariado.

2.º) **A contradição entre o campesinato trabalhador e os agrários, comerciantes e industriais que o exploram.** Pondo de parte o proletariado rural, incluído na contradição anterior, mais de dois terços do campesinato são constituídos por camponeses pobres, que sofrem uma exploração insuportável. A economia camponesa independente é arruinada pelas tenazes do grande capital: sobe a renda da terra, os impostos, os preços dos produtos industriais; baixam os preços de venda no mercado; aumenta a importação de produtos alimentares estrangeiros. A população trabalhadora dos campos precisa de uma grande revolução agrária, de carácter essencialmente democrático-burguês, que a liberte dos roubos da burguesia.

3.º) **A contradição que opõe o povo português no seu conjunto (o proletariado, o campesinato trabalhador, o semiproletariado urbano e a pequena-burguesia urbana e rural), ao imperialismo estrangeiro e à grande burguesia que o serve.** Três quartos do capital de todas as sociedades estão concentrados nas mãos de 600 sociedades pertencentes às multinacionais, ao Estado e à grande burguesia e integradas na cadeia monopolista do Mercado Comum e dos Estados Unidos. Toda a orientação da vida nacional é governada pelos interesses destes capitais, em prejuízo das grandes massas da população. As nacionalizações e a reforma agrária não alteraram este facto fundamental: a existência de um poderoso núcleo constituído pelo grande capital nacional e imperialista que acorrenta a economia, espezinha a independência e alimenta a reacção e o fascismo. Esta contradição exige, para ser resolvida, profundas transformações democráticas dirigidas contra o grande capital nacional e o imperialismo.

O entrelaçamento destas três contradições determina o carácter da nossa revolução na sua etapa actual. Para ser vitoriosa, a revolução tem que enfeixar numa corrente única as reivindicações socialistas do proletariado, as reivindicações pequeno-burguesas do campesinato trabalhador e as reivindicações democráticas, anti-monopolistas e anti-imperialistas de todo o povo. Dissociar estas reivindicações, contrapô-las entre si ou resolver uma em prejuízo das outras, conduziria à derrota da revolução. A vitória da revolução depende de o nosso Partido saber fazer convergir estas três contradições e as reivindicações que delas decorrem de forma a atingirem o inimigo comum: o imperialismo e a grande burguesia.

Para o conseguir, a revolução deve cumprir as seguintes tarefas essenciais:

Primeiro, instaurar um novo poder democrático revolucionário dos trabalhadores, a República Popular, sob a direcção política da classe operária.

Segundo, expropriar o grande capital nacional e estrangeiro, em todos os ramos da economia, passando-o para a propriedade do Estado.

Terceiro, romper o jugo imperialista no campo político e militar, conquistar e assegurar a completa independência e soberania da pátria.

Quarto, expropriar todos os latifúndios, transformando-os em propriedade cooperativa dos trabalhadores rurais ou em propriedade estatal.

Quinto, levar a cabo uma profunda revolução agrária nas restantes regiões do país, que liberte as massas camponesas e garanta a propriedade da terra aos que a trabalham, em economia independente ou cooperativa, segundo a sua livre vontade.

Levando a cabo estas cinco tarefas, a revolução realizará simultaneamente o essencial das reivindicações não só da classe operária como das restantes massas populares:

- dá uma machadada de morte no capitalismo, abrindo ao proletariado a via para o socialismo;
- permite às grandes massas camponesas livrarem-se do pesadelo da fome e da ruína e prosperarem em terras suas;
- liquida a reacção e o fascismo e arranca-lhes as raízes, tornando para sempre impossível o seu regresso;
- conquista para o povo português a completa independência nacional, pela primeira vez depois de séculos de subjugação a potências estrangeiras;
- liberta o pequeno comércio a pequena indústria da pilhagem das multinacionais, da grande burguesia e do seu Estado;
- permite à intelectualidade e aos quadros colaborarem na construção de uma sociedade nova, livre e independente, ao serviço do povo a que pertencem, deixando de ser assalariados do grande capital e do imperialismo;
- eleva as mulheres oprimidas, a juventude desprezada, a velhice abandonada, à condição de cidadãos livres.

Por isso, o nosso Partido define a revolução na presente etapa como uma **revolução democrático-popular e anti-imperialista**. É a revolução do povo, dirigido pela classe operária, contra o grande capital, o opressor estrangeiro e o Estado que os serve.

3. AS FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS

As forças revolucionárias na presente etapa da revolução são todas as que constituem o povo: o proletariado, o campesinato trabalhador, os trabalhadores semi-proletários das cidades, a pequena burguesia urbana e rural. Constituem no conjunto o campo revolucionário porque têm o interesse comum de destruir a ditadura de classe da grande burguesia e do imperialismo.

O **proletariado** é o motor e vanguarda da revolução. Os seus interesses, como o grande produtor e explorado, exigem que a revolução democrático-popular seja integralmente realizada e levada mais além, até à revolução socialista. Com o capitalismo, desintegram-se e perdem dinamismo as antigas classes; mas o proletariado, pelo contrário, cresce, concentra-se e ascende na luta pela direcção da sociedade.

O proletariado, com 1 200 000 trabalhadores, representa cerca de 40 % da população nacional. Compreende o operariado fabril e artesanal da indústria, construção, transportes, das minas e da pesca, assim como os assalariados rurais. O seu núcleo central é constituído por meio milhão de operários trabalhando em 1500 fábricas grandes e médias, concentradas sobretudo nas regiões industriais de Lisboa-Setúbal e do Norte. É uma classe jovem, poderosa, revolucionária, que encarna o que há de mais avançado no povo português.

A unidade da classe operária é o objectivo central do nosso Partido, a condição essencial da vitória da revolução. Para unir firmemente o proletariado sob a direcção do Partido, é necessário desenvolver esforços tenazes de mobilização e organização, que expulse da classe a influência contra-revolucionária do revisionismo cunhalista. Existem todas as condições para o êxito dessa tarefa. As tendências de anarquismo e reformismo resultantes da origem camponesa recente de grande número de operários estão a ser superadas nas grandes provas da luta de classe que se sucedem nos últimos anos. Como país explorado e dependente, Portugal não tem, ao contrário de outros países europeus, lugar para uma aristocracia operária significativa. Isso facilita ao nosso Partido a tarefa de conduzir a luta operária contra o capitalismo, o imperialismo e o revisionismo na via da revolução.

O **campesinato pobre** é a segunda força revolucionária do nosso país. É constituído pela massa dos pequenos produtores isolados, por vezes trabalhando parte do ano à jorna, e envolve cerca de meio milhão de famílias semi-proletárias (15 % da população). É uma massa de produtores arruinados que não vê qualquer salvação à sua frente. Nenhuma reforma burguesa pode melhorar a sua situação porque é o próprio regime capitalista que os condena a desaparecer. Quando compreenderem que a sua única saída está na democracia popular transformar-se-ão em lutadores intrépidos pela causa da revolução.

Conquistar a **aliança com os camponeses pobres** é uma tarefa decisiva para o proletariado. Sem ela é impossível fazer triunfar um poder revolucionário em Portugal. Por isso, o nosso Partido tem que cuidar directamente da mobilização e organização dos camponeses pobres, não consentindo que a influência burguesa os desvie do proletariado e da revolução. Desde que a revolução democrático-popular satisfaça as suas reivindicações, os camponeses pobres defendê-la-ão por todos os meios e avançarão unidos ao proletariado para a etapa seguinte, a revolução socialista. É nisto que reside a extraordinária importância da aliança operário-camponesa: ela transcende a etapa imediata da revolução e é o pilar em que assenta toda a passagem ao socialismo.

A volta do núcleo central dos operários e camponeses pobres agrupam-se no decurso da revolução democrático-popular os restantes aliados do proletariado:

São em primeiro lugar os **trabalhadores semi-proletários das cidades**, a massa dos empregados, trabalhadores dos serviços, vendedores, artesãos isolados e funcionários pobres, que englobam um quinto da população nacional. Vivendo apenas do seu trabalho, com um nível de vida modesto e incerto, estão interessados no fim da exploração

capitalista e têm um forte sentimento antifascista e patriótico. Embora o seu afastamento da fábrica e a proximidade da pequena burguesia não lhes permitam dirigir o processo revolucionário, são um aliado seguro do proletariado.

São em segundo lugar os **200 000 camponeses médios**. Trabalham em explorações familiares que só ocasionalmente metem jornaleiros. A exploração que sofrem e a ruína que os ameaça orientam-nos, como aos camponeses pobres, no caminho da revolução democrático-popular, embora com menos determinação. Sempre que o proletariado e os camponeses pobres estejam à cabeça da luta revolucionária, os camponeses médios tenderão a segui-los.

É em terceiro lugar a **pequena burguesia**, constituída pelos pequenos patrões da indústria, do comércio e da agricultura e que também engloba a intelectualidade, os quadros, os estudantes e a camada superior dos trabalhadores dos serviços. Representa uns 15 % da população mas a sua influência política é apreciável. É por vezes muito activa nas suas reivindicações mas não é firme nem consequente. Desde que o proletariado tome com decisão a cabeça da luta, poderá anular as oscilações da pequena burguesia e orientar positivamente a sua luta democrática e patriótica. Nestas condições, o grosso da pequena burguesia comportar-se-á como um aliado do proletariado no decurso da revolução democrático-popular.

4. UNIR O POVO, DIVIDIR OS INIMIGOS

Os interesses objectivos de todas estas classes e camadas do povo permitem ao nosso Partido prever que elas farão parte do campo da revolução. Isto contudo não significa que elas se empenhem espontaneamente na luta e adoptem por si sós posições correctas. Cabe ao Partido, como vanguarda consciente marxista-leninista do proletariado, criar as condições subjectivas necessárias para isso, ou seja, criar as condições políticas e organizativas que transformem os interesses revolucionários e progressistas dos vários sectores do povo numa corrente de luta decidida sob a direcção da classe operária.

Para unir todas estas forças na luta comum contra os inimigos comuns, o nosso Partido deve materializar a sua política de alianças através da grande **frente popular, antifascista, patriótica e revolucionária**. Essa frente não é para o nosso Partido apenas uma questão de táctica mas uma componente essencial da sua estratégia revolucionária. O Partido deve orientar a frente popular de tal forma que ela seja combativa e ampla, de modo a envolver na luta todas as classes e camadas do povo, os agrupamentos e personalidades antifascistas e patriotas. Uma frente revolucionária deste tipo, combativa e ampla, unindo o povo em torno do proletariado, é a base social da revolução.

Para tornar mais eficaz a acção da frente popular de massas, o nosso Partido deve explorar também as contradições que opõem entre si as forças inimigas da revolução, visando neutralizar as forças intermédias.

A **média burguesia** será arrastada, pelos seus interesses capitalistas e os seus laços com a grande burguesia e o imperialismo, a comportar-se

como inimiga, embora secundária, da revolução democrático-popular. A sua tendência constante será para se opor à marcha da revolução, em que vê uma ameaça aos seus privilégios. No entanto a média burguesia é uma classe muito dividida: a burguesia importadora/exportadora é um agente directo do imperialismo, mas certas camadas dos médios industriais e comerciantes são prejudicados pela concorrência imperialista; os médios proprietários e empresários agrícolas tenderão a lutar contra a revolução agrária, mas certos sectores da média burguesia urbana poderão tomar uma atitude neutral; a tecnocracia burguesa estatal, instalada no sector nacionalizado, tenderá a servir muito mais o imperialismo e a grande burguesia do que a burguesia média do sector privado. Portanto, o nosso Partido não deve hostilizar a média burguesia em bloco mas adoptar uma táctica diferenciada que neutralize as suas tendências reaccionárias e a afaste, na medida do possível, do imperialismo e da grande burguesia.

*
* * *

Assim, a linha estratégica do nosso Partido consiste em unir as forças revolucionárias, representadas pelo campo popular, neutralizar as forças intermédias (a média burguesia) e concentrar o fogo da sua luta na destruição das forças contra-revolucionárias, representadas pela grande burguesia e o imperialismo estrangeiro, bem como pela camarilha cunhalista, agente do social-imperialismo russo.

5. A NOSSA REVOLUÇÃO NA LUTA DE CLASSES MUNDIAL

Na condução do processo revolucionário, o nosso Partido tem que tomar em conta também os inimigos e aliados externos da revolução em Portugal.

O imperialismo norte-americano é o principal inimigo externo da nossa revolução. É ele que chefia a acção dos imperialistas europeus, o suporte e organizador das classes reaccionárias em Portugal. Como cabecilhas do campo imperialista ocidental e polícias dos países dependentes, os governantes norte-americanos dão uma atenção particular à Península Ibérica. A situação estratégica do nosso país como plataforma avançada da Europa sobre o Atlântico tem uma grande importância para as duas superpotências na sua disputa pelo controlo da Europa e na preparação de uma terceira guerra mundial. Torna-se claro que o imperialismo norte-americano tentará deter o avanço da revolução em Portugal por todos os meios, inclusivamente através da intervenção armada.

O social-imperialismo russo é um inimigo mais recente mas não menos perigoso. Para alcançar os seus sonhos de domínio mundial, dá uma grande importância ao domínio de Portugal. Enquanto a correlação global de forças não lho permite, pro-

cure criar dificuldades aos americanos, intervindo na nossa política interna, directamente ou através dos seus agentes cunhalistas.

Apesar das profundas rivalidades que opõem o imperialismo norte-americano ao social-imperialismo russo, apesar das contradições que opõem os imperialistas europeus às duas superpotências, é de prever que, perante o avanço do processo revolucionário em Portugal, os imperialistas americanos, russos, alemães, etc. entrem em conluio para tentar esmagar a revolução. A instauração de um regime popular no extremo ocidente da Europa representa para todos eles uma grande ameaça.

Isto não significa que o nosso povo deva julgar-se condenado a suportar regimes fascistas e antipopulares, como produto de uma pretensa «fatalidade geográfica». O factor determinante são as contradições internas, é a decisão revolucionária das massas populares e não a vontade dos imperialistas, como já tem sido demonstrado pelas revoluções vitoriosas. Além disso, o povo português não está só. Conta com poderosos aliados externos, cuja luta cria condições favoráveis ao triunfo da nossa revolução.

Esses aliados são: em primeiro lugar, os povos que avançam vitoriosamente na construção do socialismo, na China e na Albânia. O seu exemplo vivo de como triunfa o poder proletário e o socialismo é um estímulo poderoso à luta do nosso povo. O seu poderio e influência revolucionária são um travão às aventuras do imperialismo e do social-imperialismo. Em segundo lugar, o proletariado europeu, tanto a ocidente como a oriente, lançando com a sua luta de classes a confusão nas cidadelas do imperialismo e do social-imperialismo. Em terceiro lugar, os povos oprimidos do mundo, com particular relevo para os povos irmãos da América Latina, que lutam pela vitória das suas revoluções democráticas, populares e anti-imperialistas, obrigando o inimigo yanque a dispersar as suas forças para tentar acorrer a todos os focos de incêndio. Também o proletariado e os povos do Estados Unidos e da URSS são nossos aliados e tenderão a levantar-se contra qualquer agressão. Não confundimos de maneira nenhuma os povos dessas grandes nações com os seus governantes imperialistas e agressores.

Neste vasto movimento mundial do proletariado e dos povos oprimidos cuja luta representa uma aliança concreta com a luta do nosso povo, destaca-se com uma importância excepcional a luta dos povos irmãos de Espanha, conduzidos pela sua heróica classe operária e pelo seu Partido Comunista marxista-leninista, empenhados com o povo português na luta comum para varrer da Península Ibérica a praga do fascismo e do imperialismo norte-americano. A tradicional cumplicidade das classes reaccionárias da Península, selada com a intervenção salazarista na guerra de agressão aos povos de Espanha em 1936-39, tem que responder o apoio mútuo, a solidariedade combativa e a conjugação de esforços entre o proletariado e os povos irmãos dos nossos dois países. Não só o processo revolucionário profundo em Portugal, mas também o grandioso ascenso actual da luta dos povos de Espanha, abrem melhores perspectivas ao mais rápido avanço da revolução na Península Ibérica.

6. A CONQUISTA DO PODER POLÍTICO

O camarada Staline disse: «A questão essencial da palavra de ordem estratégica é a questão do poder numa dada etapa da revolução, a questão de saber que classe é derrubada e para as mãos de que classe passa o poder».

A revolução democrático-popular só pode realizar-se pelo derrubamento violento do poder actual e pela instauração do poder dos trabalhadores. Só com a tomada do poder político pelo povo conduzido pela classe operária, poderão realizar-se as transformações políticas e sociais que formam a revolução. Sem pôr em marcha a torrente revolucionária da vontade popular, sem a impor pela força das armas, não haverá qualquer revolução vitoriosa em Portugal. As classes reacçãoárias e o imperialismo não respeitam a vontade democrática do povo e não se retiram por sua livre vontade. A experiência atravessada desde o 25 de Abril é a melhor prova da impossibilidade de realizar autênticas transformações revolucionárias dentro do quadro do Estado actual. Não se trata pois de derrubar um governo ou de depurar o actual aparelho de Estado. Trata-se de o destruir por completo, como única forma de liquidar as trincheiras em que as classes exploradoras do interior e do exterior defendem os seus privilégios.

O nosso Partido afirma: toda e qualquer perspectiva de transição gradual e pacífica do regime actual à democracia popular e ao socialismo deve ser completamente rejeitada e desmascarada. Estamos certos de que a luta pelo poder será uma luta violenta das massas, que será vitoriosa pela força das armas. As instituições democrático-populares jamais surgirão por via legal e pacífica, mas apenas como fruto da insurreição popular de massas.

O sistema de poder em que assenta a revolução democrático-popular é a **ditadura democrático-revolucionária dos operários, do campesinato trabalhador e demais trabalhadores**, dirigidos pela classe operária e pelo seu Partido Comunista marxista-leninista. É um poder onde os operários e os assalariados rurais desempenharão por toda a parte o papel dirigente, como a força mais combativa e consequente na luta pelo poder. Por este motivo, a ditadura democrático-popular tem dentro de si o embrião da ditadura do proletariado. É uma forma de poder de transição que abre caminho à instauração plena da ditadura do proletariado, à medida que a revolução se aprofundar e passar à etapa socialista.

O nosso Partido considera que nas condições de Portugal a ditadura democrático-popular exercer-se-á através de um novo aparelho de Estado, de forças armadas revolucionárias, de milícias, tribunais, conselhos e outros órgãos formados revolucionariamente pelas massas no decurso da insurreição popular. Essa será a garantia de que as conspirações e assaltos dos inimigos internos e externos serão derrotados, que as sabotagens burguesa e imperialista serão vencidas e que o povo trabalhador avançará com êxito para a construção do socialismo.

A ditadura democrático-popular significará uma verdadeira democracia para o povo e uma ditadura sobre os grandes capitalistas e contra-revolucionários. Ao contrário do regime actual,

que é a ditadura de uma minoria mascarada de «democracia para todos», a democracia popular será uma ditadura declarada, mas apenas sobre os tubarões, os contra-revolucionários e os traidores, em benefício de todo o povo. A democracia popular privará os reacçãoários de direitos políticos, não lhes permitirá que se organizem e que conspiram para restaurar a ordem burguesa e o poder do imperialismo. Ao mesmo tempo, porém, garantirá as mais amplas liberdades às classes e camadas que compõem o povo, respeitará o direito de organização e expressão, de participação na Assembleia Popular, no Governo, etc. Assim, o poder democrático-popular materializará a aliança das classes revolucionárias.

7. A DEMOCRACIA POPULAR E O SOCIALISMO

Para o nosso Partido e para o conjunto das forças revolucionárias, é da maior importância compreender o carácter da revolução democrático-popular, aquilo que a aproxima e aquilo que a distingue da revolução socialista.

As transformações ocorridas desde o 25 de Abril alteraram a correlação de forças para o lado das forças populares. Mas como não tocaram na dominação imperialista, que é o sustentáculo das classes reacçãoárias, nem levaram até ao fim a nacionalização da grande burguesia, nem liquidaram os latifundiários como classe, nem alteraram o controlo do poder pela burguesia, não se puderam consolidar verdadeiras conquistas populares radicais. Mantém-se de pé uma luta acesa para decidir se as transformações realizadas depois do 25 de Abril se tornarão irreversíveis e se aprofundarão, ou se pelo contrário serão estranguladas e liquidadas. A revolução democrático-popular é assim uma etapa que antecede a revolução socialista, com as suas tarefas específicas e baseada num amplo sistema de alianças de classe que lhe é próprio. Se não tivesse isto em conta, o nosso Partido cometeria erros aventureiros e esquerdistas, dividiria o povo e mesmo os trabalhadores, comprometeria toda a luta pela vitória da revolução e a passagem ao socialismo.

Mas por outro lado, na nossa revolução as tarefas democrático-populares aproximam-se das tarefas socialistas e algumas chegam mesmo a entrelaçar-se. O triunfo da nossa revolução será assegurado unicamente se ela avançar com rapidez, sem interrupção nem hesitações, para o socialismo. A nossa revolução democrático-popular difere em muitos aspectos das que tiveram lugar na China, Vietnam, Coreia, assim como em certos países da Europa central e oriental. Aí, as tarefas antifeudais, democrático-burguesas, da revolução tiveram um peso importante e determinaram que se alargasse o leque das alianças até à burguesia nacional. Isto não acontece em Portugal. Se este aspecto não fosse compreendido, o nosso Partido cometeria erros de direita e comprometeria igualmente a luta pela vitória da revolução.

Assim, o nosso Partido baseia a sua estratégia no princípio de que a revolução portuguesa se desdobra em duas etapas interligadas e tendo como alvo o socialismo. A revolução democrático-popular é a preparação necessária da revolução socialista e esta por sua vez é o resultado inevitável

do desenvolvimento daquela. A revolução democrático-popular é no nosso país uma etapa transitória onde se entrelaçam as tarefas democráticas com as tarefas socialistas. Contrapor a revolução socialista à revolução democrático-popular como duas alternativas possíveis para o proletariado é uma falsa escolha. Formam um movimento revolucionário único e ininterrupto, como dois anéis da mesma cadeia. Cada uma das etapas só faz sentido em estreita ligação com a outra. Essa ligação assegura-se por três meios:

Primeiro. Centrar a luta revolucionária na conquista do poder pelos trabalhadores, na instauração por via revolucionária do poder popular.

Segundo. Assegurar ao longo do desenvolvimento do processo revolucionário o papel dirigente da classe operária guiado pelo seu Partido marxista-leninista e não fazer nenhuma concessão quanto a este papel dirigente.

Terceiro. Praticar, antes e depois da tomada do poder, uma ampla e combativa política de alianças, tendo como centro a aliança operário-camponesa, e que mantenha o semiproletariado, a pequena burguesia e os sectores a ela ligados dentro do processo revolucionário.

A nossa perspectiva da República Popular é pois a de um regime assente no poder democrático-revolucionário dos trabalhadores, sob a direcção da classe operária, em marcha para o socialismo. Tendo como base um forte sector socialista (empresas nacionalizadas e cooperativas), compreende também um sector de economia privada na agricultura, no comércio e na indústria. Garante amplos direitos democráticos a todas as forças revolucionárias que lutem contra o grande capital e o imperialismo estrangeiro.

É uma estratégia revolucionária, marxista-leninista, que desmascara as falsas saídas inventadas pela burguesia.

8. AS FALSAS SAÍDAS BURGUESAS E PEQUENO-BURGUESAS

O poderoso movimento popular dos últimos anos obrigou todos os partidos da burguesia a inscreverem demagogicamente nos seus programas a revolução e o socialismo. Ao fazê-lo, procuram só um meio de melhor iludir os trabalhadores e acorrentá-los ao grande capital e ao imperialismo.

Os políticos enfeudados ao grande capital e ao imperialismo norte-americano, como são os chefes do PS, do PPD e do CDS, não tentam sequer expor a sua «via para o socialismo», já que são pela entrega descarada do país às multinacionais. Mas a clique contra-revolucionária cunhalista formulou a sua teoria acerca do carácter e etapas da revolução, a qual tem que ser desmascarada.

Desde 1962, o traidor Cunhal inventou a sua pretensa «revolução democrática e nacional», cuja essência é renegar a questão-chave da revolução: a conquista do poder pelos trabalhadores, a instauração da ditadura do proletariado. O carácter burguês das posições cunhalistas fica claro ao apresentarem o poder revolucionário como uma «coligação de forças democráticas e patrióticas»,

assente no Estado burguês e no Exército burguês. A sua traição torna-se evidente quando afirmam que a chamada «revolução democrática e nacional», não destruindo o Estado burguês, poderá passar ao socialismo por via pacífica. Usam o desdobramento da revolução em duas etapas como truque para escamotear a questão do poder.

Se os cunhalistas se agarram à sua podre «revolução democrática e nacional», é porque precisam de privar o proletariado de uma perspectiva estratégica revolucionária. É para eles uma questão decisiva. Já em 1943, o traidor Cunhal introduziu de contrabando no Partido o princípio revisionista de que a revolução portuguesa seria uma «revolução nacional-democrática, primeira etapa da revolução democrático-burguesa em Portugal». O camarada José Gregório combateu esta posição reaccionária, demonstrou a inconsequência da burguesia liberal, e repôs a justa perspectiva da revolução democrático-popular como primeira etapa no caminho da revolução socialista, que o nosso Partido já formulara desde 1936. Mas os revisionistas, tomando posse do Partido em 1956, novamente renegaram a linha do Partido e entrincheiraram-se na sua actual teoria burguesa da «revolução democrática e nacional».

A experiência demonstrou que o avanço da nossa revolução só é possível à custa de uma luta frontal, permanente e irreconciliável contra a grande traição cunhalista da «revolução democrática e nacional». É uma negação total do marxismo-leninismo, um veneno contra-revolucionário ao serviço da burguesia.

Uma variante mais grosseira do cunhalismo é a chamada «revolução socialista», defendida pelo provocador Vilar e grupelhos semelhantes. A pretexto de que com a queda do fascismo a revolução passou à etapa socialista mas que ainda não estão maduras as condições para a levar a cabo, os vilaristas põem de lado a luta revolucionária e dedicam-se ao que chamam a «consolidação das liberdades democráticas e da independência nacional». A prática revelou que os vilaristas não são senão bufos e lacaios dos partidos de direita e do imperialismo americano.

Lutando contra o revisionismo e o oportunismo de direita sob todas as suas formas, o nosso Partido não faz quaisquer concessões aos esquemas esquerdizantes que reduzem a questão da revolução à agitação de palavras de ordem anticapitalistas e apelos à insurreição armada, à revolução socialista e à ditadura do proletariado.

A difusão que conhecem actualmente os pontos de vista esquerdistas, as ilusões numa revolução rápida, «pura», em linha recta, sem etapas nem alianças, conduzida só pela vanguarda da classe operária e pelos militares revolucionários, resulta de três factores principais:

1.º — o desespero aventureiro de certos sectores radicalizados da pequena burguesia, desnorteados com a marcha do processo popular revolucionário, impotentes para o orientar, mas teimando em querer controlá-lo;

2.º — a inexperiência de alguns sectores mais jovens da classe operária, ainda marcados com o cunho da revolta camponesa e pequeno-burguesa, que facilita o reaparecimento das velhas incompreensões anarco-sindicalistas sobre a revolução sem Partido, sem frente e sem poder organizado;

3.º — a activação de grupos e tendências de inspiração trotskista, favorecida pelas traições do revisionismo e pelo seu descrédito entre a intelectualidade.

No combate ao esquerdismo, o nosso Partido tem em conta que para ele contribuem estes três factores distintos. O Partido não trata operários com incompreensões anarquizantes do mesmo modo que os pequeno-burgueses radicais, nem confunde estes com os provocadores trotskistas ou trotskizantes.

Mas o Partido mostra sempre que a coberto do palavreado radical sobre a revolução, o aventureirismo esquerdizante tem procurado impor na prática cinco posições reaccionárias que objectivamente servem a burguesia e o imperialismo: 1) desarmar o proletariado privando-o do seu Partido marxista-leninista de vanguarda; 2) caluniar os regimes de ditadura do proletariado, a China e a Albânia socialistas, e elogiar os regimes social-fascistas revisionistas; 3) isolar a vanguarda proletária e popular do conjunto da classe e das massas e arrastá-la para aventuras suicidas; 4) desprezar o campesinato e abandoná-lo à direcção política da burguesia reaccionária; 5) hostilizar toda a pequena burguesia, considerando-a como aliada do fascismo e do imperialismo.

Para manter uma estratégia correcta, o nosso Partido mantém a luta ideológica e política em duas frentes: contra o revisionismo e contra o esquerdismo, com todas as suas variantes. São duas manifestações da mesma ideologia burguesa, imperialista ou social-imperialista, que tenta ganhar as fileiras do proletariado para o desarmar e lhe fazer perder o norte, impedindo a vitória da revolução e do socialismo.

O confronto com as posições revisionistas e aventureiras esquerdizantes revela mais claramente a justeza da nossa linha marxista-leninista. Ela é a única que põe a questão da tomada do poder de modo concreto e que dá resposta às perguntas: a quem cabe tomar o poder? Porque meios pode fazê-lo? Que alianças de classe são necessárias para que a luta pela conquista do poder seja vitoriosa? Em torno de que objectivos comuns se edifica essa aliança? Como articular a luta diária das massas com a meta da conquista revolucionária do poder político? É o rigor científico proletário das nossas respostas que dá força invencível à nossa linha marxista-leninista para a vitória da revolução.

9. A REVOLUÇÃO POPULAR VENCERÁ

A nossa revolução democrático-popular e anti-imperialista pode triunfar e vai triunfar porque

corresponde às necessidades do nosso povo na actual etapa histórica.

O nosso Partido analisa de forma objectiva tanto as dificuldades como os factores favoráveis que rodeiam a revolução.

A necessidade de unir a classe operária dividida pela traição revisionista cunhalista; a necessidade de ganhar para a revolução o campesinato trabalhador, ainda não organizado e muitas vezes iludido pelas forças reaccionárias; a necessidade de desagregar as forças inimigas e de neutralizar as forças intermédias; a necessidade de desagregar as Forças Armadas da burguesia e de ganhar para o lado do povo os soldados, os marinheiros e os oficiais progressistas; a necessidade de enfrentar as duas superpotências e os imperialistas europeus — são factores reais que mostram a complexidade da revolução em Portugal, como o processo revolucionário vem comprovando.

Ao mesmo tempo, contudo, se o nosso Partido e as demais forças revolucionárias não podem esquecer essa realidade, devem ter sempre presentes as grandes potencialidades revolucionárias do nosso povo trabalhador, já bem demonstradas ao longo de cerca de três anos de poderosos movimentos de massas e de realizações criadoras.

A experiência mostra que, para conquistar e assegurar os seus direitos e para alcançar o poder político, os trabalhadores têm que responder com a violência revolucionária à violência desesperada da burguesia reaccionária e do imperialismo. Só com a insurreição popular de massas é possível derrotar a grande burguesia e o imperialismo e conquistar a vitória da revolução e do socialismo.

A bandeira da República Popular, da conquista da liberdade, do pão, da terra, da independência nacional e do poder popular, é uma bandeira de luta. Enraíza-se no movimento real de massas, condensa as experiências de muitos anos de luta popular e permite unir numa aspiração comum e levar à luta revolucionária a classe operária, o campesinato trabalhador, os empregados, as mulheres oprimidas, a juventude, os intelectuais progressistas, a pequena burguesia urbana e rural.

Ao proletariado compete levantar bem alto a bandeira da revolução popular. O caminho da revolução está sendo aberto nas grandes lutas de classe em que o proletariado forja o seu partido de combate, o nosso PCP (R), une todas as forças do povo numa grande frente popular, antifascista, patriótica e revolucionária e marcha para o triunfo através da violência revolucionária das massas.

São mais de 90 % da população portuguesa que precisam desta revolução e que se irão juntando à luta à medida que forem compreendendo que é esse o único caminho para uma vida livre, próspera e feliz, num Portugal finalmente independente, a caminho do socialismo. Com a abnegação e heroísmo das massas, a vitória da revolução popular é certa e inevitável.

IV — A via para a conquista do 25 de Abril do povo

Na sua actuação diária, o nosso Partido, tendo sempre presentes as tarefas estratégias da revolução democrático-popular em marcha para o socialismo, busca as formas e os meios de as abordar, no movimento real. Necessita para isso de se guiar por uma linha táctica revolucionária.

Os objectivos da táctica política do Partido na actual fase da luta revolucionária são conseguir que as conquistas populares se ampliem e se tornem irreversíveis através de grandes e continuadas acções de massas, que os factores de crise revolucionária se mantenham em aberto por um período prolongado, que a burguesia não seja capaz de vencer a divisão no seu seio e estabilizar a dominação política. Será assim possível avançar na unificação e radicalização do campo popular sob a direcção proletária, dar novos passos na desagregação do partido revisionista e de outros partidos burgueses, conseguir uma suficiente acumulação de forças para chegar a um novo grande ascenso revolucionário de massas.

A táctica do Partido baseia-se no desenvolvimento, ampliação e radicalização de acções políticas e revolucionárias de massas cada vez maiores. O seu real objectivo não é conseguir modificações graduais no quadro do sistema, mas conduzir o movimento operário e popular, através da sua própria experiência, ao caminho da destruição violenta das actuais estruturas políticas, económicas e sociais.

No centro da táctica do Partido está o chamamento à luta pelo triunfo do 25 de Abril do povo. Esta é a grande bandeira de luta e unidade popular, porque sintetiza em si a necessidade da defesa e aprofundamento das grandes conquistas populares e uma via revolucionária oposta à liquidação das transformações do 25 de Abril pelos capitalistas e imperialistas.

1. GANHAR AS MASSAS PARA UMA SOLUÇÃO REVOLUCIONÁRIA DA CRISE

A política burguesa para superar os factores de crise revolucionária, descarregando sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise económica e recorrendo a sucessivas restrições dos direitos populares está a agravar a situação do povo, a pôr em risco todas as conquistas do 25 de Abril e as próprias liberdades.

O nosso Partido aponta a necessidade e a possibilidade de se alterar esta situação através de uma movimentação massiva da classe operária, das massas populares e das forças progressistas, que paralise a aplicação da política reaccionária e imponha novas conquistas de acordo com os interesses populares.

O movimento popular deve erguer-se em torno de quatro bandeiras de luta — liberdade, pão, terra, independência nacional — e de duas palavras de ordem: Para o povo ser livre há que reprimir os fascistas! Os ricos que paguem a crise!

Direcções da luta popular

A defesa firme das liberdades e da possibilidade da mais larga intervenção das massas populares na vida política nacional continua a ser um dos pontos fulcrais da luta de classes no nosso país. É necessário garantir o cumprimento dos direitos democráticos já assegurados na Constituição e alargá-los ainda mais pela acção das próprias massas. Há que não permitir a mínima limitação ao direito de greve e manifestação, à liberdade de imprensa, de reunião, de associação e de partidos. As organizações de massas operárias e populares devem defender a sua total liberdade de iniciativa contra qualquer tentativa de ingerência governamental ou patronal na sua actividade.

Ao mesmo tempo, é necessário lutar para destruir o domínio do caciquismo reaccionário e fascista e exigir a repressão das actividades fascistas, terroristas e contra-revolucionárias e a prisão dos pides. Estas medidas democráticas sintetizam no momento actual a justa luta em defesa das liberdades e contra o fascismo.

Levantamos a bandeira da defesa e ampliação das grandes conquistas populares que estão debaixo do fogo reaccionário — a reforma agrária, as nacionalizações, etc. O direito de reserva, a devolução de empresas aos patrões e outras concessões aos capitalistas devem deparar com uma firme resistência dos trabalhadores. Os interesses populares exigem o prosseguimento da Reforma Agrária com novas ocupações e o prosseguimento das nacionalizações, atacando de frente a propriedade dos grandes capitalistas ainda não atingidos.

O nosso Partido luta para que também nos campos do Norte e Centro e das Ilhas se realize uma reforma agrária radical, segundo a vontade e os interesses das massas do campesinato trabalhador. Cabe-nos levar a essas regiões a bandeira da luta pela terra para os camponeses que a não têm, através da expropriação de todos os proprietários que não trabalham directamente a terra e vivem unicamente das rendas. Ao mesmo tempo, batemo-nos por medidas imediatas que melhorem a situação da população camponesa. A luta pela plena aplicação da lei do arrendamento rural deve ser intensificada como alavanca para preparar a passagem da luta pela terra a níveis mais elevados. Nos campos do Norte e Centro e das Ilhas assumem grande importância as reivindicações respeitantes ao aligeiramento e supressão de impostos, à concessão de créditos e à fixação de preços vantajosos, bem como todas as lutas contra a exploração dos intermediários.

Outra importante direcção da luta operária e popular é o combate pela defesa e melhoramento do nível da vida do povo, exigindo medidas imediatas que se contraponham à reaccionária política de austeridade ao serviço da recuperação capitalista: proibição de despedimentos, congelamento dos preços dos artigos essenciais, aumento de salários e corte nos ordenados, nada de indemnizações aos tubarões, impostos fortemente progressivos sobre os rendimentos capitalistas, confiscação das fortunas fascistas.

O nosso Partido opõe-se frontalmente a planos de fomento económico que se baseiem nas directivas das multinacionais e nas exigências do grande capital, e não na defesa dos interesses dos trabalhadores e no reconhecimento das suas conquistas. O desenvolvimento económico não pode assentar no endividamento ao estrangeiro e no domínio imperialista, segundo os esquemas herdados do fascismo, mas sim no pleno aproveitamento de todas as riquezas do país, na garantia de trabalho para todos os portugueses, acabando com os cancro do desemprego e da emigração. É necessário levantar a exigência da nacionalização da parte do capital estrangeiro nas empresas nacionalizadas e da nacionalização de toda a propriedade imperialista.

O movimento operário e popular deve tomar com vigor a bandeira da independência nacional. Lutamos para erguer um poderoso movimento popular patriótico pelo rompimento com a NATO, pela anulação de todos os acordos respeitantes à instalação de bases e à permanência de tropas estrangeiras em território nacional, pelo rompimento efectivo do Pacto Ibérico de Salazar e Franco. Como parte integrante da luta mundial dos povos contra as duas superpotências, o movimento operário e popular em Portugal deve opor-se vigorosamente a qualquer concessão política, económica ou militar ao social-imperialismo russo e às suas tentativas de infiltração. Batemo-nos para que sejam rechaçadas as ameaças de anexação dos Açores e Madeira pelos Estados Unidos e para que Portugal pratique uma política externa independente.

O movimento popular pode e deve elevar-se a um nível superior

O aprofundamento da crise provocará inevitavelmente o agravamento dos conflitos de classe, numa situação em que o poder burguês encontra dificuldades em estabilizar-se. Nestas condições, o desenvolvimento impetuoso e a radicalização do movimento de massas e o surgimento de confrontos sociais em grande escala poderão provocar um aprofundamento da crise política e mesmo chegar a provocar, como a experiência mostra, novas crises de poder.

Os representantes mais reaccionários do capital e do imperialismo irão recorrer a todos os meios para tentar esmagar o movimento popular e as suas conquistas. Encontrarão pela frente uma forte oposição, pois os sentimentos democráticos e revolucionários estão profundamente enraizados nas massas populares.

O nosso Partido deve armar todo o campo popular com claras perspectivas políticas e revolucionárias que lhe permitam enfrentar uma tal situação.

Nas condições próprias do nosso país, podendo criar-se novas situações de crise de poder, o nosso Partido aponta a possibilidade de as massas populares, elevando a novos níveis a defesa das suas conquistas e a luta pelas suas reivindicações revolucionárias, a coroarem com a conquista de um Governo do 25 de Abril do povo.

2. GOVERNO DO 25 DE ABRIL DO POVO

— BANDEIRA DE LUTA DOS EXPLORADOS

O Governo do 25 de Abril do povo surgirá para levar à prática as transformações imediatas, políticas, económicas e sociais, que o processo revolucionário fez amadurecer e que só não se tornaram realidade devido às debilidades no movimento operário e popular que impediram que as massas avançassem para o estabelecimento de um poder revolucionário efectivamente ao seu serviço.

Objectivos e composição do Governo do 25 de Abril do povo

Um governo do 25 de Abril do povo garantirá amplas liberdades para o povo e uma firme oposição aos seus inimigos. Dará solução aos problemas mais prementes que afectam os trabalhadores e o país sem ceder à chantagem reaccionária e imperialista. Promoverá o julgamento exemplar dos pides e dos fascistas notórios de acordo com os crimes que cometeram contra o povo e extinguirá as forças repressivas herdadas do fascismo. Garantirá que uma profunda democratização das Forças Armadas, de tal modo que nunca mais possam servir para reprimir o povo. Colocará as nacionalizações e a reforma agrária inteiramente ao serviço dos trabalhadores e instituirá um verdadeiro sistema de controlo operário. Avançará na expropriação dos grandes capitalistas e latifundiários, decretará segundo a vontade dos camponeses uma reforma agrária para o Norte, Centro e Ilhas.

Tomará medidas efectivas para garantir a independência nacional, rompendo com a NATO e nacionalizando a propriedade das empresas imperialistas. Anulará a dívida externa, que foi contraída pelos capitalistas e não tem que ser paga pelo povo. Consolidará assim as conquistas já alcançadas e abrirá o caminho para transformações mais radicais, segundo a vontade expressa das massas populares e pela sua acção.

Com estes objectivos, o Governo do 25 de Abril do povo corresponde a uma base social muito ampla, abrangendo as classes e sectores que de uma ou de outra forma são prejudicados com a política do grande capital e do imperialismo. Assentará numa larga coligação de forças e personalidades representativas de todos esses sectores. Basear-se-á numa ampla frente popular que, como a vida mostra, é possível e necessária. A representação da classe operária e do seu Partido marxista-leninista nesse Governo é indispensável para que ele disponha de uma base de apoio consequentemente revolucionária, para que possa cumprir o seu programa e para que o seu carácter não seja desvirtuado.

O Governo do 25 de Abril do povo e o desenvolvimento revolucionário da sociedade portuguesa

Ao levantarmos a bandeira de luta por um governo do 25 de Abril do povo temos em vista um tipo de governo de transição, num período marcado

por profundas convulsões revolucionárias. É um governo que assentará não na confiança passiva da classe operária e das massas populares, mas no seu apoio activo e vigilante. A conquista de um Governo do 25 de Abril do povo não esgotará o desenvolvimento do processo revolucionário. Não constitui uma etapa intermédia da revolução que nos leve a pôr de lado os objectivos da revolução democrático-popular. Pelo contrário, uma vez conquistado esse tipo de governo, o nosso Partido, prosseguirá ininterruptamente e em muito melhores condições a luta pela realização total dos objectivos da revolução democrático-popular.

O objectivo da conquista de um Governo do 25 de Abril do povo tem a capacidade de unificar largos sectores populares e corresponde ao desenvolvimento real do movimento popular revolucionário. Pode suceder que, no próprio decurso da luta revolucionária, se crie uma correlação de forças de tal modo favorável que o nosso Partido possa apontar ao movimento revolucionário objectivos mais avançados. Mas também pode suceder que os sectores mais avançados permaneçam em número reduzido, e que se torne não só possível como necessário encontrar uma plataforma de governo desse tipo para poder passar a batalhas superiores.

Só a luta revolucionária popular, destruindo as actuais estruturas políticas, poderá conquistar um governo do 25 de Abril do povo. E para se defender das tentativas contra-revolucionárias de derrubamento, um tal governo terá que se apoiar sem receio na força e na grande maioria da população, precisamente as massas exploradas. Por isso dizemos que um governo do 25 de Abril do povo terá de ser um governo popular, antifascista, patriótico e revolucionário.

Pelo seu carácter e programa, pelas forças que o compõem e pelo papel que reconhece às massas populares como motor das transformações revolucionárias, o Governo do 25 de Abril do povo constitui a única alternativa popular às soluções burguesas para a crise política, a única barreira eficaz às investidas reaccionárias dos que querem roubar ao povo as suas grandes conquistas, e a garantia segura do desenvolvimento revolucionário da sociedade portuguesa.

3. OS INIMIGOS A VENCER

A chave da vitória do 25 de Abril do povo está em concentrar em todas as ocasiões o fogo do ataque popular contra o seu inimigo principal: os grandes capitalistas, os grandes agrários e latifundiários, e o imperialismo norte-americano. Embora reduzido em número, este núcleo de inimigos concentra nas suas mãos um grande poder. Nunca cederão as suas posições por meio de simples pressões. Terão que ser totalmente derrotados.

A grande burguesia continua a influir em todo o rumo do desenvolvimento económico

Como as nacionalizações não destruíram a grande burguesia e ela se mantém como classe bem distinta na sociedade portuguesa, os grandes capitalistas continuam a deter nas suas mãos uma importante parcela da economia nacional e apropriam-se de uma boa parte da mais-valia extor-

quida aos trabalhadores. Estão por isso em condições de praticar em larga escala a sabotagem económica e de influir em todo o rumo do desenvolvimento económico. Têm agentes seus no sector nacionalizado, no aparelho estatal e nos órgãos de poder. Dispõem de representantes poderosos nas Forças Armadas. Estão estreitamente vinculados e subordinados ao imperialismo de quem são lacaios.

É tudo isto que faz a força política de uma organização como a CIP. Os grandes capitalistas são o motor da política de recuperação capitalista e os principais sustentáculos de partidos abertamente reaccionários e fascistas como o PSD e o CDS.

Os grandes agrários e latifundiários mantêm intacto grande parte do seu poder

Também os grandes agrários e latifundiários, embora duramente atingidos pela reforma agrária, não foram liquidados como classe. No Norte, Centro e Ilhas mantêm intacto o seu poder e o seu domínio. Estão entrelaçados com os grandes capitalistas e muitos deles dispõem de outras fontes de exploração além da agricultura. Actualmente beneficiam das indemnizações e do direito de reserva para prosseguirem os seus ataques com vista a tentar liquidar a reforma agrária.

À sua sombra vive toda uma casta de intermediários, parasitas e usurários, camadas ultra-reaccionárias que são os principais agentes do caciquismo fascista e da exploração dos camponeses. Sem liquidar todas estas forças reaccionárias não se pode falar da consolidação de um regime verdadeiramente democrático nem realizar qualquer mudança radical na vida dos campos em benefício exclusivo dos camponeses.

A dependência em relação ao imperialismo tem-se acentuado ainda mais

Tal como para conquistar a independência nacional é necessário liquidar os grandes capitalistas que venderam o país para conservar os seus privilégios, também para combater o poder dos grandes capitalistas é necessário lutar ao mesmo tempo contra o domínio do imperialismo que os sustenta.

A via que os governos burgueses escolheram para a recuperação económica tem vindo a acentuar a nossa dependência em relação ao imperialismo. Os empréstimos do Fundo Monetário Internacional, da CEE e dos Estados Unidos são feitos em tais condições que cortam todas as possibilidades de desenvolvimento independente e permitem aos imperialistas manter o Governo português com uma corda em torno do pescoço.

O imperialismo norte-americano através da NATO e das bases militares, das suas posições nas Forças Armadas e dos seus agentes do PSD e CDS instalados na máquina estatal, tem vindo a acentuar a sua influência em toda a vida política nacional. É certo que recorrerá a todos os meios para esmagar o movimento popular.

Ao dirigir o fogo principal do ataque contra o imperialismo norte-americano, o nosso Partido não deixará de se opor ao reforço do domínio imperialista venha donde vier. Rejeitamos a via

oportunista de apoio numa potência imperialista para combater a outra, seja ela americana, russa, alemã ou qualquer outra.

Concentrar todas as forças contra o inimigo principal, neutralizar os secundários

Seria um grave erro atacar por igual os inimigos e as forças reformistas vacilantes que cedem às suas pressões. De igual modo, não se devem atacar os inimigos principais e secundários simultaneamente e com a mesma força. Engels salientou bem que a revolução não se pode sobrecarregar com muitas tarefas. Para erguer a mais ampla frente revolucionária é indispensável concentrar sempre o fogo no inimigo principal e dividir os inimigos, neutralizando o máximo de inimigos secundários. Derrubado o obstáculo principal ao 25 de Abril do povo, será mais fácil ultrapassar os secundários e avançar para novas e maiores conquistas.

4. É INDISPENSÁVEL DESBARATAR A INFLUÊNCIA DOS REVISIONISTAS CUNHALISTAS

A absoluta necessidade de desbaratar a influência revisionista no seio da classe operária e das massas populares exige que o Partido encare em todas as circunstâncias a luta anti-revisionista como uma componente essencial da sua linha revolucionária, até a clique burguesa cunhalista se encontrar desmascarada, isolada e destruída.

A política revisionista é uma grande traição

Face à crise política, a camarilha cunhalista apresenta a alternativa do chamado «Governo de esquerda», ou de um Governo dito «independente», apoiado por revisionistas e social-democratas. Propõem um típico Governo reformista burguês com participação revisionista, que não se destinaria a realizar nenhuma viragem radical na situação. A única preocupação dos revisionistas é desviar as massas populares de qualquer alternativa revolucionária e pô-las a reboque do plano de recuperar posições e forças para aplicar melhor a sua política burguesa e servir os interesses do social-imperialismo russo.

Face à profunda crise económica, os revisionistas apresentam a sua «dinâmica não-capitalista», que não passa de uma burla para tentar convencer os trabalhadores a fazer sacrifícios pelo capitalismo. Propõem toda a espécie de medidas menos as que ataquem de frente a dominação do grande capital e do imperialismo sobre grande parte da economia. Seguem a lógica de reconstruir a economia sem arrasar as relações de produção escravizantes e podres. Daqui a sua teoria burguesa reformista de «repartição da crise por todos» e o seu combate encarniçado ao que chamam «reivindicações irrealistas», que não são se-

não as legítimas reivindicações do povo trabalhador.

Face à escalada da direita, os revisionistas agarram-se à tábua de salvação da «estabilização». Mas em épocas de crise, nem a estabilização existe, nem os reaccionários e fascistas hesitam em calcar aos pés a legalidade democrática. Em nome da «estabilização», o grupo cunhalista luta para liquidar os factores de crise revolucionária e combate encarniçadamente as movimentações revolucionárias, prestando um bom serviço à direita.

Face à descarada ingerência imperialista, os revisionistas não propõem uma única medida concreta e pelo contrário defendem a manutenção de Portugal na NATO. Não combatem a dependência do país para entrarem no jogo da chamada «segurança europeia» de Brejnev, que é a «segurança» debaixo do protectorado das duas superpotências, e o adormecimento dos povos para a política de pilhagem e os preparativos de guerra de imperialistas e social-imperialistas. Para os renegados cunhalistas não existe outro futuro para Portugal a não ser a substituição de americanos por russos.

Face ao movimento popular, os revisionistas definem como principal alvo dos seus ataques o nosso Partido e a UDP, porque somos o principal obstáculo no seio do movimento operário e popular à aplicação da sua linha de traição e capitulação.

Com o revisionismo não pode haver conciliação

Todas estas posições mostram que a acção do revisionismo cunhalista tem sempre um sentido bem preciso: espalhar ilusões reformistas e pacifistas, decompor a combatividade das massas trabalhadoras, combater as forças revolucionárias, servir o social-imperialismo e fechar o caminho a uma verdadeira revolução. Utiliza as movimentações populares como instrumento de pressão para acordos com outras forças burguesas e como trampolim para ganhar posições nos órgãos do poder burguês.

O revisionismo e o reformismo dos cunhalistas levaram a sua degenerescência burguesa muito longe, transformaram-nos num autêntico destacamento de sabotadores infiltrados no movimento operário e popular. São renegados contra-revolucionários.

Para o nosso Partido não pode haver conciliação com as posições dos revisionistas cunhalistas. Não há nem pode haver tréguas nem meio-termo na luta do marxismo-leninismo contra o revisionismo. É uma luta sem quartel e ininterrupta.

A nossa linha de combate intransigente aos revisionistas cunhalistas

O Partido deve intensificar ainda mais a luta ideológica contra o revisionismo cunhalista e as suas posições políticas. Devemos intensificar a denúncia do seu carácter burguês, contra-revolucionário e anticomunista com base em factos concretos e argumentos convincentes. Ao mesmo tempo, é necessário desmontar uma a uma as posições revisionistas, levar a polémica ao seio da classe operária e demonstrar que a camarilha cunhalista nada tem de comum com a revolução, com o socia-

lismo e com o comunismo. Só este combate intransigente nos permitirá ganhar a classe operária e as massas populares para as posições políticas e revolucionárias do nosso Partido e incutir a força das ideias socialistas no movimento proletário.

De igual modo, devemos intensificar a luta para isolar e derrotar os revisionistas no movimento de massas e expulsá-los de cada uma das posições que eles aí ainda ocupam. Nestes combates, há que ter presente em todas as circunstâncias a diferença que existe entre o desejo de luta das massas e as verdadeiras intenções dos chefes cunhalistas ao tentarem dirigir essas lutas e colocá-las sob o seu controlo. Confundir estas duas coisas poderia levar a dois desvios: ou opormo-nos ao próprio movimento de massas a pretexto de combatermos os revisionistas, ou conciliarmos com os revisionistas, menosprezarmos a sua acção contra-revolucionária.

A experiência tem mostrado particularmente neste último ano, que a única forma eficaz de destruir as posições do grupo dirigente cunhalista é aproximarmo-nos das massas que ainda influenciam e chamá-las à acção comum fora do controlo da cúpula renegada. Para isto não basta denúncia verbal do revisionismo, é necessária iniciativa política, alternativas tácticas revolucionárias, acção política de massas. As massas trabalhadoras arrancam-se à influência dos chefes cunhalistas desde que as ajudemos a enveredar por alternativas revolucionárias concretas de luta e de unidade. Só isso obriga os cunhalistas a descobrir a sua face burguesa contra-revolucionária.

O nosso objectivo é desmascarar e isolar os chefes renegados, destruir os revisionistas como partido político e como corrente no seio do movimento operário e popular.

5. SÓ A CLASSE OPERÁRIA GUIADA PELO SEU PARTIDO MARXISTA-LENINISTA PODERÁ CONDUZIR O POVO À VITÓRIA

A linha de luta pelo 25 de Abril do povo e de construção de uma ampla frente popular exige que o nosso Partido mantenha sempre uma linha de classe bem demarcada. Lutamos para transformar a imensa força demonstrada pela classe operária em direcção política proletária efectiva, em hegemonia do proletariado no movimento popular.

No período que atravessamos, a luta do Partido para assegurar a hegemonia do proletariado toma a forma principal de luta para dotar a união das massas trabalhadoras e populares de dois sólidos alicerces:

Primeiro: a unidade da classe operária guiada pelo seu Partido marxista-leninista.

Segundo: a aliança de luta entre os operários e o campesinato trabalhador.

A política de frente popular do nosso Partido assenta sobre a unidade da classe operária e a aliança operário-camponesa. Em todas as ocasiões, os comunistas devem concentrar o grosso dos seus esforços no trabalho entre as massas operárias e camponesas, como núcleo para a união de todo o povo.

O Partido deve centrar esforços na conquista da unidade da classe operária

A tarefa central do Partido é a conquista da unidade da classe operária. Hoje a classe operária portuguesa não se encontra unida, e sem isso será praticamente impossível unir em torno de si as restantes camadas trabalhadoras das cidades e dos campos. A luta pela unidade da classe operária é condição essencial para dar força e consequência revolucionária à unidade de todo o povo.

A burguesia esforça-se ao máximo por acentuar a divisão na classe operária. Mas o principal factor dessa divisão é a influência do partido revisionista, em menor grau do PS, nas massas trabalhadoras. A luta contra a influência revisionista no seio do movimento operário é o aspecto principal da luta do Partido pela unidade da classe operária.

Todo o Partido tem por dever intensificar o trabalho para assegurar o predomínio das suas posições revolucionárias nas organizações de massa operárias, em particular nos sindicatos.

O nosso Partido combate a ideia de que os sindicatos e as outras organizações de massas devem ter um carácter «apartidário», «independente de partidos», etc. Estas ideias nada têm a ver com o proletariado. Para que a classe operária se una e desempenhe o seu papel de força consequentemente revolucionária, o Partido Comunista deve ter influência preponderante em todas as organizações operárias. A propaganda do «apartidarismo» e da «independência» é uma propaganda burguesa que se destina a desarmar e dividir a classe operária e a apagar da sua consciência a necessidade de se organizar politicamente no Partido Comunista, como centro revolucionário dirigente de toda a luta de classe do proletariado.

O menosprezo pelo trabalho sindical é um sinal de fuga a um trabalho abnegado e persistente no seio das massas operárias. Leva a limitar a nossa influência política aos sectores operários mais radicalizados e a isolá-los do resto da classe. É uma tendência nefasta que não pode ser mais tolerada no Partido.

Nas fileiras partidárias ainda circula o ponto de vista errado de que a actividade sindical dos comunistas se deve limitar a um papel de simples «oposição revolucionária». Isto corresponde na prática a permanecer à margem da vida sindical contestando as direcções sindicais amarelas e não participando organizadamente na actividade sindical nas empresas, nas assembleias, etc. É uma forma de actuação que não permite varrer a influência revisionista dos sindicatos operários.

Outro erro que devemos combater no trabalho sindical do Partido é o esquecimento frequente de que os sindicatos são organizações de massas de carácter amplo e objectivos específicos. É impossível actuar com êxito no seio dos sindicatos como se estes agrupassem apenas elementos de vanguarda. Por isso é incorrecto apresentar programas e palavras de ordem receptíveis apenas por sectores de vanguarda fortemente politizados e minoritários. Não se pode vencer a influência dos revisionistas no seio dos sindicatos senão lutando de forma consequente e adequada pelas reivindicações das massas, tendo em conta a sua disposição de luta e não permitindo que sejam enganadas por manobras e acordos contrários aos seus interesses.

É dever de todas as células operárias do Partido lutar para levantar a partir das fábricas e

empresas uma forte corrente sindical revolucionária de classe que se reflecta nas assembleias e a todos os níveis da actividade sindical. Os comunistas devem bater-se por uma acção sindical combativa na base de cadernos reivindicativos que expressem as aspirações mais sentidas dos trabalhadores. Devem bater-se pela mais ampla democracia sindical e contra os burocratas que fogem ao controlo das massas. Devem bater-se para que os sindicatos tenham fortes raízes nas empresas e não sejam organizações de cúpula. Devem bater-se pela participação das mais largas massas operárias na vida sindical e nas lutas reivindicativas.

A unidade política da classe operária realiza-se em torno do seu Partido marxista-leninista

Ao mesmo tempo que luta pela intensificação do trabalho sindical nas suas fileiras, o nosso Partido deve lutar também contra quaisquer manifestações da visão sindicalista estreita que encara a unidade sindical da classe operária como o fim último e supremo do Partido. A unidade sindical não é suficiente para a luta revolucionária da classe operária porque não assegura a sua independência política e ideológica. Para isso, é necessária a unidade política da classe operária, que deve estar à frente de tudo.

A unidade política da classe operária obtém-se apenas pela sua união em torno do seu partido marxista-leninista, o nosso PCP (R). Exige um fortalecimento permanente da organização da actividade e influência do Partido nas fábricas e empresas, nos sectores fundamentais da classe operária. É necessário intensificar esforços para que as células de empresa do Partido se afirmem como autêntica força dirigente comunista junto às grandes massas operárias, apresentando-lhes alternativas de luta e unidade com poder mobilizador e desenvolvendo um combate tenaz à influência do revisionismo cunhalista e a todas as correntes oportunistas no movimento operário.

Um aspecto particular da luta pela unidade da classe operária que nosso país e no momento actual reveste extraordinária importância revolucionária é a luta pela unidade dos assalariados agrícolas nas herdades, nas cooperativas e UCP.

O nosso esforço deve ser dirigido no sentido de que os sectores proletários influenciados pelos revisionistas e também pelo PS rompam com esses partidos e façam suas as nossas posições revolucionárias e as ideias do marxismo-leninismo. Devemos intensificar a luta para ampliar a sectores cada vez mais largos o reconhecimento do nosso Partido como o seu próprio Partido.

6. A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA É O PRINCIPAL NÚCLEO REVOLUCIONÁRIO DO MOVIMENTO POPULAR

Os campos de Portugal são um depósito de matérias inflamáveis. As contradições sociais foram até aqui contidas, mas são profundas e tendem a agudizar-se. É necessário um trabalho sério e

persistente para quebrar a carapaça do caciquismo e do obscurantismo e apontar às massas camponesas a via da organização e da luta. A explosão do descontentamento acumulado será então inevitável.

Mais do que ninguém os camponeses puderam comprovar na carne desde o 25 de Abril o desinteresse dos governos e partidos burgueses em responder às suas necessidades. Estão por isso em condições de exigir transformações democráticas radicais e de aderir à ideia da luta por um governo que esteja ao serviço dos pobres e leve o 25 de Abril aos campos. Isto faz do camponato trabalhador o aliado mais seguro do proletariado e confere-lhe um papel de real importância na ampliação e radicalização do processo revolucionário.

É nesta perspectiva revolucionária que o nosso Partido deve distribuir as suas forças e traçar os seus planos de acção.

É necessário romper com o menosprezo pela aliança operário-camponesa

O menosprezo pela aliança operário-camponesa causou até hoje graves danos a todo o movimento revolucionário português. É indispensável que o nosso Partido tenha clareza sobre esta realidade e tudo faça para a superar no menor prazo.

Foi o abandono da aliança operário-camponesa um dos factores que criou terreno à acumulação do oportunismo reformista no nosso antigo PCP e depois à degenerescência revisionista. Também em particular depois do 25 de Abril se pode ver como o desprezo pela aliança operário-camponesa abriu as portas a todas as espécies de tendências aventureiras e ao isolamento de um sector revolucionário avançado em relação às restantes massas do povo.

Privada do seu único aliado consequente, a classe operária tem oscilado até hoje entre a direcção da pequena burguesia radical e da burguesia liberal reformista, sem nunca ter conquistado o papel condutor que lhe cabe na luta revolucionária. Por outro lado, privadas da aliança com o proletariado, as massas camponesas não encontram confiança e forças para destruir o domínio do caciquismo fascista e satisfazer as suas reivindicações.

Daqui retira o nosso Partido a conclusão que uma política proletária consequente exige um rompimento radical com um esquema tradicional de alianças que em Portugal tem estado na base dos movimentos revolucionários. É necessária a compreensão política e prática de que as massas do camponato trabalhador são o aliado fundamental a atrair para o lado das massas operárias.

Só o trabalho do nosso Partido pode construir a aliança entre operários e camponeses

A aliança operário-camponesa forja-se apenas com a actividade directa do nosso Partido no seio das próprias massas de camponeses, rendeiros e caseiros, com um grande esforço de esclarecimento e persuasão, com a sua mobilização e organização para a luta pelos seus interesses vitais.

Os comunistas devem ajudar mais activamente os camponeses a discutir os seus problemas e a constituir as suas organizações próprias. Devem ajudá-los a formular claramente as suas reivindi-

cações, a propagá-las juntos das grandes massas a empreender acções, pela sua satisfação, a partir das mais simples para as mais elevadas. O resultado dessas acções deve ser difundido noutras zonas como exemplo.

A par desta actividade, o nosso Partido deve desenvolver maiores esforços para organizar politicamente os sectores camponeses mais avançados no quadro dos organismos de frente popular, formando no seu seio os chefes políticos do campesinato, dirigentes da luta contra o caciquismo reaccionário e propagandistas da unidade com os trabalhadores das cidades e da luta por um Governo do 25 de Abril do povo.

É necessária uma forte implantação do nosso Partido nos campos. É para isso de particular importância dar continuidade ao envio de quadros operários de origem camponesa para as zonas rurais. O nosso objectivo central é enraizarmos solidamente o Partido entre as massas semi-protárias de camponeses pobres, tendo por base as aldeias de maiores tradições democráticas e combativas.

A política do nosso Partido para o trabalho no seio do campesinato baseia-se na realização de quatro tarefas indissolúveis: apoiarmo-nos sempre nos camponeses pobres e nas suas reivindicações, conquistarmos a aliança dos camponeses médios, isolarmos e batermos a influência reaccionária dos camponeses ricos e destroçarmos totalmente o domínio dos caciques fascistas ao serviço dos latifundiários e grandes intermediários.

7. A UNIDADE POPULAR DEVE TOMAR CORPO NUMA AMPLA FRENTE POPULAR DE MASSAS

A actividade do nosso Partido para erguer a frente popular inspira-se nas justas indicações do camarada Enver Hoxha: «Para que a frente seja verdadeiramente uma larga organização política, combativa e revolucionária, é necessário que seja, sobretudo, uma união das largas massas da população, realizada na luta e através da luta, e não uma simples união de partidos e ainda menos de chefes de partidos, fundada em diversas combinações políticas». Em Portugal, a vida provou que nenhum acordo de partidos poderia desempenhar o mesmo papel unificador que uma larga frente de massas.

A construção de uma ampla frente popular de massas tem para o nosso Partido uma grande importância política e revolucionária. Só ela pode ter força de atracção suficiente para desagregar a base dos partidos burgueses, constituindo um grande exército político de massas dotado de orientação revolucionária consequente, capaz de manter em aberto a via revolucionária, alterar a correlação de forças e desferir novos golpes nos inimigos do povo.

O nosso Partido desenvolverá todo o seu esforço militante no seio do Movimento de Unidade Popular para que ele se alargue e fortaleça em bases unitárias e revolucionárias, para que seja o suporte organizativo da grande frente popular de massas por que lutamos.

A política do Partido na construção da frente popular

O Partido guia-se por quatro princípios na sua política de frente.

Primeiro: concentramos todos os esforços na união das massas populares pela base e na acção e subordinamos a essa união a colaboração com outras organizações populares e correntes políticas.

O facto de darmos a maior atenção ao Movimento de Unidade Popular, não quer dizer que devamos limitar-nos a actuar aí. Ao contrário, é imperioso multiplicar a acção e a influência em todas as espécies de organizações de massas, lutar pelo seu fortalecimento e imprimir-lhes uma orientação de luta, pois elas constituem alavancas indispensáveis para a união e mobilização das massas trabalhadoras e populares. Em nenhuma circunstância podem ser abandonadas à influência revisionista e burguesa.

O principal meio para fortalecer e alargar a união dos trabalhadores e do povo, desenvolvendo a frente popular de massas, continua a ser a organização de acções concretas em defesa dos seus interesses. A capacidade dirigente do nosso Partido deve medir-se pela organização do maior número destas acções, unindo nelas homens e mulheres das mais variadas tendências políticas.

É necessário intensificar a mobilização para acções comuns das massas trabalhadoras ainda sob a influência dos partidos revisionista e socialista. Deve ser corrigida a estreiteza de vistas e a falta de iniciativa neste campo que ainda marcam grande número de organismos do Partido.

De entre todos os sectores a chamar ao Movimento de Unidade Popular o nosso Partido deve continuar a dedicar atenção particular à juventude e às mulheres. A juventude, sobreexplorada e grande vítima do desemprego, constitui uma grande força revolucionária no nosso país. O mesmo se passa com as mulheres, duplamente oprimidas e por isso duplamente revoltadas.

Não nos desviaremos desta política de unidade pela base e na acção. É possível a colaboração com outras correntes políticas para alargar a unidade. Mas não repousaremos as esperanças em acordos de partidos, pois dadas as características das forças em presença, esses acordos só podem dar origem a querelas e confusão, que minariam a unidade das massas populares em vez de a reforçar.

Segundo este rumo fundamental, o Partido não pode deixar de dar a devida importância aos contactos com personalidades progressistas de reconhecida influência de massas, com quem se torna indispensável colaborar para alcançar uma unidade o mais ampla possível.

Segundo: batemo-nos para que o Partido Comunista desempenhe um papel de vanguarda no seio da frente popular, para que seja sempre a sua principal força inspiradora e motora.

O nosso Partido sabe que este papel de vanguarda não se conquista por decreto ou com proclamações, mas sabe também que ele é indispensável para dar continuidade e consequência revolucionária à luta unitária das massas em defesa dos seus interesses vitais. Não se trata de uma pretensão exclusivista ou de um desejo vanguardista, mas de uma condição real comprovada por toda a experiência positiva e negativa do movimento operário e popular. Sem o papel dirigente do nosso Partido

será impossível qualquer vitória efectiva e duradoura para o povo trabalhador. O papel de vanguarda do Partido no seio da frente é a condição básica para que ela seja ao mesmo tempo ampla, combativa e revolucionária, para que possa alcançar o governo do 25 de Abril do povo. Justamente por isso, o trabalho dos comunistas na frente popular e entre as massas deve ser sempre exemplar e abnegado, com a apresentação de propostas justas para a orientação da actividade da frente popular, com o máximo empenho no seu fortalecimento e alargamento.

Terceiro: no seio da frente o nosso Partido segue uma política constante de unidade e luta, e age com independência e autonomia.

Estaremos sempre na primeira linha do fortalecimento da unidade popular porque é esse o desejo e o interesse do nosso povo. Unidade exige a preocupação constante de unir as massas e ao mesmo tempo colaboração com outras forças, actuação flexível e combate às resistências sectárias que levam a reduzir a amplitude do movimento unitário. Mas exige ao mesmo tempo luta no seio da frente popular contra todas as incompreensões e propostas que restrinjam a sua amplitude ou levem ao desprezo pelos desejos das massas. O nosso Partido deve bater-se com persistência contra todas as tendências de paralização política dos organismos da frente popular e estar vigilante contra tentativas de cisão na frente capazes de prejudicar o desenvolvimento do movimento de massas.

Ao mesmo tempo, a experiência indica que o Partido deve manter em todas as circunstâncias a sua independência e agir com autonomia. Se não aparecesse a cada momento com as suas posições políticas próprias e uma actuação revolucionária consequente, o nosso Partido levaria a frente popular a ficar enredada nas pressões e vacilações de aliados inseguros, causando reais prejuízos às acções unitárias das massas pelos seus direitos. O Partido Comunista deve surgir com as suas próprias bandeiras na vanguarda da luta popular revolucionária, e nunca pode ficar na sombra ou a reboque dos acontecimentos. Só agindo com independência e autonomia, o Partido garantirá as características de força de vanguarda marxista-leninista, assegurará a independência política do proletariado no seio da frente popular e criará as condições para que esta realize os objectivos do 25 de Abril do povo.

Quarto: a fim de fortalecer a frente popular e realizar uma acumulação revolucionária de forças no fogo da luta de massas, baseamo-nos no princípio táctico de combinar a radicalização com a ampliação e a ampliação com a radicalização.

Na aplicação consequente da sua táctica política, o nosso Partido busca transformá-la sempre em acção revolucionária de massas e radicalizar continuamente o movimento popular, a partir das lutas mais elementares para as mais elevadas. Porém, para que a radicalização não resulte em isolamento de sectores mais avançados, exige sempre a ampliação da base de massas do movimento revolucionário, o alargamento da frente popular de massas.

Do mesmo modo, à medida que atraímos ao quadro da frente de massas sectores populares cada vez mais largos, devemos colocar objec-

tivos de luta mais avançados, a fim de manter as características combativas e revolucionárias da frente unitária de massas. A ampliação da base do movimento deve reverter sempre numa maior radicalização, como único meio de as massas alcançarem etapas superiores de luta e novas conquistas.

Ampliar e radicalizar, radicalizar e ampliar, tal é um dos princípios tácticos que deve guiar a actuação política do nosso Partido.

8. O NOSSO CAMINHO É UM CAMINHO DE LUTA REVOLUCIONÁRIA

No caminho de luta revolucionária que tomámos, iremos deparar com momentos em que se tornará inevitável que o movimento popular se eleve a formas superiores, para não ser esmagado pelos inimigos e os esmagar a eles.

A luta revolucionária não cabe em esquemas. Mas já é possível definir alguns princípios nos quais se terá de basear, a fim de nos prepararmos para esses momentos.

Primeiro: a vitória popular será alcançada apenas opondo a violência revolucionária à violência reaccionária e fascista.

O nosso Partido rejeita totalmente a propaganda revisionista e as ilusões pequeno-burguesas sobre a derrota dos reaccionários pela via pacífica. A prática comprovou já que no nosso país não existe qualquer possibilidade de alterações radicais na estrutura política sem ser pela violência revolucionária.

A conquista de um governo do 25 de Abril do povo será resultado da agudização dos choques violentos entre o movimento popular e as forças reaccionárias. Os representantes do grande capital e do imperialismo, todos os reaccionários recorrerão contra o movimento popular ao terrorismo e à repressão fascista. Não é na cedência mas na acção revolucionária decidida que as massas podem ter êxito na defesa dos seus direitos e na luta por novas conquistas democráticas. A violência revolucionária das massas é a resposta legítima e a única à altura de reduzir a pó as prepotências da burguesia reaccionária e do imperialismo.

No nosso Partido não pode haver a mínima ilusão acerca do carácter reaccionário do poder burguês, a mínima concessão ao temor pequeno-burguês perante os grandes confrontos e convulsões revolucionárias. O povo não alcançará a vitória sem luta dura, sem sacrifícios, sem sangue. É neste espírito revolucionário que nos devemos educar e educar as massas, como nos aponta Lenine: «Ocultar às massas a necessidade de uma luta dura e sangrenta, como uma acção que se apresenta à sua frente, significa enganar-se a si mesmo e enganar o povo».

Segundo: a violência revolucionária será obra das grandes massas e não de pequenos grupos.

O nosso Partido opõe-se resolutamente às tendências aventureiras e guerrilheiristas, que julgam poder prescindir do trabalho de mobilização revolucionária das massas, lançando para a frente sectores de vanguarda. Essas tendências reflectem o desespero de sectores da pequena-burguesia, con-

duzem à derrota certa e criam um terreno altamente favorável às provocações da reacção e do imperialismo.

Só as acções combativas das grandes massas trabalhadoras e populares agruparão as forças da revolução e desenvolverão nelas um espírito decidido, aprofundarão as dificuldades e a desunião dos inimigos, dificultarão a concentração das suas forças e a sua iniciativa.

O poder dos inimigos do povo e da revolução só pode ser derrotado pela força gigantesca do levantamento de milhões de explorados em luta. Só essa força será capaz de quebrar as velhas estruturas e realizar transformações revolucionárias verdadeiras.

É na mobilização política e revolucionária das grandes massas para a luta que se realiza a acumulação de forças. É das pequenas para as grandes acções, das greves e manifestações para as acções de autodefesa e os choques armados em resposta às investidas reaccionárias, que as massas se irão educando e radicalizando, irão percorrendo o seu próprio caminho e adquirindo a sua própria experiência, forjando em si a decisão revolucionária de levar a luta até ao fim por todos os meios e formas.

Terceiro: a vitória popular passa pela conquista de uma parte das Forças Armadas da burguesia, mas exclui em absoluto qualquer perspectiva de um golpe militar radical.

O nosso Partido está firmemente contra as tendências aventureiras que procuram uma saída para a crise através de um golpe militar radical. São tendências pequeno-burguesas que não chamam as massas a tomar nas suas próprias mãos a luta pela sua libertação, e que por isso são incapazes de transformações verdadeiramente revolucionárias e estão condenadas a ser esmagadas pela reacção e o imperialismo.

Temos presente o ensinamento de Lenine de que nenhum movimento revolucionário pode triunfar sem conquistar uma parte das forças armadas da burguesia. Isso significa, como mostra a experiência do nosso país, a necessidade de desagregar as Forças Armadas burguesas, conquistando massas de soldados e sectores progressistas de oficiais para o campo popular. Nada tem a ver com golpes de caudilhos militares, isolados de um movimento revolucionário de massas.

O nosso Partido combaterá quaisquer tendências para colocar o movimento operário e popular na expectativa de acções de sectores militares. Opõe-se de igual modo a qualquer ilusão que seja lançada entre as massas de que a sua libertação possa resultar de uma dádiva de quem quer que seja. Lutamos por incutir nas amplas massas o espírito independente de contar unicamente com as próprias forças para esmagar os reaccionários e levar à vitória o seu movimento libertador.

Quarto: a vitória popular terá de passar por uma conjugação acertada da luta revolucionária nas cidades com a luta revolucionária nos campos.

A nossa experiência está a indicar que, pelas características estratégicas e geográficas do nosso país, o caminho da vitória do movimento revolucionário está na articulação num mesmo momento das mais diversas lutas da classe operária e das massas populares dos principais centros urbanos por todo o país com as lutas dos trabalhadores ru-

rais do Ribatejo e Alentejo, com as lutas das grandes massas do campesinato pobre nos campos do Norte e Centro e das Ilhas.

Só uma coordenação cidades-campos e campos-cidades permitirá cercar por toda a parte o inimigo, dividi-lo e enfraquecê-lo, fazer frente ao terrorismo fascista e a qualquer tentativa de invasão imperialista. Só essa justa coordenação dará força invencível ao movimento revolucionário de massas.

Quinto: a vitória popular exigirá uma oposição firme à ameaça imperialista, que poderá transformar-se em invasão.

A importância do nosso país para a estratégia imperialista faz com que a NATO e os americanos estejam dispostos a tudo para esmagar o movimento popular. A vitória sobre a investida contra-revolucionária não será por isso fácil, terá de ser fruto de uma luta prolongada e duríssima.

Os imperialistas mostraram já várias vezes a sua disposição de invadir o nosso país no caso de a luta popular vir a pôr em causa os seus interesses e o poder burguês. Estão mesmo a instalar uma brigada sua no centro do país, preparada para atacar as massas populares em luta.

O nosso Partido deve por isso lutar para desenvolver ao máximo o espírito patriótico nas massas operárias e populares, o seu ódio aos invasores imperialistas e a sua decisão em fazerem frente por todos os meios a qualquer tentativa de invasão para apoiar a contra-revolução interna.

A luta revolucionária do nosso povo pode ser muito dura e exigir sacrifícios. Mas não há força interna ou externa que a possa impedir de ser vitoriosa. Nem o imperialismo estrangeiro nem os reaccionários portugueses poderão conter a vontade do nosso povo de ganhar uma vida de bem-estar, a liberdade e a independência.

*
*
*

Oito são portanto os fundamentos da táctica do nosso Partido:

- ganhar as massas para uma solução revolucionária da crise;
- fazer do Governo do 25 de Abril do povo a bandeira de luta dos explorados;
- concentrar o fogo dos ataques populares contra os grandes capitalistas, os latifundiários e grandes agrários e os imperialistas norte-americanos, procurando ao mesmo tempo neutralizar os inimigos secundários;
- desbaratar a influência dos revisionistas cunhalistas no movimento operário e popular;
- unir a classe operária para que ela seja capaz de conduzir o povo à vitória;
- construir a aliança operário-camponesa como principal núcleo revolucionário do movimento popular;
- desenvolver esforços continuados para que a unidade popular tome corpo numa ampla frente popular de massas;
- indicar ao movimento popular que a sua vitória passa pela conjugação acertada da luta revolucionária nas cidades com a luta revolucionária nos campos.

Por ser autenticamente revolucionária, a tática do nosso Partido é ao mesmo tempo combativa, ampla e flexível. Com base todas as condições mentos, o nosso Partido tem todas as condições para apresentar a cada momento as alternativas políticas adequadas à conjuntura, mantendo-se inserido vivamente na luta de classes, sem nunca deixar o campo livre ao inimigo e conquistando

sempre mais largas massas para as suas posições revolucionárias. Neste rumo, o nosso Partido terá assegurada a possibilidade, após cada batalha política, de se preparar para a batalha política seguinte sempre em melhores condições e de avançar no caminho do 25 de Abril do povo, da revolução popular e do socialismo.

V — Com a revolucionarização no comando fortalecer e consolidar o nosso partido

1. O 1.º CONGRESSO DO PCP(R) UNIFICOU OS COMUNISTAS E RECONSTRUIU O PARTIDO COMUNISTA

Através de todas as vicissitudes por que passaram, as forças classistas e revolucionárias pró-partido reforçadas consideravelmente nas lutas de massas posteriores ao 25 de Abril, acabaram por fazer vencer a sua aspiração de dotar a classe operária portuguesa de partido próprio com a reconstrução do Partido Comunista Português no congresso realizado em 27 de Dezembro de 1975. Puseram assim termo a doze anos de dispersão e confusão política das forças revolucionárias marxistas-leninistas, e deram o primeiro grande passo para um combate seguro ao revisionismo. O trabalho iniciado em 1964 pelos marxistas-leninistas tinha agora a devida conclusão.

Apesar de todas as deficiências do trabalho de unificação iniciado em Agosto de 1975, apesar dos erros cometidos e apesar do trabalho de sabotagem a que esteve sujeito, o Congresso deu origem a uma organização política de qualidade nova: o Partido. Não se tratou, pois, de uma simples unificação de grupos vestida com roupagens de partido, como era desejo das forças anti-partido e dos caciques de qualquer dos grupos. Não se tratava, muito menos, da proclamação em partido de um grupelho sem expressão numérica e política. A corrente classista e revolucionária e as forças pró-partido tinham já experiência suficiente de truques semelhantes, para poderem de novo ser enganadas por tais expedientes.

Três razões principais conferiram uma qualidade superior à organização saída do Congresso, fazendo dela o Partido Comunista Reconstruído e diferenciando-a imediatamente dos grupos.

Em primeiro lugar foi conseguida a **unidade dos comunistas**. Após doze anos de cisões grupistas conseguiu-se reunir os comunistas marxistas-leninistas portugueses numa organização única.

A tendência para a cisão que caracterizou os doze anos de seitas, sofreu uma inversão a partir do momento em que sectores consideráveis de operários de vanguarda se aproximaram dos grupos. A tendência predominante passou a ser no sentido da unidade, apesar das resistências tenazes que os caciques lhe opunham e das condições favoráveis à desunião criadas pelo acirrado sectarismo. Nenhuma razão poderiam impedir a unificação, senão o inveterado cisionismo dos caciques pequeno-burgueses. Mas este cisionismo grupista, próprio da pequena burguesia radical, não encontrava já eco na maioria dos militantes, permeáveis à tendência unificadora que a classe operária trouxera aos grupos. Se bem que incompleta, por afastamento temporário da OCMLP, a unificação era um facto novo que punha fim à dispersão dos grupos.

Na verdade, surgia no culminar de um caminho ao longo do qual se demarcara claramente o campo das organizações que contribuíram para o Partido, do campo dos grupos provocatórios e anti-partido. A unidade, a questão política mais sentida pelos sectores de vanguarda da classe operária, estava pois resolvida no essencial, e estavam abertas condições para a unificação total dos comunistas.

Em segundo lugar, o Congresso e o Partido foram produto de uma corrente revolucionária de base proletária, que lutava por uma direcção política única — o seu Partido — e não, como sucedera durante doze anos, o resultado da actividade dispersa e desagregadora de sectores estudantis da pequena burguesia, sem objectivos revolucionários de classe.

A realização com êxito do Congresso coroou o esforço de unificação dispendido pela corrente classista e revolucionária. A reconstrução do Partido foi um acontecimento histórico porque exprimiu, pela primeira vez após a traição revisionista, uma clara vitória dos marxistas-leninistas sobre a pequena burguesia radical.

Em terceiro lugar, a fundação do PCP(R) suscitou um grande apoio internacionalista, que veio quebrar o isolamento em que o movimento marxista-leninista e o próprio movimento operário de vanguarda tinham vivido durante doze anos.

O isolamento dos comunistas portugueses foi um mal crónico que sempre afectou o velho PCP e que facilitou, inclusivamente, a degeneração revisionista. Os grupos, por seu lado, dentro da sua lógica sectária pequeno-burguesa, nunca entenderam o internacionalismo proletário como um princípio e uma necessidade objectiva do movimento comunista, pelo que permaneceram quase sem excepção, alheios ao que se passava no mundo. Por estes factos, a ligação do partido recém-nascido ao movimento comunista internacional teve um largo alcance histórico para os marxistas-leninistas portugueses: significou o restabelecimento de laços internacionalistas há muitos anos perdidos, reconheceu o esforço feito pela vanguarda proletária marxista-leninista para a reconstrução do Partido e distanciou o PCP(R) dos grupos pequeno-burgueses.

A reconstituição do Partido provou que era possível liquidar os grupos e vencer o sectarismo caciquista, tornando subitamente caducos, ao olhar de todos, os argumentos de que os caciques pequeno-burgueses se serviam para prolongar a divisão.

As possibilidades de sobrevivência dos grupos ficaram cortadas. A crise em que por si próprios se afundavam, junta aos êxitos do Partido reconstruído marcaram o fim da era dos grupos. Só o Partido oferecia, doravante, perspectivas de continuidade à luta da classe operária e das massas. Face à realidade nova do Partido as seitas torna-

ram-se obsoletas, sem sentido. A reconstrução do Partido Comunista alterou por completo as condições que haviam permitido a existência e a proliferação dos grupos pequeno-burgueses.

Para os comunistas que haviam sido afastados do Congresso passou a existir um ponto de referência que dava conta do abismo que separava os grupos pequeno-burgueses do Partido Comunista. Todas as organizações que ficaram à margem do Partido defrontaram-se de imediato com a alternativa de tornarem-se abertamente provocatórios e claramente anti-partido, ou dissolverem-se como grupos e aderirem ao Partido. Em última análise, seriam as forças internas de cada grupo que iriam decidir do caminho. Onde havia forças classistas e revolucionárias empenhadas na luta das massas populares, o afastamento dos caciques e a adesão ao Partido iria dar-se a breve trecho. Foi o que aconteceu na OCMLP.

O grosso dos militantes da OCMLP ficou de fora do Congresso dada a maior fraqueza inicial das forças pró-partido no seu seio. As forças vacilantes, a maioria como em qualquer dos grupos, em vez de terem sido conquistadas para as posições pró-partido, foram momentaneamente arrasadas pelo sectarismo dos caciques. Não foi, porém, sem contradições agudas que tal se deu: o grupo cindiu-se pela adesão ao Congresso de um número significativo de militantes pró-partido, e no interior do grupo cresceu de tom a polémica sobre a unificação.

A atitude justa dos que abandonaram o grupo na altura da realização do Congresso para reforçarem o Partido, abalou profundamente a autoridade dos caciques. E apesar de ter enfraquecido, momentaneamente, a corrente pró-partido, teve a particularidade de ajudar a agudizar as contradições dentro do grupo entre as forças classistas e revolucionárias e os caciques pequeno-burgueses, gerando novas e mais poderosas forças pró-partido que acabaram por trazer à unidade todos os comunistas que haviam ficado fora do Partido.

2. RESTOS DO GRUPISMO CACQUISTA PEQUENO-BURGUÊS PERSISTIRAM NO PARTIDO APÓS O CONGRESSO

No Congresso de reconstituição do Partido Comunista esteve presente e activa uma pequena corrente anti-partido que sobreviveu à dissolução dos grupos. Por esta via, o grupismo persistiu no interior do Partido e, com ele, o caciquismo pequeno-burguês.

Tal corrente proveio da ORPC, único grupo que não passou por um processo de crítica interna e dissolução antes de chegar ao Partido. Deste modo, as suas estruturas entraram intactas para o Partido: os caciques nos seus postos, os hábitos grupistas intocados. Foi isto que permitiu aos elementos anti-partido existentes na ORPC transitarem para o Partido e nele desenvolverem actividade no sentido de ocuparem postos na direcção e de persistirem nas suas práticas grupistas. A acção do provocador Roque, expulso do Partido, fazia parte integrante de toda essa actividade. O velho

sonho dos caciques de transformarem a ORPC em partido, por anexação de outros grupos persistia, mesmo dentro do PCP(R) e quase ganhava corpo. Nessa linha seguiam os elementos que, nos meses imediatos ao Congresso, defendiam a posição oportunista de esperar pela desagregação da OCMLP para integrar os seus militantes, um a um, no Partido — contrariamente ao caminho que foi seguido de entabular contactos fraternais com a nova direcção pró-partido do grupo, para integração total dos últimos comunistas que estavam fora do PCP(R).

A constituição do Comité Central do Partido reflecte também o ascedente do grupo ORCP no processo: a composição da direcção do Partido fora previamente acordada na direcção da ORPC de modo a garantir o domínio dos seus chefes sobre todo o Partido. Apesar de derrotadas as tentativas de sabotagem do Congresso, elementos anti-partido, nomeadamente Roque, foram eleitos para o Comité Central por fraqueza e conciliação das forças pró-partido.

No balanço geral à actividade dos três grupos que deram origem ao Partido, verifica-se ter sido na ORPC que mais arreigados ficaram e mais tempo duraram os vícios grupistas e caciquistas. O grupo numericamente mais forte e politicamente mais influente foi, paradoxalmente, aquele que maiores defeitos transportou para o Partido. Isto só pôde acontecer por não ter existido uma luta interna na ORPC capaz de eliminar por completo as resistências à reconstrução do Partido. Em qualquer dos outros grupos os representantes da corrente anti-partido ficaram pelo caminho antes da dissolução no Partido, graças a duras lutas internas que os desmascararam como caciques pequeno-burgueses inimigos do marxismo-leninismo. Na ORPC, porém, a constante foi a conciliação entre a corrente pró-partido e os elementos anti-partido, sem que se chegasse a travar um combate aberto e decisivo entre uma e outros.

Esta trajectória peculiar da ORPC vem provar, pela negativa, a necessidade de destroçar as estruturas caciquistas e os hábitos entranhados dos grupos para se conseguir edificar o Partido Comunista. E prova também que só pela acção da base, da grande massa dos militantes, de baixo para cima, seria possível vencer o grupismo e o caciquismo pequeno-burguês, justamente porque era na base dos grupos, na massa dos seus militantes, que estava a força mais significativa da corrente classista e revolucionária que aspirava ao Partido.

Os prejuízos de influências grupistas e da presença de caciques no Partido manifestaram-se nos quatro primeiros meses após o Congresso. Foram a consequência da falta de hábitos e de métodos de partido, substituídos por ideias e práticas de grupo, antileninistas.

A Comissão Organizadora do Congresso não pôde dedicar-se, como devia ter feito, à análise e à crítica dos doze anos de passado grupista pelo facto de ter sido deliberadamente isolada, pelos caciques anti-partido, da massa dos militantes e impedida de proceder à liquidação ideológica e orgânica do grupismo pequeno-burguês. Deste modo, o Partido recebeu por inteiro tal passado e nada mais, uma vez que a experiência do velho PCP se havia perdido por completo após 1964. As tradições do grupismo caciquista pequeno-burguês renasciam a cada passo.

O Partido não tinha raízes sólidas nas empresas industriais, nas grandes concentrações operárias. Herdou as estruturas interclassistas, de bairro, dos grupos, predominantemente virados para o trabalho de agitação entre a população não proletária.

A influência de caciques pequeno-burgueses na direcção do Partido e o fraco enraizamento nos sectores fundamentais da classe operária afastava dos postos dirigentes os proletários, que não sentiam inteiramente o PCP(R) como o partido da sua classe, e impedia a adesão de muitos mais proletários de vanguarda que não viam os seus dirigentes naturais à cabeça do Partido. Mesmo os quadros proletários do Partido manifestavam pouca confiança nas suas próprias forças para ocuparem postos dirigentes nos órgãos superiores e regionais.

Viciados na prática de agitação inconsequente dos grupos, os organismos dirigentes do Partido desconheciam, quase por completo, os métodos de organização e de trabalho próprios de um partido leninista. A direcção política dos comités do Partido era defeituosa, descontínua, inconsequente: primava pelo espontaneísmo e pela desorganização.

Sem reforçar a implantação do Partido na classe operária e nas grandes empresas — centros nervosos da luta de classes — não era possível tomar o pulso à evolução da situação política e à disposição de luta das forças populares. A direcção do Partido ressentia-se deste afastamento da situação real, mostrando-se incapaz de conduzir de forma sistemática um trabalho de direcção política no seio das massas.

Na base destas cinco causas gerava-se uma série de fenómenos negativos que comprometiam a aplicação de métodos de trabalho leninistas e desrespeitavam princípios ideológicos elementares de um Partido marxista-leninista. Tais fenómenos negativos impediam o desenvolvimento harmónico e a consolidação das estruturas partidárias, bloqueavam o reconhecimento do Partido pela classe operária e o crescimento da sua acção dirigente sobre as massas populares.

Os métodos de trabalho pecavam sobretudo pelo praticismo e pelo trefismo, que se sobrepuñam à actividade política planeada. Eram desvios próprios da estreiteza política da pequena burguesia que os grupos levaram às últimas consequências e aos quais nem mesmo o velho PCP conseguiu escapar.

A vida política dos organismos era escassa, as discussões não eram preparadas com cuidado e as tarefas práticas acabavam sempre por sobrepor-se à compreensão política das situações. As decisões sobre as acções a empreender eram, então, ditadas pela intuição ou pela rotina e não pela necessidade política ou pela adequação aos fins que se visavam. Foi por este caminho que o velho PCP acabou por perder completamente as perspectivas revolucionárias e foi com uma prática desta espécie que os grupos gastaram as energias de muitos militantes durante doze anos sem que nenhuns frutos se colhessem.

A actividade dos organismos do Partido era marcada pela ausência de planos que concertassem a acção dos militantes e dos diversos organismos, que permitissem estabelecer uma corrente única da direcção às células e na base dos quais fosse pos-

sível controlar a execução das diferentes tarefas. A unidade de acção do Partido era assim pulverizada numa poeira de tarefas descordenadas que estavam longe de constituir direcção política para a condução das massas populares.

A consequência destes erros nos métodos de trabalho foi um outro erro: a inexistência de balanços políticos que dessem conta da eficácia da actividade do Partido e que permitissem corrigir defeitos e acumular experiência. Corria-se assim o risco de fazer definharem as energias do Partido, de desperdiçar os ensinamentos do novo crescendo das lutas em que a vanguarda proletária se empenhava, e de limitar os horizontes do Partido impedindo-o de descortinar os novos caminhos que se abriam à sua acção.

A ideologia do Partido estava contaminada de ideias e comportamentos alheios e contrários ao marxismo-leninismo. Em todos eles é clara a marca dos doze anos de dispersão grupista que privaram de referências de Partido os marxistas-leninistas portugueses.

Nas fileiras do Partido reconstruído as ideias e práticas do grupismo caciquista persistiam. Certos caciques mantiveram-se nos seus postos e o amiguismo de que se rodeavam continuou a ditar a sua lei, sobrepondo-se à igualdade de direitos e deveres que o centralismo democrático impõe, anulando a direcção colectiva e evitando a prestação de contas.

O obscurecimento dos princípios sobre a questão do porte na cadeia pelos dirigentes pequeno-burgueses que haviam fraquejado frente à polícia, originou ideias de conciliação para com a capitulação, a delação e a traição que dissolviam a firmeza partidária.

A anarquia, a desorganização, o espontaneísmo e o liberalismo prevaleciam sobre a disciplina partidária, a planificação do trabalho e a vigilância de classe.

Em vez da firmeza de princípios, da clara demarcação de posições e da intransigência perante os erros, cultivava-se o espírito de conciliação, porta aberta para o oportunismo.

As tendências legalistas e as ilusões democrático-burguesas, ao mesmo tempo que relaxavam a conspiratividade no Partido, eram fontes de burocratismo e de comportamentos individuais incompatíveis com a moral proletária e com a vida simples dos comunistas.

Tais foram os graves prejuízos que o grupismo caciquista pequeno-burguês, trazido para dentro do PCP(R), causou à actividade dos comunistas e ao desenvolvimento do nosso Partido.

3. REVOLUCIONARIZAR E PROLETARIZAR AS FILEIRAS PARTIDÁRIAS PARA DAR O GOLPE DE MORTE NO GRUPISMO CACIQUISTA PEQUENO-BURGUÊS

A revolucionarização e a proletarização do Partido surgiram, antes de mais, como medidas indispensáveis e urgentes para acabar com as sobrevi-

vências do grupismo caciquista pequeno-burguês. Revolucionarizar e proletarizar o Partido começou por ser, muito simplesmente, dotar o PCP (R) de ideologia e práticas revolucionárias, marxistas-leninistas, e de dirigentes proletários.

O Partido nasceu sobre o cadáver dos grupos, mas não nasceu em contradição absoluta com o grupismo. Os grupos de onde proveio o nosso Partido estavam eivados de vícios, tinham tido experiências diferentes e percorrido caminhos diversos; as suas práticas eram contrárias ao marxismo-leninismo e à concepção bolchevista de partido. Tal passado é fonte de desagregação e degeneração. Para vencer o perigo de o Partido se tornar uma federação de grupos, só formalmente dissolvidos, havia que irradiar os restos de grupismo, havia que atacar as manifestações e as causas das ideias pequeno-burguesas e das práticas anti-leninistas.

A 3.^a Reunião Plenária (Ampliada) do Comité Central, que marcou o início do processo de revolucionarização e proletarização, apontou as causas fundamentais que impediam o avanço do Partido, detectou as ervas daninhas que lhe minavam as fileiras e indicou as tarefas organizativas para correcção imediata dos métodos de trabalho.

A integração, realizada nessa altura, dos comunistas do OCMLP no PCP (R), confirmou a força do Partido e deu-lhe mais autoridade. Simultaneamente, pôs fim aos grupos e engrossou a corrente classista e revolucionária que constituiu a base do movimento de revolucionarização e proletarização do Partido. Os militantes recém integrados haviam passado por um longo processo de crítica ao caciquismo no seu próprio grupo, que os preparou para o combate a dar, dentro do Partido, aos restos do caciquismo e do grupismo.

A 4.^a Reunião Plenária do Comité Central, ampliada a quadros proletários de grandes empresas e a militantes da OCMLP, inicia um movimento de crítica e autocritica à luz dos resultados obtidos na aplicação das resoluções da 2.^a e 3.^a Reuniões Plenárias do Comité Central. Os quadros proletários do Partido fazem aí ouvir a sua voz, os caciques pequeno-burgueses ficam sob o fogo da crítica. Num primeiro passo, o movimento de revolucionarização ganhou as forças sãs do Comité Central e as forças proletárias do Partido.

Ao apontar as ervas daninhas que cresciam no seu seio e ao identificar as causas que o impediam de alcançar maiores êxitos políticos, o Partido iniciava uma crítica marxista-leninista aos vestígios das ideias grupistas que haviam substituído as concepções revisionistas do partido cunhalista por outras concepções anti-proletárias. O movimento de revolucionarização visou assim colocar a ideologia proletária no seu devido pé, rejeitando as falsificações pequeno-burguesas, e no seu devido lugar: a direcção do Partido. Tais objectivos estão bem claros no compromisso assumido pelos quadros proletários que, na sua carta-resposta ao Comité Central, diziam: «É pois com compromisso de honra, que agarraremos a missão de fazer do nosso PCP (R) não um grupo grande mas um verdadeiro partido; não um partido dominado por ideias burguesas e aventureiras, mas um partido possuído do marxismo-leninismo; um partido não para ir desenrascando as lutas do dia-a-dia mas para fazer a Revolução e construir o Socialismo». Tais

foram, no plano ideológico, os pontos de partida do movimento de revolucionarização.

Onde havia ausência e mesmo aversão à tática, passou a haver uma tática revolucionária ampla e flexível, enquadrada na linha geral do Partido. Onde havia agitação das verdades gerais de carácter estratégico, passou a haver alternativas revolucionárias concretas às posições dos partidos burgueses. Onde havia uma contemplação impotente da luta de classes, passou a haver intervenção política e condução, no dia-a-dia, da luta da classe operária e do movimento popular. Tais foram no plano político, os avanços trazidos pelo movimento de revolucionarização.

O centralismo burocrático, o espontaneísmo e a anarquia que caracterizavam a prática organizativa dos grupos, foram combatidos para que o respeito pleno pelo centralismo democrático pudesse instaurar-se no Partido. Os ilimitados poderes dos caciques, o cisionismo, o afastamento dos camaradas operários para lugares subalternos ou de fachada, a promoção de quadros decidida de acordo com interesses individuais e amizades, foram algumas das concepções organizativas dos grupos banidas do seio do Partido e substituídas pela prática correcta da direcção colectiva e do respeito pelo âmbito de decisão dos organismos, pela eleição democrática dos órgãos de direcção de baixo a cima, pela obediência à disciplina proletária e às normas do centralismo democrático, pela efectiva proletarização de toda a organização, pela aplicação de uma correcta política de quadros.

Os vícios, as ideias e as práticas pequeno-burguesas que se reflectiam no estilo de trabalho e nos métodos de direcção foram duramente atacadas, passando a exigir-se mais de todos os militantes, de todos os quadros e, em particular, de todos os dirigentes do Partido. Não há mais lugar para o amiguismo, mas apenas para a camaradagem comunista; não há mais lugar para a falta de empenho no cumprimento de tarefas, mas apenas para uma dedicação total, sem limites; não há mais lugar para métodos caciquistas e pequeno-burgueses, mas apenas para métodos marxistas-leninistas de trabalho e de direcção; não há já lugar para o receio da crítica e para a presunção, mas apenas para a crítica e a auto-crítica correctamente aplicadas; não há lugar para o espontaneísmo, mas apenas para a actividade planeada e de execução controlada; não há lugar para a moral pequeno-burguesa mas apenas para o respeito dos princípios da moral proletária. Tais foram, nos planos organizativo e prático, os avanços trazidos pelo movimento de revolucionarização.

O Comité Central lançou, após a sua 4.^a Reunião Plenária, uma carta-apelo aos quadros proletários para que tomassem em mãos o seu Partido, na sequência da qual se realizou o 1.^o Activo Nacional de Quadros Proletários, com a presença de cerca de duas centenas de militantes operários das células de fábrica. Veio então ao de cima toda a imensa força proletária contida no Partido que, até aí, permanecera abafada. Os males que o grupismo causava ao Partido foram apontados sem reservas, os principais caciques viram expostas a sua actividade anti-leninista. Na carta-resposta ao apelo do Comité Central os quadros proletários comprometeram-se a tomar em mãos o destino do Partido e a prosseguir o movimento de revolucionarização.

No decorrer deste processo foi radicalmente modificada a composição de todos os organismos intermédios do Partido, muitos quadros proletários subiram aos postos-chave. Cortou-se com os conceitos pequeno-burgueses grupistas, em matérias de organização e métodos de trabalho e pôs-se fim à conciliação com o mau porte.

Na 5.^a Reunião Plenária do Comité Central alargada aos principais quadros proletários, em número muito elevado, decidiu-se a alteração radical do Comité Central que foi ampliado e onde passam a estar representados, em esmagadora maioria, os dirigentes proletários. Foi decidida também a convocação do 2.^o Congresso do Partido.

A partir desta reunião, realizaram-se reuniões alargadas de todos os Comités Regionais e activos inter-regionais. Rebentou um poderoso movimento de crítica revolucionária e proletária a partir da base. A estrutura partidária foi totalmente revolidada. Criaram-se numerosos Comités Regionais pela subdivisão dos existentes, obtendo o Partido uma estrutura mais operacional ligada às bases e às massas. Em resultado deste movimento a estrutura grupista do Partido, herdada das seitas, foi completamente destruída. Desfez-se deste modo, a estrutura organizativa em que assentavam o grupismo e o caciquismo.

Os êxitos do PCP (R) somaram-se e projectaram-no como única força política revolucionária consequente em Portugal. O reconhecimento do Partido pela classe operária deu grandes avanços. O Partido afirmou-se como força de vanguarda e contribuiu decisivamente para a primeira grande derrota dos revisionistas, acontecimento sem precedentes na vida política do país. A 6.^a e a 7.^a Reuniões Plenárias do Comité Central aprofundaram a táctica do Partido e marcaram a viragem decisiva do PCP (R) para a acção política dirigente.

4. IMPORTÂNCIA HISTÓRICA, IDEOLÓGICA E POLÍTICA DA REVOLUCIONARIZAÇÃO

O golpe decisivo no grupismo caciquista pequeno-burguês foi desferido pelo movimento de revolucionarização e de proletarização. Mas este movimento tem um alcance histórico que ultrapassa em muito o combate aos erros cometidos na reconstrução do Partido e aos vícios herdados dos grupos.

Em primeiro lugar, a revolucionarização do Partido é um facto novo na história do movimento comunista em Portugal. Foi a primeira vez que, de forma sistemática e consequente, o Partido deu combate e varreu a dominação da ideologia pequeno-burguesa, implantando no seu lugar a ideologia proletária, o marxismo-leninismo. O movimento inicialmente destinado a limpar os vestígios do grupismo pequeno-burguês, com doze anos de existência, tem hoje o alcance de uma modificação profunda na prática revolucionária dos comunistas portugueses, de combate às influências das ideias burguesas e pequeno-burguesas no movimento operário português. São 55 anos de história, e não apenas doze, que precisam de ser encarados de um

ponto de vista marxista-leninista. É uma tarefa gigantesca que consiste em varrer os vícios e os desvios que se acumularam no movimento operário e no Partido ao longo de 55 anos, e que visa recuperar, limpa e sem deformações, a riquíssima experiência de luta e de trabalho partidário dos comunistas portugueses. Tal tarefa é imprescindível para reencontrarmos o filão de onde nasceu o PCP e darmos novos rumos à actividade revolucionária dos comunistas.

A reconstrução do Partido Comunista fez-se sobre o cadáver dos grupos que impediram durante anos o seu surgimento. Mas a fase que então se abriu de edificação do Partido terá de cumprir-se também sobre os escombros do revisionismo. Só isto fará do nosso Partido o legítimo herdeiro da história do PCP.

Em segundo lugar, a revolucionarização e a proletarização do Partido culminaram o movimento de ascensão e de adesão ao marxismo-leninismo da corrente classista proletária, motor principal de unificação dos comunistas e da reconstrução do Partido. Esta corrente que determinou toda a evolução das forças revolucionárias marxistas-leninistas, sobretudo desde o 25 de Abril, actuou sempre como força de pressão sem papel dirigente. A direcção do movimento estava nas mãos da pequena burguesia. A revolucionarização e a proletarização vieram colocar no comando do Partido a corrente classista proletária que até aí estivera impedida de ser força dirigente.

As maiores resistências e incompreensões ao movimento de revolucionarização, vieram de duas origens. Por um lado dos organismos que menos tinham sido abalados pela dissolução das seitas e que tinham transitado sem alterações dos grupos para o Partido — células com militantes provenientes do mesmo grupo, organismos com bastante tempo de existência onde se geram fortes laços pessoais e amiguistas. Aí, os hábitos grupistas estavam mais arraigados, e a sua dissolução foi mais difícil e demorada. As sobrevivências grupistas e a hierarquia caciquista transportadas para o Partido pela ORPC foram um alvo importante da revolucionarização que desarticulou os manejos dos caciques que se apoderaram da direcção de muitos organismos do Partido e quebrou o espírito de potência do grupo. Por outro lado, as resistências à revolucionarização e à proletarização foram maiores entre os sectores não proletários do Partido, onde mais vivos estavam os vícios pequeno-burgueses, a inércia política, os desvios ideológicos.

As resistências à revolucionarização e à proletarização apenas podem ser tomadas como uma oposição pequeno-burguesa às transformações que se davam no Partido — a ideologia pequeno-burguesa era batida pelos princípios ideológicos marxistas-leninistas e a direcção passava para as mãos dos proletários. O passado do movimento operário e comunista em Portugal, carregado de influência pequeno-burguesa que abafava a consolidação da ideologia proletária, e sobretudo os doze anos de grupos pequeno-burgueses, haviam tornado quase «natural» o domínio pessoal e ideológico da pequena burguesia sobre o movimento operário e as organizações que o pretendiam representar. «Natural» era a pequena burguesia a reinar... O «estranho», para os pequeno-burgueses e os caciques, era o proletariado tomar em mãos o seu Partido e fazer prevalecer a sua ideologia própria, o marxismo-leninismo!

As reservas à revolucionarização e à proletarianização manifestadas por alguns camaradas, sob o pretexto de que os novos dirigentes proletários tinham menos «experiência» e menos «nível político» que os anteriores não escondem a sua raiz de classe, pequeno-burguesa, e são produto dos hábitos grupistas e caciquistas adquiridos anteriormente na tarimba das seitas. O amor-próprio pequeno-burguês de alguns dirigentes da ex-ORPC, feridos pelo processo de revolucionarização e de proletarianização, o despeito pela perda de lugares de chefia que se julgavam adquiridos, bem como a destruição violenta de ideias e princípios que se julgavam intocáveis, mas que não passavam de falsificações pequeno-burguesas do marxismo-leninismo — tudo isto foram pretextos de resistência por parte de alguns camaradas à transformação radical do Partido após a 3.^a Reunião Plenária do Comité Central. Tais pretextos, no entanto, apenas revelavam um acanhado espírito de grupo, impotente para impedir o ascenso vigoroso da corrente classista proletária à direcção do seu Partido.

Em terceiro lugar, o movimento de revolucionarização e proletarianização rompeu com o isolamento do Partido em relação ao movimento popular de massas, armando-o com uma táctica revolucionária sucessivamente aperfeiçoada.

A revolucionarização abriu, deste modo, as portas à actividade política, permitindo que a presença do Partido e das suas alternativas revolucionárias se fizessem sentir entre a classe operária e as massas trabalhadoras. Cortou-se assim, com a inépcia dos grupos na acção política. A actividade política do Partido ultrapassou o simplismo e o esquematismo de repetir ideias e grandes objectivos, para se enriquecer na complexidade do trabalho táctico, lidando com as variações e as nuances de conjuntura.

A aquisição de princípios ideológicos marxistas-leninistas e a ocupação dos postos-chave por quadros proletários obrigaram o Partido a mergulhar na luta de classes; e as próprias exigências da luta política e a necessidade de a dirigir, conduziram ao progressivo aprofundamento da linha táctica. Assim, ao mesmo tempo que adquiria pontos de referência de **Partido** dados pelo marxismo-leninismo, o PCP (R) adquiria pontos de referência de **classe** fornecidos pela sua participação nas lutas como força dirigente.

5. NOVOS OBJECTIVOS DA REVOLUCIONARIZAÇÃO

O movimento de revolucionarização e proletarianização do nosso Partido aponta para dois alvos fundamentais: um **corte ideológico** com as ideias pequeno-burguesas trazidas dos grupos e infiltradas no movimento operário português; e um **corte político** com a incapacidade táctica manifestada pelos grupos, e com o praticismo e o imediatismo político de que enfermou a actividade do velho PCP. Este duplo ataque ideológico e político às concepções pequeno-burguesas implicaram, no **plano prático**, uma ruptura com os métodos grupistas de organização, de trabalho e de direcção, a que uma longa dominação de caciquismo habituara os militantes comunistas.

Se bem que o combate ao grupismo abrangesse todos os domínios, ideológico, político, organizativo e prático, a alavanca fundamental para fazer desabar o edifício caciquista foi a crítica marxista-leninista à ideologia pequeno-burguesa.

O movimento de revolucionarização iniciou-se, pois, como processo predominantemente ideológico.

Pode dizer-se que o movimento de revolucionarização completou, até à campanha das eleições presidenciais, a sua **fase ideológica**. De então para cá, e sobretudo com o aperfeiçoamento da táctica produzido na 6.^a e 7.^a Reuniões Plenárias do Comité Central, o movimento de revolucionarização entrou numa nova fase, predominantemente política. Se a crítica ideológica ao grupismo dum ponto de vista marxista-leninista permitiu romper a inércia política do Partido, será agora o avanço político do Partido como força revolucionária que permitirá aprofundar o combate ao grupismo pequeno-burguês e ao revisionismo burguês e enraizar a ideologia marxista-leninista. Esta **fase política** da revolucionarização exige a rápida e segura consolidação do Partido como força política dirigente proletária e revolucionária.

A passagem para a nova fase da revolucionarização não se fez automaticamente, tendo-se verificado mesmo um amortecimento no movimento.

Nos meses que se seguiram às eleições presidenciais o nosso Partido necessitava de consolidar rapidamente as vitórias obtidas graças à aplicação da sua táctica e preparar-se, como ensinava a resolução da 7.^a Reunião Plenária do Comité Central, para enfrentar ainda em melhores posições as novas batalhas políticas, assente nos sucessos anteriores. Nem todo o Partido, porém, soube transpor para as suas condições concretas de luta a linha táctica, o que ocasionou o desaproveitamento de muitas condições favoráveis criadas pela actividade política precedente. As consequências negativas deste facto fizeram sentir-se nas eleições para as autarquias. Ao contrário do que acontecera na campanha presidencial, o Partido enfrentou em Dezembro uma importante batalha política num ponto baixo do movimento de revolucionarização e sem ter assimilado completamente a experiência da grande movimentação de massas em que participara havia alguns meses.

Esta realidade ensina-nos o seguinte:

Primeiro: No decorrer da sua actividade política dirigente e, sobretudo, após cada batalha importante, todo o Partido tem de saber extrair a experiência correspondente, não só no plano político, mas também no domínio do **trabalho partidário**. As qualidades revolucionárias do Partido — firmeza ideológica, combatividade, capacidade dirigente, implantação na classe operária e ligação às massas — têm de apurar-se continuamente, acompanhando a experiência fornecida pela acção política e preparando novas acções políticas de maior envergadura. Significa isto que a cada acção política do Partido entre as massas, tem de corresponder uma equivalente revolucionarização **dentro** do Partido. Aqui está por que o movimento de revolucionarização e proletarianização deve ser ininterrupto e consequente.

Segundo: uma vez elaborada uma linha ou uma alternativa táctica, o Partido precisa, no conjunto e em cada um dos organismos, transformar essa linha ou alternativa táctica em **acção de massas**

pela sua aplicação às situações concretas vividas em cada região e sector de trabalho, ou em cada momento político. A aplicação de uma linha ou alternativa táctica não é, pois, um trabalho mecânico mas um trabalho criador condicionado pela realidade. A não proceder assim, confundir-se-á a acção política com a simples repetição das palavras de ordem tácticas e nunca se chegará a materializar uma linha de massas, por muito correcta e aperfeiçoada que seja a táctica política apontada.

Os sucessos da táctica do Partido obtidos na campanha presidencial e, após esta, nos sectores e nas regiões que souberam traduzir para as suas condições concretas as tarefas apontadas pela direcção, provam, como afirmava o camarada Staline, que uma vez traçada a linha táctica e estabelecidos os planos, o êxito da sua aplicação depende da organização do trabalho e do trabalho de organização postos em prática.

Terceiro: a transposição da linha ou alternativa táctica para a acção de massas é uma questão de **direcção política**, quer dizer, acção do Partido como força dirigente por um lado, e, por outro lado, métodos de direcção apropriados.

A acção dirigente do Partido mede-se, a cada momento, pela maior ou menor capacidade com que conduz a luta política das massas no terreno táctico. Significa isto que não poderá aplicar-se criadoramente uma linha ou uma alternativa táctica sem que o papel dirigente do Partido se eleve à altura das exigências postas pela situação real e pelas tarefas tácticas definidas. Significa isto, também, que a acção do Partido como força dirigente de vanguarda estará comprometida se não melhorarem continuamente os seus métodos de direcção.

Verifica-se que a capacidade de direcção prática do nosso Partido e os seus métodos de direcção estão, de um modo geral, atrasados em relação às possibilidades de acção política abertas pela táctica até agora elaborada.

A revolucionarização do nosso Partido, no momento que atravessamos, tem de cumprir, de imediato, três objectivos centrais.

O primeiro de todos, pelo qual passa o desenvolvimento futuro do Partido e a sua consolidação, é o alargamento das fileiras a muitos mais militantes, de modo a multiplicar os braços necessários para o cumprimento integral das imensas tarefas partidárias e a estender a influência política do Partido a novos sectores das massas. Até nós devem vir não apenas alguns dos elementos avançados mas a maioria dos operários de vanguarda. A selecção dos melhores far-se-á no terreno da luta quotidiana, nas empresas, por demarcação progressiva com a burguesia e o revisionismo. O crescimento imediato e vigoroso do nosso Partido é a primeira condição para a sua consolidação como força revolucionária de dirigente a nível nacional.

Na fase actual da revolucionarização, o nosso Partido precisa também de romper com resistências que subsistem na aplicação da linha táctica, elaborando ao mesmo tempo tácticas específicas para sectores particulares da actividade política e comprometendo cada organismo partidário na sua concretização e aplicação.

Na fase actual da revolucionarização, o nosso Partido precisa ainda de acabar com o empirismo em matéria de direcção prática, substituindo definitivamente a improvisação desordenada pelo planeamento e pelo controlo rigorosos da actividade.

Será na medida do cumprimento destes objectivos que se avançará mais rapidamente na consolidação da ideologia marxista-leninista entre as nossas fileiras e na afirmação do Partido como força política dirigente.

6. UM PARTIDO MARXISTA-LENINISTA PARA A REVOLUÇÃO

Os êxitos políticos obtidos no último ano pelo nosso Partido foram possibilitados pela sua reconstrução no fim de 1975. Os avanços conseguidos desde então, a enorme experiência que acumulámos nestes meses de impetuoso movimento operário e popular, não podem, porém, fazer-nos esquecer que atravessamos um período de crescimento e consolidação do Partido. Temos, por este facto, tarefas e objectivos bem precisos que devem ser integralmente cumpridos para que as características revolucionárias do Partido se fortaleçam, para que a sua influência política se expanda no seio das massas operárias e populares, e para que o seu crescimento se faça de modo harmonioso.

Tal não acontecerá de forma espontânea, como nos ensina a história da edificação de todos os partidos marxistas-leninistas, como nos ensina a própria história da construção do velho PCP e como provaram, pela negativa, doze anos de tentativas falhadas de chegar ao partido pela evolução desordenada dos grupos pequeno-burgueses.

A liquidação do grupismo foi o passo decisivo do Partido para romper com o passado recente. Mas esse passo só se tornará irreversível a partir do momento em que, por uma política correcta de fortalecimento e consolidação, consigamos eliminar entre as nossas fileiras todas as condições que fizeram nascer e permitiram a existência do grupismo. Do mesmo modo, a pressão das ideias revisionistas e os perigos de degeneração que representa para um partido marxista-leninista, só poderão ser combatidos consequentemente e derrotados, desde que o Partido cresça em bases sólidas dos pontos de vista da ideologia, da política e da composição social.

As lições que nos são dadas pela história do velho PCP e pelos anos de grupismo caciquista pequeno-burguês levam-nos a traçar uma via para a consolidação do nosso Partido que permita combater tanto as causas que levaram à degeneração revisionista, como as que conduziram à dispersão grupista dos comunistas.

O grupismo mostrou desconhecer como se forma e se edifica um partido marxista-leninista. Nas suas vacilações, os grupos iam do dogmatismo mais estéril ao espontaneísmo mais primário, repetindo-se sem cessar o mesmo erro fundamental de pretender criar o partido fora da classe operária. Mas como nos evidencia a história do velho PCP, não basta ter um partido ligado à classe operária — para além disso é indispensável guiar todos os seus passos pelo marxismo-leninismo e edificá-lo em moldes bolchevistas. Os reveses políticos e os golpes policiais mais graves sofridos pelo velho partido radicaram-se, geralmente, nas fraquezas ideológicas e políticas da sua edificação; inversamente, sempre que era necessário proceder a uma reorganização, o Partido tinha de combater as

ideias contrárias ao marxismo-leninismo e reafirmar a sua condição de partido revolucionário e proletário.

A política de fortalecimento e consolidação do nosso Partido tem de responder simultaneamente a duas ordens de questões: configurar o Partido segundo os princípios gerais que definem os partidos marxistas-leninistas e resolver os problemas particulares que a esse respeito se levantam no nosso país e que se puseram ao longo da história do nosso Partido.

UM COMBATE EM DUAS FRENTES AO GRUPISMO E AO REVISIONISMO

O nosso Partido tem de forjar-se como partido marxista-leninista através do combate em duas frentes ao grupismo caciquista pequeno-burguês e ao revisionismo burguês.

Foi neste duplo combate que o Partido se reconstruiu e a experiência mostra-nos que nem a demarcação com o revisionismo se pode fazer completamente se houver contemporização com o grupismo pequeno-burguês; nem, inversamente, se podem eliminar os traços do grupismo se não for clara a demarcação com o revisionismo. O aparecimento do grupismo foi permitido pela degeneração revisionista do velho PCP e deveu-se à fraqueza da corrente marxista-leninista que, na primeira arrancada, foi incapaz de reorganizar o Partido Comunista. O corte inconsequente com o revisionismo em 1964, originou, portanto, a desagregação grupista das forças marxistas-leninistas. Só através da luta intransigente aos factores de degeneração revisionista, chegámos a afirmar a necessidade de opôr ao partido revisionista um verdadeiro partido marxista-leninista da classe operária; mas para isso foi necessária uma guerra sem quartel ao grupismo caciquista pequeno-burguês que, se não fosse derrotado, levaria a perpetuar as seitas.

Esta luta tem de prosseguir sem abrandar um só instante. O nosso Partido será forte e indestrutível na medida em que formos capazes de o forjar, sob todos os aspectos, em oposição absoluta ao partido revisionista. Para isso, temos de eliminar do nosso seio todos os restos do grupismo caciquista pequeno-burguês, pois uma luta consequente contra o revisionismo burguês só pode ser travada a partir das posições marxistas-leninistas do proletariado revolucionário. No nosso Partido deve impedir-se a mais alta vigilância comunista que impeça a mínima concessão aos revisionistas burgueses ou ao grupismo caciquista pequeno-burguês. Deverá ser cortada pela raiz, e sem piedade, qualquer manifestação desses inimigos antipartido, contrários ao marxismo-leninismo e aos interesses de classe do proletariado, à revolução e ao socialismo. Assim asseguraremos que o nosso Partido se manterá sempre de cor vermelha.

DESTACAMENTO DE VANGUARDA DA CLASSE OPERÁRIA IMPLANTADO NOS CENTROS NERVOSOS DA LUTA DE CLASSES

O nosso Partido tem de crescer e manter-se sempre como destacamento de vanguarda da classe operária. Para isso, precisa de implantar-se solida-

mente nas grandes concentrações operárias, centros nervosos da luta de classes, apoiar-se sempre nos sectores mais explorados e combativos do proletariado, e de entre eles formar os quadros políticos que ocupem os postos-chaves do Partido. Precisa igualmente de ganhar raízes entre os proletários do campo e entre o campesinato pobre.

Da mesma maneira que era impossível reconstruir o Partido fora da classe operária, também seria impossível forjá-lo com fraca implantação nas grandes empresas. A importância de implantar o Partido, antes de mais e fundamentalmente, na classe operária das grandes empresas, é-nos revelada pela impotência manifestada pelos grupos pequeno-burgueses em combater o revisionismo e intervir na vida política. Todos os seus esforços se reduziam a uma gesticulação infantil e inofensiva, justamente porque lhes faltava o apoio da classe operária.

Por outro lado, muitos dos fracassos políticos verificados na história do velho PCP deveram-se a oscilações sofridas na sua implantação operária e a quebras de confiança no Partido por parte do proletariado. E sempre que a ligação com as massas operárias se reforçava e a confiança se reavivava, o Partido erguia-se para novas batalhas, recuperando o terreno perdido. Mesmo aquando de diversos golpes na sua organização, foi a resistência das células operárias que permitiu relançar de novo o Partido e vencer as situações de crise.

Porque somos um partido proletário para a revolução, a nossa organização e a nossa actividade devem estar concentradas nos pontos nevralgicos que nos permitam conduzir uma verdadeira luta revolucionária, enfraquecendo o poder burguês para o poder destruir totalmente. Esses pontos são, em primeiro lugar e acima de tudo, os grandes centros de produção industrial, especialmente as empresas com mais de 500 operários, que constituem o esqueleto do sistema produtivo capitalista. Aí se encontram concentrados os sectores avançados do proletariado, com maior consciência de classe, combatividade, disciplina, experiência. É aí que o Partido Comunista deve ter as suas raízes mais profundas. Implantar fortemente o Partido em todas as empresas com mais de 500 operários e transformá-las em fortalezas da nossa política revolucionária é, e será sempre, a direcção fundamental do nosso trabalho de organização.

Centros nervosos da luta de classes são, também, as grandes herdades e concentrações de assalariados rurais de todo o país, as cooperativas e unidades colectivas de produção no Alentejo e Ribatejo. Estes serão os mais sólidos alicerces do Partido nos campos de Portugal.

Centros nervosos da luta de classes são, ainda, as aldeias mais revolucionárias das zonas rurais, onde se encontram os homens mais combativos das organizações democráticas dos camponeses. É justamente aí que se forjará a aliança operário-camponesa.

Devemos orientar esforços nestes três sentidos e manter com perseverança esta orientação. Para estes pontos devem ser destinados os melhores quadros; neles se deve centrar o nosso trabalho político, de agitação e propaganda e de organização.

A liquidação real dos revisionistas burgueses, passa pelo seu isolamento da classe operária. Neste objectivo temos de aplicar os nossos esforços para

conseguir construir a unidade da classe operária sob as bandeiras revolucionárias do Partido. O crescimento da nossa força política e o próprio acirramento da luta de classes irão defrontar-nos cada vez mais com a oposição e a sabotagem dos revisionistas burgueses que tentarão isolar-nos da classe operária e impedir-nos de consolidar posições nas empresas. O chamamento para o nosso campo de sucessivas parcelas da classe operária tornará mais encarniçada a luta pela sua unidade em termos revolucionários. A intransigência para com o revisionismo e a firmeza no combate aos seus representantes dentro da classe operária terão de progredir à medida que os nossos êxitos se somarem e as nossas responsabilidades revolucionárias perante o proletariado aumentarem.

A base segura donde parte este combate à corrupção burguesa revisionista são as camadas mais exploradas e, por isso, mais combativas do proletariado. No período que atravessamos, especialmente, em que a crise económica e a ameaça de desemprego pendem sobre a cabeça da classe operária, são as grandes massas menos qualificadas, ou de todo desqualificadas, das grandes empresas as mais atingidas e, por conseguinte, as mais radicalizadas — as que menos têm a perder, as mais consequentemente revolucionárias. Entre elas deve o Partido lançar as suas raízes mais fundas e, à sua volta, construir a unidade revolucionária da classe operária. Os militantes e os quadros políticos do nosso Partido serão, antes de mais, extraídos deste rico filão revolucionário. Colocados nos postos-chave, garantirão ao PCP (R) as qualidades de partido proletário de vanguarda, marxista-leninista.

A ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA COMO PRÁTICA, A CONQUISTA DO PODER COMO PERSPECTIVA

O nosso Partido tem de consolidar-se como força de acção revolucionária com a perspectiva da conquista do poder, dirigindo as massas populares no sentido da transformação radical da sociedade burguesa, na senda da Democracia Popular e do Socialismo.

Aprendemos com a nossa própria experiência que em nenhuma circunstância o Partido pode remeter-se à simples enunciação de princípios gerais, assistindo passivamente ao desenrolar da luta de classes. O Partido torna-se força dirigente na acção política de massas e aí se forja como destacamento revolucionário. O velho PCP foi um exemplo de partido virado para a acção revolucionária que construiu uma linha de massas de combate ao fascismo e a aplicou durante trinta anos. O grupismo caciquista pequeno-burguês ensina-nos por seu lado, que a pregação de princípios gerais, por si só, significa incapacidade política e conduz, invariavelmente, à marginalização política e à degeneração. Dizia Dimitrov: «queremos que os nossos partidos nos países capitalistas intervenham e procedam como verdadeiros partidos políticos da classe operária; que desempenhem na realidade o papel de factor político na vida do seu país; que realizem uma política bolchevista activa de massas, em vez de se contentarem com a propaganda, com a crítica e com os apelos estéreis à luta pela ditadura

do proletariado» (Relatório ao 7.º Congresso da Internacional Comunista, 1935).

Mas não basta, por outro lado, que o Partido tenha uma tática e a aplique. É preciso ter claro que a tática serve sempre os objectivos estratégicos e históricos do Partido e do proletariado. Só a perspectiva da conquista do poder dá consistência, coerência e continuidade à actividade política prática do Partido e evita que ele se perca nos meandros das lutas do dia-a-dia. O obscurecimento desta perspectiva de poder foi uma das causas que abriu as portas do velho PCP ao oportunismo e o conduziu à degeneração revisionista. É à volta da ideia central da conquista do poder que toda a actividade política do Partido se organiza. Os fins que visamos atingir passam pela implantação da ditadura do proletariado e pela construção do socialismo. E as condições históricas vividas pelo nosso país impõem-nos a obrigação de combater, no seio da classe operária e das massas populares, todas as ideias de origem pequeno-burguesa, radicais ou reformistas, que se pretendam fazer passar por ideias socialistas; impõem-nos, do mesmo modo, a tarefa de combater as deformações revisionistas e burguesas do socialismo que, sobretudo nos últimos três anos, abastardaram as ideias de Marx e Lenine e recuperaram para a burguesia e para o capitalismo parte das aspirações e dos esforços de vastas massas trabalhadoras. Entre a classe operária e entre os trabalhadores, o nosso Partido deverá resgatar as ideias socialistas, tornar-se o seu único porta-voz reconhecido e, deste modo, desprender as imensas forças revolucionárias que a luta pelo socialismo suscita.

FIDELIDADE AO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

O nosso Partido tem de educar-se na fidelidade ao internacionalismo proletário, combatendo todas as manifestações de chauvinismo burguês e desenvolvendo nas suas fileiras a fraternidade internacionalista.

Na época que vivemos, nenhum partido marxista-leninista pode surgir e afirmar-se contra ou fora do movimento comunista internacional, ou subestimando a importância da ajuda internacionalista. O velho PCP, fundado em 1921, foi desde logo auxiliado, ideológica e politicamente, pela Internacional Comunista que o ajudou a edificar-se e a consolidar-se como partido do novo tipo, leninista. E para a reconstrução do nosso Partido foi factor decisivo a ajuda internacionalista prestada por partidos marxistas-leninistas irmãos. Estas manifestações concretas de internacionalismo proletário, às quais ficámos definitivamente vinculados, devem servir-nos de exemplos para educarmos o Partido num espírito internacionalista que constitua um princípio sempre vivo da nossa actividade e não deixe campo livre às ideias chauvinistas.

Graves erros foram cometidos pelo velho PCP neste domínio. A conciliação com os pontos de vista nacionalistas da burguesia liberal facilitaram a penetração do chauvinismo na classe operária e nas massas populares, já de si vulneráveis, pelas condições históricas de Portugal, à mentalidade colonialista. Não se desenvolveu, assim, a consciência internacionalista no povo e na classe operária portuguesa ao ponto que as tarefas políticas revolu-

cionárias exigiam. E os traços da mentalidade chauvinista não desapareceram, antes se refinaram, com a traição revisionista e com a inconstância dos grupos pequeno-burgueses a respeito dos princípios do internacionalismo proletário.

Aqui residem as razões da fraqueza relativa do movimento anticolonial da nossa classe operária e do nosso povo e do isolamento em que as forças revolucionárias marxistas-leninistas viveram durante doze anos a fio. Grande parte da responsabilidade pela demora anormal na reconstrução do partido marxista-leninista em Portugal, deve ser atribuída à subestimação das relações internacionalistas proletárias — a experiência dos partidos comunistas marxistas-leninistas, grande parte deles nascidos do corte com o revisionismo, não chegou até nós de forma suficientemente forte e mobilizadora a ponto de fazer romper com o grupismo caciquista pequeno-burguês e reconstruir o Partido.

O nosso Partido deve combater todas as manifestações do chauvinismo burguês que se traduzem no desprezo pelo internacionalismo proletário. Os perigos de nacionalismo e de chauvinismo — que subsistem devido à pressão da ideologia burguesa e revisionista e pequeno-burguesa radical sobre o movimento operário e popular — acarretam o isolamento do movimento revolucionário mundial e, conseqüentemente, a impotência perante o imperialismo. Tolerar o chauvinismo significaria privar o nosso Partido e o proletariado do apoio político e ideológico do proletariado mundial e do movimento comunista internacional, e facilitar à burguesia o envolvimento e a derrota do proletariado português.

Actualmente, as grandes batalhas que opõem à escala mundial o proletariado, os povos e as forças progressistas ao imperialismo, ao social-imperialismo e a toda a burguesia reaccionária, a grande luta que se trava entre o marxismo-leninismo e o revisionismo moderno, exigem o estreitamento da unidade e dos laços de colaboração entre todos os partidos marxistas-leninistas. Este estreitamento é fundamental para se poder recuperar o atraso das condições subjectivas no movimento operário e revolucionário em relação às condições objectivas que evoluem, cada vez mais rapidamente, para grandes crises e confrontos. No nosso Partido, cada comunista tem o dever de honra de considerar como obrigação máxima de internacionalismo proletário a defesa intransigente da China Socialista e do Partido Comunista da China, da Albânia Socialista e do Partido do Trabalho da Albânia.

A classe operária portuguesa provocou, no nosso país, um abalo revolucionário que pode influenciar o movimento noutros países da Europa. Mas, ao mesmo tempo, a revolução portuguesa não triunfará independentemente do desenvolvimento de toda a revolução mundial e das derrotas do sistema imperialista e social-imperialista. O nosso Partido deve educar a classe operária no espírito da solidariedade internacionalista com a luta revolucionária do proletariado mundial e dos povos oprimidos, fazer que entre ela brilhe cada vez com mais vigor a divisa do internacionalismo proletário: «Proletários de todos os países, uni-vos!»

FIRMEZA IDEOLÓGICA MARXISTA-LENINISTA

O nosso Partido tem de consolidar-se com base numa firme ideologia marxista-leninista para que se demarque a cada passo das ideologias burguesas; e adquirir sólidos conhecimentos do marxismo-leninismo para que, nos planos teórico e prático, se eleve acima do empirismo e do praticismo, aliando a experiência prática à assimilação da teoria revolucionária.

A formação ideológica e teórica dos militantes e, sobretudo dos quadros dirigentes, deve ser uma preocupação constante do Partido. O marxismo-leninismo é uma doutrina cujo conhecimento não se adquire pela simples participação espontânea na luta de classes. A subestimação do velho PCP para com tão importante actividade partidária originou esta situação aberrante: um partido sempre dirigido por uma maioria esmagadora de operários e trabalhadores, foi sujeito a forte influência, e mesmo dominação, de elementos de origem não proletária e nunca conseguiu liquidar, por completo, as manifestações da ideologia pequeno-burguesa. Os quadros proletários do Partido como que descansaram nos conhecimentos, na capacidade política e até na facilidade de escrita dos militantes de origem não proletária. Empobreceram, com esta sua atitude, o nível político dos dirigentes operários e privaram o Partido de intelectuais e teóricos de origem proletária.

Não basta, pois, ter nos postos-chaves do Partido quadros proletários — para além disso é necessário dotá-los da ideologia proletária e guiar o Partido pelo marxismo-leninismo. Só um conhecimento aprofundado do marxismo-leninismo pode dar a todo o nosso Partido uma segurança inabalável nos objectivos revolucionários e pô-los ao abrigo de vacilações face às dificuldades da luta. A consciência de classe não se limita à simples revolta contra o capitalismo; Lenine ensinou que a consciência de classe do proletariado é a consciência política de classe, a compreensão científica dos interesses gerais do proletariado.

O desprezo pela teoria e pelo estudo do marxismo-leninismo conduziria, invariavelmente, ao abaixamento do nível político do Partido, da sua capacidade de intervenção política e à queda no praticismo. Amostras significativas disto são tanto a prática do velho PCP como o imediatismo cego dos grupos pequeno-burgueses. Num caso por subestimação, noutro por ignorância absoluta da teoria marxista-leninista, caiu-se em erros idênticos. Sem conhecimento do marxismo-leninismo não há possibilidade de teorização; e sem teorizar as experiências da actividade política não há progressão revolucionária. Nestas circunstâncias, deixa de ser a teoria, o marxismo-leninismo a conduzir a actividade revolucionária e passa a ser a intuição, o empirismo e o espírito de improvisação a comandar tudo. Isto é, a acção revolucionária reduz-se ao espontaneísmo mais rasteiro e mais impotente; daí à perda da perspectiva revolucionária vai apenas um passo.

O praticismo e todas as suas conseqüências nefastas têm de ser combatidos no domínio dos métodos de trabalho e de direcção, da ideologia e da política por um estudo sério, constante e profundo do marxismo-leninismo, enquanto teoria revolucionária que sintetiza a experiência de mais

de um século de movimento operário e comunista. Nas batalhas que temos pela frente o nosso Partido terá tantas maiores vitórias quanto mais dominar o marxismo-leninismo e o souber utilizar no sentido correcto: como teoria revolucionária e guia para a acção.

APLICAÇÃO RIGOROSA DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO, DEFESA INTRANSIGENTE DA UNIDADE

O nosso Partido tem de consolidar-se pela aplicação rigorosa dos princípios e das normas do centralismo democrático, aperfeiçoando os seus métodos leninistas de trabalho e de direcção, dotando-se de uma completa unidade de pensamento e de acção, e defendendo esta unidade acima de tudo.

A correcção dos métodos de trabalho dos organismos partidários determinada pela resolução da 3.ª Reunião Plenária (Ampliada) do Comité Central representou um avanço considerável em relação aos hábitos herdados dos grupos pequeno-burgueses. A sua aplicação, porém, não está ainda suficientemente enraizada no Partido e torna-se necessário redobrar a vigilância sobre o cumprimento integral das tarefas organizativas apontadas naquela resolução.

Continua a ser uma manifestação de grupismo pequeno-burguês, que o nosso Partido não pode descurar, a resistência no plano organizativo à aplicação integral de métodos leninistas de trabalho e de direcção. O combate ideológico ao praticismo deve completar-se, no plano organizativo, pelo combate aos maus métodos de direcção e pelo reforço da direcção colectiva em todos os escalões do Partido. A discussão política e a planificação de tarefas, o controle e a prestação de contas, a perseverança no trabalho e os balanços políticos regulares, são instrumentos sem os quais não é possível transformar as orientações políticas gerais em acção prática.

Como organização política acima de tudo, o nosso Partido tem de possuir uma vida política intensa em todos os organismos, que estimule a luta de ideias e eleve constantemente o nível ideológico. Nestas condições apenas o centralismo democrático será efectivo e existirão condições favoráveis para a eliminação dos perigos de burocratismo.

Um partido fortalecido e consolidado de acordo com estes princípios será o partido de que precisamos a nossa classe operária e o nosso povo: um partido marxista-leninista para a revolução, capaz de guiar as forças revolucionárias no caminho do 25 de Abril do povo, da democracia popular e do socialismo.

ESTATUTOS

do Partido Comunista Português (Reconstruído)

Projecto de Resolução do Comité Central ao 2.º Congresso do PCP(R)

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO) é o partido político revolucionário do proletariado, a vanguarda organizada e consciente da classe operária e a mais elevada forma da sua organização de classe. O Partido guia-se pela doutrina marxista-leninista e por todos os seus ensinamentos revolucionários na elaboração da sua linha política e em toda a sua actividade. A fidelidade aos princípios marxistas-leninistas e a sua aplicação criadora às condições concretas de Portugal e à situação internacional são a fonte da sua força, da sua unidade e das suas vitórias.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO) é a união voluntária e combativa dos comunistas, os quais subordinam incondicionalmente a sua vida e interesses pessoais aos superiores interesses do Partido, não temem dificuldades nem sacrifícios na luta pela vitória da causa do Partido, praticam o marxismo-leninismo e combatem o revisionismo e o trotskismo, defendem a unidade e a disciplina e combatem o fraccionismo, são leais e honrados e combatem a calúnia e a intriga. O Partido e os seus membros lutam pela sua coesão ideológica e política e pela sua organização monolítica, estreitamente ligada às massas. Aplicam o centralismo democrático, praticam a crítica e auto-crítica, revolucionarizam e proletarizam de forma ininterrupta e consequente as suas fileiras, combatem os desvios direitistas e esquerdistas, o grupismo e o caciquismo pequeno-burgueses.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO) é um destacamento revolucionário do movimento comunista internacional. Orienta a sua actividade e educa os seus membros no espírito do internacionalismo proletário, da solidariedade mundial entre trabalhadores e povos de todos os países e do apoio e amizade à China Popular e à Albânia Popular, países socialistas dirigidos por autênticos Partidos Comunistas. Mantém-se indissolúvelmente unido aos Partidos Comunistas Marxistas-Leninistas de todo o mundo e nas suas relações com esses partidos irmãos observa a prática consequente da solidariedade proletária combativa, da camaradagem, solicitude e amizade comunistas, da independência e igualdade, da colaboração revolucionária em todos os terrenos. Desenvolve a sua acção junto ao proletariado e ao povo de Portugal no sentido de lutarem com o proletariado e os povos de todo o mundo pela derrota das duas superpotências, pela liquidação do imperialismo e da reacção, pela vitória da revolução mundial e do socialismo.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO) tem como objectivos realizar a revolução socialista, instaurar e assegurar a ditadura do proletariado, construir o socialismo e edificar a sociedade comunista. Na fase actual da revolução portuguesa, as tarefas centrais do Partido consistem na luta pela unidade da classe operária, na construção da aliança operário-camponesa e na união das largas massas populares e de todos os antifascistas e patriotas, sob a direcção da classe operária, para a vitória da revolução democrático-popular em marcha para o socialismo e pela instauração de uma República Popular que assegure liberdade, pão, terra e independência nacional.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO) é o continuador do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, fundado em 6 de Março de 1921, o qual, durante cerca de quarenta anos conduziu o proletariado e o povo português na luta pela revolução, contra o fascismo, o imperialismo, o colonialismo e o capitalismo. A sua reconstrução em 27 de Dezembro de 1975, após doze anos de luta dos marxistas-leninistas contra a traição da camarilha revisionista e contra-revolucionária burguesa cunhalista e contra o grupismo e caciquismo pequeno-burgueses, marca uma reviravolta radical de dimensão histórica no desenvolvimento da luta libertadora do movimento operário português, o seu fortalecimento marxista-leninista ininterrupto e consequente como vanguarda revolucionária sempre fiel ao proletariado português, vincula-se à sua ligação indissolúvel às massas trabalhadoras, ao seu combate intransigente às ideias e práticas nefastas do grupismo e do caciquismo pequeno-burgueses e às ideias e práticas contra-revolucionárias e anticomunistas do revisionismo burguês cunhalista. Edificar o Partido e assegurar a sua unidade e coesão ideológica e política, é lutar intransigentemente para eliminar das fileiras do PCP (R) os resíduos das ideias e práticas nocivas do grupismo e do caciquismo pequeno-burgueses, as quais durante doze anos foram a fonte geradora de tendências esquerdistas, aventureiras e desagregadoras, o obstáculo principal à vinculação dos marxistas-leninistas à classe operária e à sua participação política consequente na luta de classe do proletariado e dos camponeses e nas acções das grandes massas, impedindo-as na prática de marcharem na via revolucionária da sua completa libertação. Assegurar que o Partido se mantenha sempre de cor vermelha é desenvolver combates permanentes e sem tréguas no seio do movimento operário e popular contra as traições e manobras da camarilha burguesa revisionista cunhalista que tudo faz para decompor a combatividade revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras e desviá-las

do caminho da revolução, da ditadura do proletariado e do socialismo, procurando colocá-las sob a tutela da burguesia portuguesa e transformá-las em pontos de apoio da penetração do social-imperialismo russo em Portugal. Assegurar que o Partido seja sempre fiel ao marxismo-leninismo e vanguarda consequentemente revolucionária do proletariado português é ser vigilante para que arrivistas não usurpem postos dirigentes do Partido, é compreender plenamente que ser comunista é uma quotidiana opção, é lutar intransigentemente para que a direcção do Partido em todos os escalões se mantenha sempre nas mãos de revolucionários proletários marxistas-leninistas de fidelidade e abnegação sem limites e a toda a prova à causa do Partido, da classe operária, da revolução, da ditadura do proletariado, do socialismo e do comunismo.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (RECONSTRUÍDO) é o autêntico partido revolucionário da classe operária de Portugal, sempre fiel aos fundamentos ideológicos e organizativos marxistas-leninistas. É o seguidor das tradições revolucionárias e internacionalistas do Partido Comunista de Bento Gonçalves, Militão Ribeiro, Alfredo Dinis, José Gregório e tantos outros proletários comunistas. É o herdeiro das tradições de luta revolucionária de todos os explorados e oprimidos de Portugal.

Capítulo I

O MEMBRO DO PARTIDO

Art. 1.º É membro do Partido todo aquele que aceita o Programa e Estatutos do Partido e contribui para a sua aplicação, milita numa das suas organizações e nela trabalha activamente, aplica as resoluções do Partido e paga as contribuições estabelecidas.

Art. 2.º A filiação no Partido é individual e faz-se através de uma das suas células. A admissão deverá ser examinada e aprovada pela Assembleia de Célula e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Qualquer membro do Partido que proponha um novo militante deve abonar a sua seriedade política e moral e fornecer as informações que nesse sentido lhe forem solicitadas.

Compete ao Comité Central a admissão de ex-dirigentes de outros partidos.

Art. 3.º O membro do Partido tem como principais deveres:

a) zelar e lutar intransigentemente pela unidade ideológica, política e orgânica do Partido, em torno dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, mantendo vigilância comunista contra todas as atitudes fraccionistas;

b) contribuir para a elaboração da linha política do Partido, procurar assimilá-la e trabalhar pela sua justa aplicação, participar activamente na vida política do Partido e lutar incansavelmente pelo cumprimento fiel das decisões do Partido;

c) ampliar e fortalecer os laços do Partido com as massas, ligar-se estreitamente com elas, participar activamente nas suas organizações, consultar as massas nas questões do seu interesse e defender as suas reivindicações, organizar e dirigir a suas

lutas, explicar-lhes o significado da política do Partido, ser o seu fiel servidor e esforçar-se para ser por elas reconhecido como seu dirigente e conquistar para o Partido os autênticos combatentes de vanguarda das massas;

d) trabalhar constantemente para elevar o seu nível político e ideológico, conhecer a experiência revolucionária do Partido, assimilar os princípios do marxismo-leninismo e esforçar-se por aplicá-los criadoramente à realidade concreta da luta de classes e da luta contra o revisionismo burguês, o grupismo caciquista pequeno-burguês e o trotskismo;

e) observar e defender a disciplina partidária, igualmente obrigatória para todos os membros do Partido, independentemente dos seus méritos e dos cargos que ocupem;

f) praticar a autocritica e a critica e estimular o seu desenvolvimento, lutar contra os desvios esquerdistas e direitistas, apontar os defeitos no trabalho do Partido, combater os seus erros e debilidades e tudo fazer para os eliminar;

g) lutar para que a direcção do Partido a todos os níveis se mantenha sempre nas mãos de revolucionários proletários marxistas-leninistas de fidelidade e abnegação sem limites e a toda a prova à causa do Partido, da classe operária, da revolução, da ditadura do proletariado, do socialismo e do comunismo;

h) ser sincero, honesto e leal para com o Partido, não permitindo que se oculte e se desvirtue a verdade;

i) guardar rigorosamente os segredos do Partido e dar provas de vigilância e de firmeza comunistas face a qualquer inimigo de classe, tendo sempre presente que a fidelidade ao Partido é imprescindível em todos os domínios e circunstâncias;

j) subordinar incondicionalmente os seus interesses pessoais aos interesses superiores do Partido, combater o individualismo, levar uma vida modesta e exemplar e reger a vida privada pelos princípios da moral comunista;

l) prestar ao Partido as informações que lhe forem solicitadas sobre a sua vida partidária e particular, presente ou passada;

m) participar regularmente nas reuniões do organismo a que pertence, respeitar o horário pré-estabelecido e ser pontual nos encontros;

n) continuar a desenvolver a actividade partidária se porventura perder o contacto com o Partido e esforçar-se por restabelecer rapidamente esse contacto;

o) velar pela solidariedade e fraternidade revolucionárias, ajudando política, moral e materialmente todos os camaradas necessitados, enfermos, presos ou perseguidos, incluindo os seus familiares.

Art. 4.º O membro do Partido tem como principais direitos:

a) eleger e ser eleito para todos os órgãos do Partido;

b) participar activamente na discussão livre e responsável dos problemas ideológicos, teóricos, políticos e práticos da vida partidária, nas reuniões do Partido e na sua imprensa;

c) expressar livremente a sua opinião e a sua critica construtiva e fraternal nas reuniões do Partido sobre a actividade e conduta de qualquer militante, dirigente ou organização do Partido;

d) apresentar propostas, sugestões, observações, requerimentos e comunicar os defeitos do trabalho do Partido a qualquer dos sucessivos escalões partidários, inclusive ao Comité Central e ao Congresso do Partido;

e) manter as suas opiniões sobre as questões em debate e defendê-las mesmo que não sejam aceites pela maioria do seu organismo, podendo apelar para todos os órgãos superiores do Partido sem deixar de acatar e aplicar incondicionalmente as decisões da maioria;

f) exigir a sua participação pessoal nas discussões e resoluções que tratem de assuntos relacionados com a sua actividade ou conduta, podendo apelar da decisão tomada junto aos órgãos superiores.

Art. 5.º O membro do Partido, por motivo de mudança de local de trabalho ou de residência, é transferido de organização, segundo as normas estabelecidas pelo Comité Central.

Capítulo II

PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO PARTIDO

Art. 6.º O centralismo democrático é o princípio fundamental em que se baseia a estrutura orgânica do Partido e que rege toda a vida partidária. Este princípio significa:

a) eleição de baixo para cima de todos os órgãos dirigentes;

b) prestação periódica de contas de todos os órgãos dirigentes perante as organizações que os elegeram;

c) obrigatoriedade de todos os órgãos dirigentes escutarem constantemente as opiniões dos órgãos inferiores e da massa dos membros do Partido, de estudarem os seus problemas e de os resolverem em tempo oportuno;

d) obrigatoriedade de todos os órgãos inferiores prestarem periodicamente contas da sua actividade aos órgãos superiores;

e) submissão do membro do Partido à sua organização e da minoria à maioria;

f) submissão dos organismos inferiores aos organismos superiores e do conjunto do Partido ao Comité Central;

g) obrigatoriedade em todos os órgãos dirigentes da prática da direcção colectiva na discussão e decisão dos problemas que se colocam ao Partido, conjugada com a responsabilidade e a iniciativa individuais;

h) obrigatoriedade de todos os órgãos dirigentes praticarem a crítica e a autocritica no seu seio e estimularem a crítica e a autocritica em todo o Partido.

Art. 7.º A aplicação do centralismo democrático deverá estar articulada indissoluvelmente aos seguintes princípios:

a) fraternidade proletária nas relações entre os organismos do Partido e as massas, entre todos e o Comité Central, entre os dirigentes e os militantes, assegurada pela consulta e confiança recíprocas e pela ajuda e apoio mútuos;

b) selecção e promoção de quadros baseadas rigorosamente na devoção mais profunda à causa

da classe operária e na fidelidade ao Partido verificadas nas batalhas de classe e nas prisões diante do inimigo de classe, na mais estreita ligação com as massas, na capacidade de orientar-se por si mesmo em todas as situações e de não ter medo de assumir a responsabilidade das suas decisões, no espírito de disciplina e na ténpera bolchevique, tanto na luta contra os inimigos de classe, como na intransigência face a todos os desvios da linha proletária revolucionária;

c) linha de massas na actividade diária do Partido estudando cuidadosamente a prática revolucionária das massas, consultando-as e aprendendo em contacto com elas, dirigindo-as com justeza, sabendo ganhá-las para as posições políticas do Partido através da sua própria experiência;

d) revolucionarização e proletarização ininterruptas e consequentes da vida do Partido que atinjam todos os seus organismos e membros, tendo como objectivo aperfeiçoar sempre a actividade partidária e as qualidades de cada comunista a fim de alcançar a vitória da revolução e alcançar o socialismo.

Art. 8.º O Partido é organizado tendo por base o local de trabalho ou de residência e de território determinado. A organização do Partido que desenvolve a sua actividade num local de trabalho ou num ramo de produção é considerada superior a todas as organizações do Partido que limitam a sua actividade a parte desse local de trabalho ou desse ramo de produção. A organização do Partido que desenvolve a sua actividade numa área determinada é considerada superior a todas as organizações do Partido que limitem a sua actividade a parte dessa área.

Art. 9.º Para fins de organização do Partido, o país é dividido em regiões. Estas são constituídas por empresas ou zonas, as quais se compõem das células do Partido existentes na sua jurisdição.

Art. 10.º O âmbito da jurisdição das organizações do Partido é definido pelo Comité Central e pode ser por este modificado sempre que necessário.

Art. 11.º No âmbito da sua jurisdição, todas as organizações do Partido devem ter a mais ampla iniciativa, desde que as suas decisões não contrariem a linha do Partido e as decisões dos órgãos dirigentes superiores.

Art. 12.º A estrutura dos órgãos dirigentes do Partido nos diversos escalões é a seguinte:

a) a Assembleia de Célula elege um Secretariado;

b) a Conferência de Zona, de Empresa ou Regional elege o seu respectivo Comité e este o seu Secretariado;

c) o Congresso do Partido elege o Comité Central.

Art. 13.º Para dirigir a actividade partidária numa área territorial, ramo de produção ou actividades especiais, poderão ser criados comités regionais especiais por decisão do Comité Central.

Art. 14.º As eleições em qualquer organismo são realizadas por votação nominal e os candidatos são apresentados numa lista, tendo cada partici-

pante na votação o direito de criticar qualquer candidato ou de propor a sua substituição.

Art. 15.º Em circunstâncias excepcionais em que não seja possível convocar temporariamente a Conferência Regional, de Empresa, de Zona ou a Assembleia Regional, de Empresa, de Zona ou a Assembleia de Célula, os organismos dirigentes do Partido em todos os escalões podem cooptar membros para preencher as vagas que eventualmente ocorram. Em circunstâncias idênticas, o organismo superior pode designar os componentes dos organismos imediatamente inferiores, fazendo nestes organismos uma consulta prévia à maioria dos seus membros. A cooptação persistirá apenas enquanto não for possível a convocação das respectivas conferências e as assembleias.

Nas mesmas circunstâncias, o Comité Central pode substituir os seus membros por suplentes e completar por cooptação o número dos suplentes, com a aprovação da maioria de dois terços dos membros efectivos e com a obrigatoriedade de ser submetida à próxima Conferência Nacional ou Congresso do Partido.

Art. 16.º Nenhum comité ou organismo do Partido, nem os seus dirigentes ou militantes, têm o direito de fazer declarações ou manifestar-se publicamente sobre qualquer questão de âmbito nacional ou internacional, sem que o Comité Central tenha tomado posição a esse respeito.

Art. 17.º A discussão em todos os organismos dos problemas da política do Partido e da sua actividade deve ser colectiva e fraternal, livre e franca. Esta é a condição fundamental para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho partidário, para o fortalecimento da unidade de pensamento e de acção de todo o Partido e para a existência de uma disciplina consciente e férrea. Tomada porém uma resolução num organismo do Partido, a discussão sobre o assunto a que ela se refere só poderá ser reaberta por decisão da maioria do mesmo organismo ou por decisão do organismo superior. A decisão então adoptada deve ser incondicionalmente acatada e aplicada.

Art. 18.º A discussão sobre os problemas da política do Partido, sobretudo a sua discussão geral em todo o Partido, deve ser organizada de maneira a não permitir tentativas de uma minoria impor a sua vontade à maioria do Partido, ou tentativas de criar grupos fraccionistas para quebrar a unidade do Partido, ou ainda tentativas de cisão que possam minar a força e a capacidade de luta do Partido. Uma discussão geral em todo o Partido só poderá ser considerada indispensável nos seguintes casos:

a) se for reconhecida essa necessidade pela maioria das organizações do Partido de âmbito regional;

b) se não houver no seio do Comité Central maioria suficientemente firme e estável a respeito dos principais problemas da política do Partido;

c) se o Comité Central considerar necessário comprovar a justeza da sua política por meio de uma discussão geral no Partido, mesmo que no seu seio exista uma maioria firme e estável.

Com base nestes princípios é que é possível defender o Partido do uso abusivo da democracia interna por elementos anti-Partido e impedir que a

democracia interna seja utilizada em prejuízo do Partido e da classe operária.

Art. 19.º A actividade do Partido realiza-se com base numa rigorosa compartimentação segundo o princípio de cada membro do Partido conhecer apenas o que necessita para cumprir as suas tarefas.

Capítulo III

ORGANISMO SUPERIORES DO PARTIDO

Art. 20.º O organismo supremo do Partido é o Congresso. Este deve realizar-se ordinariamente de três em três anos convocado pelo Comité Central. Compete ao Congresso:

a) discutir e tomar resoluções sobre os informes e projectos de resoluções apresentados pelo Comité Central;

b) elaborar ou modificar o Programa, os Estatutos e a política do Partido;

c) tomar resoluções respeitantes à orientação política e à organização do Partido que entenda necessárias;

d) eleger o Comité Central;

Art. 21.º Podem realizar-se Congressos Extraordinários do Partido, por iniciativa do Comité Central ou por proposta de um Comité Regional aprovada pela maioria dos comités regionais.

Art. 22.º O Congresso do Partido é constituído pelos delegados eleitos nas conferências regionais. O número de delegados de cada região depende do número de membros e da importância da organização regional. O Comité Central fixa as normas desta representação, tendo em conta a obrigatoriedade de estarem representadas todas as organizações regionais.

O Congresso decide sobre a ordem de trabalhos e elege os seus organismos dirigentes. A Mesa do Congresso, durante a duração deste, exerce as funções de Comité Central.

Art. 23.º Durante os dois meses anteriores ao Congresso discutem-se em todas as organizações do Partido os problemas importantes que serão debatidos no Congresso. Nesse período as organizações do Partido têm o direito e o dever de tomar decisões ou fazer observações sobre os projectos de resoluções preparados pelo Comité Central para o Congresso. Os membros do Partido gozam igualmente nesse período dos mais amplos direitos para reabrir discussões sobre qualquer aspecto da política do Partido, sobre o trabalho dos comités dirigentes e sobre a sua futura composição.

Art. 24.º As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso. Todas as organizações e membros do Partido são obrigados a reconhecer a autoridade das decisões do Congresso e do Comité Central eleito.

Art. 25.º O Comité Central é o órgão dirigente máximo do Partido no período entre dois Congressos. Por aprovação da maioria de dois terços do

Comité Central as vagas abertas entre os membros efectivos serão preenchidas pelos suplentes eleitos no Congresso.

Art. 26.º Compete ao Comité Central:

a) aplicar as resoluções do Congresso e dirigir toda a actividade do Partido;

b) zelar pelo cumprimento rigoroso do Programa, dos Estatutos do Partido e da sua linha política;

c) assegurar o cumprimento das suas decisões e directivas por todo o Partido;

d) observar e fazer observar rigorosa vigilância comunista, combatendo as tendências legalistas burguesas e as ilusões democrático-burguesas, cumprindo e fazendo cumprir as normas obrigatórias do trabalho clandestino.

e) informar regularmente as organizações do Partido sobre a sua actividade, nomeadamente através de resoluções;

f) assegurar as relações fraternais com os Partidos Comunistas Marxistas-Leninistas irmãos;

g) distribuir as forças do Partido;

h) administrar os recursos financeiros e o património do Partido;

i) fixar o número de membros dos outros organismos dirigentes do Partido;

j) orientar e controlar a imprensa do Partido, nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa do Partido;

1) eleger entre os seus membros efectivos a Comissão Executiva assim como o Secretariado quando o considerar necessário;

m) examinar e controlar a actividade da Comissão Executiva;

n) criar a Comissão de Finanças e comissões auxiliares de trabalho e nomear os seus componentes;

o) resolver as questões omissas nestes Estatutos;

Art. 27.º O Comité Central realiza reuniões plenárias no mínimo de quatro em quatro meses, convocadas pela Comissão Executiva. Reuniões Plenárias do Comité Central podem ser realizadas a qualquer momento por proposta de um dos seus membros, se aprovada por maioria. Os suplentes do Comité Central participam nas suas reuniões com direito a voz.

Art. 28.º A Comissão Executiva dirige toda a actividade do Partido no período entre duas reuniões plenárias do Comité Central.

Compete à Comissão Executiva:

a) dirigir a actividade do Partido de acordo com as resoluções do Comité Central;

b) convocar e preparar as reuniões plenárias do Comité Central;

c) informar sobre as suas actividades o Comité Central;

d) informar o Comité Central sobre a actividade do Partido;

e) submeter ao Comité Central todas as actividades que são da sua exclusiva competência;

f) coordenar a actividade dos membros do Comité Central;

g) controlar a actividade da Comissão de Finanças e das comissões auxiliares nomeadas pelo Comité Central;

Art. 29.º Se constituído o Secretariado este será composto por membros da Comissão Executiva e terá as seguintes atribuições:

a) cuidar da actividade diária do Partido de acordo com as resoluções da Comissão Executiva;

b) convocar e preparar as reuniões da Comissão Executiva.

Art. 30.º A Conferência Nacional do Partido é convocada pelo Comité Central no período entre dois Congressos, sempre que o Comité Central julgue necessário discutir questões consideradas de grande importância para a vida do Partido. Pode ser convocada também por proposta de um Comité Regional aprovada pela maioria dos comités regionais. A Conferência Nacional é constituída pelos membros efectivos e suplentes do Comité Central e pelos delegados eleitos pelos comités regionais, segundo as normas que o Comité Central estabelecer.

Para que sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido, as resoluções da Conferência Nacional devem ser ratificadas pelo Comité Central. Independentemente da aprovação do Comité Central a Conferência Nacional pode substituir até um quinto dos membros efectivos do Comité Central eleitos em Congresso e completar por eleição o número de suplentes.

Art. 31.º Podem ser convocadas pelo Comité Central Reuniões de Activistas do Partido sempre que este o julgar necessário. As Reuniões de Activistas têm carácter consultivo e as normas de representação são definidas pelo Comité Central.

Capítulo IV

ORGANISMOS DIRIGENTES REGIONAIS DO PARTIDO

Art. 32.º O organismo superior da organização do Partido na região é a Conferência Regional. Esta é constituída por delegados eleitos nas conferências de zona ou de empresa ou nas assembleias de célula directamente subordinadas ao Comité Regional, segundo as normas estabelecidas pelo Comité Central.

O intervalo entre duas conferências regionais ordinárias não pode exceder um ano. As suas atribuições são discutir as questões constantes da ordem de trabalhos e eleger o Comité Regional.

A Conferência Regional pode ser convocada extraordinariamente pelo Comité Central do Partido ou por exigência da maioria dos seus comités de zona e de empresa ou das suas células. Nestes últimos casos, é indispensável a prévia aprovação do Comité Central. Em todos os casos, o Comité Central pode decidir que seja posta na ordem de trabalhos da Conferência Regional uma questão determinada.

Art. 33.º Um Comité Regional pode ser assim constituído:

a) comités de empresa de células de fábrica ou de local de trabalho;

b) comités de empresa e de zona e células de fábrica ou local de trabalho e células de localidade ou de bairro.

Art. 34.º O Comité Regional eleito pela Conferência Regional dirige e controla a actividade de toda a organização do Partido existente no território sob a sua jurisdição;

Compete ao Comité Regional:

a) assegurar o cumprimento das decisões e directivas dos organismos superiores do Partido, inclusivamente da Conferência Regional;

b) conhecer de forma aprofundada a situação concreta da sua região e as aspirações das massas trabalhadoras e populares;

c) tomar decisões sobre as questões políticas e organizativas da sua região e ter o máximo de iniciativa na sua actividade;

d) aplicar e fazer aplicar as suas próprias decisões;

e) assegurar a prática da crítica e da autocritica no seu seio e no de todas as organizações sob a sua jurisdição;

f) dirigir e orientar a assimilação da política do Partido, do Programa, dos Estatutos e dos princípios do marxismo-leninismo pelos membros do Partido;

g) desenvolver a vigilância comunista em relação ao inimigo de classe, observar e fazer observar as normas do trabalho clandestino na defesa do Partido;

h) cuidar permanentemente da criação de novas organizações partidárias e do recrutamento de novos membros para o Partido;

i) eleger no seu seio um Secretariado para cuidar do trabalho diário de direcção da actividade partidária;

j) organizar uma comissão de finanças por meio da qual se arrecadem as contribuições financeiras de todas as organizações do Partido a ela directamente subordinadas e entregar ao Comité Central a quota correspondente;

l) organizar comissões auxiliares sempre que se tornarem necessárias para desenvolver o trabalho partidário, consultando previamente o Comité Central;

m) nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos da imprensa do Partido existentes na região e não directamente subordinados ao Comité Central;

n) responder pelo seu trabalho perante a Conferência Regional e os organismos superiores do Partido, aos quais presta informações sobre a actividade do Partido na respectiva região.

o) reunir-se ordinariamente pelo menos uma vez por mês.

Capítulo V

ORGANISMOS DIRIGENTES DE EMPRESAS E DE ZONA DO PARTIDO

Art. 35.º O organismo superior do Partido na empresa e na zona é a Conferência de Empresa e de Zona. Esta é constituída por delegados eleitos nas assembleias de células, directamente subordinadas ao Comité de Empresa e de Zona, segundo as normas estabelecidas pelo Comité Central. O intervalo entre duas conferências ordinárias de empresa e de zona não pode exceder seis meses. As suas atribuições são discutir as questões inscritas na ordem de trabalhos e eleger o Comité de Empresa e de Zona.

A Conferência de Empresa e de Zona pode ser convocada extraordinariamente pelo Comité Central, pelo Comité Regional ou por exigência da maioria das células. Nestes dois últimos casos, é indispensável a aprovação prévia do Comité Central. Em qualquer dos casos o Comité Central ou o Comité Regional respectivo podem decidir que seja posta na ordem de trabalhos da Conferência de Empresa e de Zona uma questão determinada.

Art. 36.º O Comité de Empresa é constituído na fábrica ou em qualquer local de trabalho com mais de mil operários ou trabalhadores e mais de vinte militantes. Conforme a estrutura orgânica da fábrica ou do local de trabalho, a organização partidária subdividir-se-á em células, secções e subsecções.

Art. 37.º O Comité de Zona é constituído por células de fábrica ou local de trabalho e por células de localidade ou de bairro.

Art. 38.º Compete ao Comité de Empresa ou de Zona:

a) assegurar o cumprimento das resoluções e directivas dos organismos superiores do Partido inclusivamente da Conferência de Empresa ou de Zona;

b) conhecer a situação concreta da sua empresa ou zona e as aspirações das massas trabalhadoras e populares;

c) adoptar resoluções sobre as reivindicações mais sentidas das massas trabalhadoras da empresa ou das massas populares da zona no sentido de facilitar a sua mobilização, unidade, organização e luta sob a direcção dos comunistas;

d) aplicar e fazer aplicar as suas próprias resoluções, tarefas e directivas, tanto a respeito dos problemas internos do Partido como a respeito dos interesses vitais das massas;

e) assegurar a prática da crítica e da autocritica no seu seio e no de todas as células sob a sua jurisdição;

f) dirigir e orientar a assimilação da política do Partido;

g) desenvolver a vigilância comunista contra as actividades do inimigo de classe, cumprir e fazer cumprir as normas do trabalho conspirativo na defesa dos organismos e dos militantes do Partido;

h) dar o máximo de atenção à criação de novas células e ao crescimento e fortalecimento das células já existentes;

i) eleger no seu seio um Secretariado para cuidar do trabalho diário de direcção da actividade partidária;

j) organizar uma comissão de finanças por meio da qual se arrecadem as contribuições financeiras das células e entregar ao Comité Regional a quotização correspondente;

l) responder pelo seu trabalho perante a Conferência de Empresa ou de Zona e os organismos superiores do Partido, aos quais presta informações sobre toda a actividade do Partido na respectiva empresa ou zona;

m) reunir-se ordinariamente pelo menos de quinze em quinze dias.

Capítulo VI

CÉLULAS DO PARTIDO

Art. 39.º As células do Partido, nomeadamente as células de fábrica ou empresa, são os alicerces de toda a organização partidária. As células do Partido constituem-se onde existe um mínimo de três militantes do Partido:

a) em cada local de trabalho: fábrica, empresa, mina, oficina, escritório, navio, quartel, herdade, escola, etc.;

b) em cada área de habitação: aldeia, bairro, vila, etc.

Em determinadas condições pode constituir-se uma célula mista com militantes que realizam actividades profissionais em locais de trabalho diversos com obrigatoriedade de a célula pertencer ao mesmo ramo profissional ou a sectores afins e abarcar uma pequena área territorial. No caso de a célula mista ser de locais de trabalho com mais de vinte trabalhadores a sua existência como tal só durará o tempo necessário para que cada um dos seus membros possa organizar uma célula no seu respectivo local de trabalho.

Sempre que as condições e a situação o exijam serão criadas células de mulheres ou de jovens.

A constituição de uma célula deve ser aprovada pelo organismo imediatamente superior.

Art. 40.º O organismo superior da célula é a Assembleia de Célula, constituída por todos os seus militantes. Reúne-se no mínimo de quinze em quinze dias e é convocada pelo Secretariado ou Secretário de Célula.

Art. 41.º Para dirigir o trabalho da célula, a Assembleia de Célula elege um Secretariado com três membros. Se a célula possuir menos de sete membros, a Assembleia elege apenas um Secretário. O Secretariado ou o Secretário pode ser destituído em qualquer Assembleia de Célula.

Art. 42.º Na célula de local de trabalho, sempre que necessário, podem ser criadas secções de célula, segundo critério do organismo imediatamente superior.

Art. 43.º As células ligam a classe operária e as massas trabalhadoras e populares aos organismos dirigentes do Partido. As suas principais tarefas são:

a) realizar trabalho de agitação, propaganda e organização entre as massas, visando ganhá-las para as posições estratégicas e tácticas do Partido, para a perspectiva da revolução e do socialismo e para a realização prática das tarefas indicadas nas decisões e directivas dos organismos superiores do Partido;

b) estar incessantemente atenta aos sentimentos e reivindicações das massas, recolher as experiências das suas lutas, transmitir esses sentimentos, reivindicações e experiências aos organismos superiores do Partido, fazer com que os militantes participem activamente no trabalho dos sindicatos e outras organizações de massas, dar atenção à vida política, económica e cultural dos trabalhadores e do povo e ganhá-los para que resolvam os seus próprios problemas;

c) controlar e verificar a actividade e a vida dos seus militantes, estimular a sua capacidade de iniciativa e reforçar entre eles a disciplina e a unidade partidárias;

d) planear o recrutamento de novos membros para o Partido nomeadamente de operários e operárias que sejam lutadores de vanguarda reconhecidos pelas massas dos seus locais de trabalho;

e) ajudar por todos os meios a imprensa do Partido, estudá-la e divulgá-la entre as massas;

f) recolher as contribuições financeiras estabelecidas para os militantes e procurar meios para sustentar financeiramente o Partido;

g) organizar entre os seus militantes o estudo da linha política e dos Estatutos do Partido e

controlar a assimilação por parte deles do mínimo de conhecimentos dos princípios do marxismo-leninismo;

h) desenvolver a crítica e a autocritica e a educação dos comunistas no espírito de Partido, no combate intransigente a deficiências e erros verificados no trabalho do Partido;

i) elevar a vigilância comunista contra a actividade do inimigo de classe e observar sempre as normas do trabalho conspirativo na defesa da célula e dos seus militantes.

Art. 44.º O Secretariado ou o Secretário da Célula responde pelo seu trabalho perante a Assembleia de Célula e os organismos superiores do Partido, aos quais presta informações sobre a actividade da célula e dos seus militantes.

Capítulo VII

MEDIDAS DISCIPLINARES DO PARTIDO

Art. 45.º As organizações do Partido, em todos os escalões, poderão tomar medidas disciplinares, sempre sujeitas à aprovação do organismo imediatamente superior e de acordo com as circunstâncias concretas, contra os infractores da moral comunista e em virtude de faltas que o Partido considere incompatíveis com os próprios princípios do Partido.

As infracções à moral comunista significam: mentir ao Partido, faltar à honestidade e à sinceridade para com o Partido, lançar calúnias, dissolução de costumes, etc.

Faltas incompatíveis com os próprios princípios do Partido significam: não cumprimento das resoluções do organismo a que pertence ou dos organismos superiores, violação do Programa e dos Estatutos do Partido, violação dos segredos do Partido, não fidelidade ao Partido perante o inimigo de classe ou qualquer outra conduta prejudicial ao prestígio ou à influência do Partido no seio das massas trabalhadoras.

Art. 46.º As medidas disciplinares aplicáveis ao conjunto de uma organização do Partido são as seguintes: advertência, reorganização parcial do seu organismo dirigente, dissolução do seu organismo dirigente e nomeação de um organismo dirigente provisório ou dissolução da organização.

Qualquer destas medidas disciplinares será tomada por maioria de votos pelo órgão dirigente imediatamente superior. No caso de dissolução da organização ou do seu organismo dirigente, a medida disciplinar só poderá ser adoptada por uma maioria de dois terços de votos e deverá ser ratificada pelo órgão dirigente imediatamente superior ao que tomou a decisão. A organização ou o organismo dirigente atingido por qualquer medida disciplinar tem o direito de recorrer aos escalões superiores do Partido.

Art. 47.º As medidas disciplinares aplicáveis a um membro do Partido são as seguintes: advertência, censura, afastamento da função que exerce, baixa de escalão partidário, suspensão temporária de alguns direitos de membro do Partido, afastamento e expulsão do Partido.

Estas medidas disciplinares devem variar segundo o grau de responsabilidade do militante e

a gravidade da falta cometida e serão adoptadas por maioria de votos depois da falta ter sido cuidadosamente examinada. Sem prejuízo da aplicação das decisões tomadas, o elemento sancionado pode recorrer sucessivamente a instâncias superiores do Partido, inclusivamente ao Congresso.

Art. 48.º As sanções menos graves (advertência, censura, afastamento da função que exerce) podem ser imediatamente aplicadas pelo organismo a que pertence o infractor.

Art. 49.º A suspensão temporária de alguns direitos de membros não pode exceder um ano, período durante o qual o membro do Partido não goza do direito de votar, de eleger e ser eleito, mas é obrigado a cumprir todos os seus deveres. Em casos excepcionais, o período de suspensão pode ser prolongado por um novo período até um ano.

Art. 50.º O afastamento do Partido é aplicável a todo o membro que durante seis meses deixe, sem razões justificadas, de participar na vida da organização a que pertence, de aplicar as decisões do Partido, ou de pagar as contribuições estabelecidas. A organização a que pertence o membro do Partido deve chamá-lo a cumprir as suas obrigações partidárias e caso ele persista na sua atitude, submeterá ao organismo imediatamente superior o seu afastamento.

Art. 51.º O afastamento do Partido é também aplicável a todo o membro do Partido que cometa faltas relativamente graves contra a disciplina e a unidade do Partido, contra a moral comunista ou contra os interesses do Partido.

Art. 52.º A expulsão de um membro do Partido aplica-se às faltas mais graves contra a disciplina e a unidade do Partido, contra a moral comunista ou contra os interesses do Partido.

Art. 53.º Nos casos de afastamento ou de expulsão de um membro do Partido deve-se ter o máximo cuidado e espírito de fraternidade comunista e examinar minuciosamente o fundamento das acusações apresentadas, considerando-se que se tratam das medidas disciplinares mais severas no Partido.

Art. 54.º A expulsão de um membro do Partido é discutida e resolvida na Assembleia de Célula a que pertença, só se tornando efectiva depois de ratificada pelo Comité Central.

Art. 55.º No caso de um membro de um Comité de Empresa, de Zona ou Regional, o afastamento da função que exerce, a baixa de escalão partidário, ou ainda a suspensão, afastamento ou expulsão do Partido deve ser decidida em reunião plenária do Comité a que pertença, por maioria de dois terços de votos. Qualquer destas decisões só entrará em vigor depois de aprovada pelo Comité Central.

Art. 56.º No caso de um membro efectivo ou suplente do Comité Central as medidas disciplinares aplicáveis deverão obedecer às seguintes normas:

a) o afastamento de qualquer função dirigente que exerça será decidido em Reunião Plenária do Comité Central, aprovada pela maioria de dois terços dos membros efectivos;

b) o afastamento da condição de membro efectivo ou suplente do Comité Central e a baixa de escalão partidário ou o afastamento ou expulsão do Partido será decidido pelo Congresso e no intervalo entre dois Congressos será decidido em Reunião Plenária do Comité Central, desde que aprovada por maioria de dois terços dos seus membros efectivos.

Sem prejuízo da aplicação da decisão adoptada, o membro efectivo ou suplente do Comité Central que recebeu as sanções previstas na alínea b) do presente artigo, terá o direito de recurso ao Congresso do Partido.

Art. 57.º A readmissão no Partido de qualquer pessoa que tenha sido afastada, expulsa ou pedido o afastamento do Partido, é obrigatoriamente examinada e decidida pelo Comité Central. Qualquer que seja a decisão do Comité Central, esta deverá ser aprovada em Reunião Plenária por maioria de dois terços dos membros efectivos.

Art. 58.º Após exame minucioso e indiscutivelmente comprovado, os inimigos do marxismo-leninismo, da classe operária e do Partido, contra-revolucionários, infiltrados nas fileiras partidárias, os degenerados, renegados e provocadores, devem ser eliminados do Partido e não se lhes permitirá jamais reingressar no Partido.

Capítulo VIII

FINANÇAS DO PARTIDO

Art. 59.º Os recursos financeiros do Partido são constituídos pelas contribuições dos seus membros, pelos donativos e outras receitas eventuais.

As contribuições mensais dos membros do Partido são estabelecidas de acordo com os salários e encargos de cada um. O Comité Central fixa uma escala mínima de contribuição, proporcional ao nível salarial e encargos, ao mesmo tempo que fixa a forma de repartição das contribuições entre os diversos escalões partidários e o Comité Central.

Art. 60.º Qualquer membro do Partido no caso de desemprego, doença ou eventualidade semelhante pode ser temporariamente isento do pagamento da sua contribuição pelo órgão dirigente da sua organização, com a aprovação do organismo imediatamente superior.

Art. 61.º A Comissão de Finanças do Comité Central tem as seguintes atribuições:

a) coordenar e controlar todo o trabalho de finanças do Partido;

b) apresentar regularmente ao Comité Central relatórios e balanços da actividade financeira do Partido;

c) informar periodicamente sobre toda a sua actividade o Comité Central e a Comissão Executiva.

Capítulo IX

HINO E SÍMBOLO

Art. 62.º O símbolo do Partido é a foice e o martelo cruzados representando a aliança operário-camponesa, encimados pela estrela de cinco pontas representando o internacionalismo proletário.

Art. 63.º O hino do Partido é a Internacional.